

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CRAS RURAL: LUGAR DE EFETIVAÇÃO DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social
por Famílias Assentadas**

Luiz Antônio Pasinato

Porto Alegre

2011

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CRAS RURAL: LUGAR DE EFETIVAÇÃO DA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social
por Famílias Assentadas**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Luiz Antônio Pasinato

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates

Porto Alegre

2011

Luiz Antônio Pasinato

CRAS RURAL: LUGAR DE EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Estudo sobre o acesso à Política de Assistência Social
por Famílias Assentadas**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 26 de janeiro de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates – Orientadora
Faculdade de Serviço Social – FSS
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof.^a Dr.^a Idília Fernandes
Faculdade de Serviço Social – FSS
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. César Hamilton Brito Goes
Departamento de Ciências Humanas
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Dedico esta dissertação
aos homens e mulheres - Sem Terra e
lideranças comprometidas com a causa da terra
que, através do exemplo de luta,
têm demonstrado que é possível
a transformação social.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, Pai e Mãe,

O Deus de Abraão e de todas as descendências.

Aos pais,

Pelo amor e dedicação em todos os momentos de minha vida,
em especial e “in memoriam” a minha e sempre mãe Emília.

A Loiva,

Amada e companheira de todos os momentos.

A Luiza,

Amada e querida filha, que veio ao mundo
No período do mestrado, minha razão de ser e viver.

Aos meus irmãos e todos os familiares,

Pelo carinho e afeto que nos une numa grande família.

**A todos os professores e professoras
do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PUC/RS),**

Ana Lucia Suarez Maciel, Beatriz Gershenson Aguiñsky,
Berenice Rojas Couto, Carlos Nelson dos Reis,
Gleny Terezinha Guimarães, Idília Fernandes, Jane Cruz Prates,
Leonia Capaverde Bulla, Maria Isabel Barros Bellini
e Patricia Krieger Grossi
com quem tive a oportunidade
de troca e construção do conhecimento.

À professora orientadora

Jane Cruz Prates,
pela dedicação, competência e sensibilidade
com que orienta o processo de pesquisa.
Amiga de todos os momentos.

Aos professores da Banca Examinadora,

Idília Fernandes e Cesar Hamilton Brito Goes,
pelo carinho e competência dedicados.

Às amigas do PPGSS/PUCRS,

Juliana Helmann Cavalheiro e Andréa Küttner,
dedicação e exemplo de competência.

À rede Comissão Pastoral da Terra,

pelo apoio, incentivo e compreensão.
Em especial, à equipe do secretariado e equipes diocesanas
Que sempre apoiaram meus estudos.

À Ir. Adi, meu carinho pela contribuição na coleta de dados.

**Aos profissionais da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Viamão e CRAS
Rural,**

Meu muito obrigado pela colaboração e empenho dispensados.

Às famílias assentadas “Filhos de Sepé”,

Pela acolhida e companheirismo.

A todos(as) os(as) colegas, amigos e amigas

que compartilharam desse processo de formação,
pela troca de experiências e amizade.

À CAPES, que possibilitou o acesso,
tornando possível a concretização do sonho.

MÃE TERRA

(PÉRICLES, 1999)

Terra
Quero só um pedacinho
Pra plantar
O futuro da nação.
Terra
Pra quem é pequeninho.
E quer ver
O esplendor da plantação.
Terra
O povo grita por ti,
Vai seguindo
Pela estrada em procissão,
Deus
Proteja a caminhada
Dessa gente
Nessa busca
Por um pedaço de chão.
Mãe Terra perdoa
Tanta luta por teu nome
Tanto ódio, tanta fome,
Tanta dor no coração.
Mãe Terra, quem dera
Que vivêssemos em paz,
Pra dividir a colheita
Dos frutos que você dá
Eu quero terra pra plantar.

RESUMO

O processo de redemocratização do Estado brasileiro teve entre seus marcos fundamentais a elaboração da Constituição Federal de 1988. Esta possibilitou a garantia, em lei, de políticas sociais, como direito de cidadania, as quais são viabilizadas mediante políticas sociais públicas. Neste percurso a Assistência Social, antes concebida como favor, doação, “não política”, vai assumindo o status de política pública e passa a integrar o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência. Esta dissertação tem o propósito de socializar o estudo realizado acerca da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especialmente no processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua interface com outras políticas, na efetivação da Assistência Social como política pública de proteção social. Pretende, ainda, com base nos programas, serviços, projetos e benefícios oferecidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no caso em estudo, o CRAS Rural, identificar os limites, as possibilidades e os avanços na implementação dessa política. A investigação teve como público prioritário as famílias assentadas, profissionais e gestores da Política de Assistência Social no município de Viamão/RS. O lócus de pesquisa foi um assentamento rural, oriundo de um processo de organização social através da participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo geral foi: desvendar como são incluídas as famílias de agricultores sem terra, assentadas no município de Viamão/RS, pela Política de Assistência Social, no intuito de contribuir para o aprimoramento desse processo. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, orientada pelo referencial do materialismo dialético-histórico, que compreende três categorias fundamentais: historicidade, contradição e totalidade. O trabalho também abordou categorias explicativas da realidade: Movimento Social, Família e Política de Assistência Social. A metodologia de trabalho contou com as técnicas de: pesquisa documental, entrevista individual, história oral, grupo focal e análise de conteúdo. O trabalho está dividido em três capítulos, introdução e considerações finais. O ponto de partida trata da análise sobre a questão agrária brasileira que, historicamente, tem sido marcada pela concentração de terra e de renda e pela luta dos movimentos sociais para assegurar os direitos à população pobre do campo. Faz-se um resgate histórico acerca das formas de constituição da família e as transformações no espaço familiar. Na sequência, prioriza-se a reflexão sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e Sistema Único de Assistência Social, a partir dos princípios e diretrizes que os orientam. Destaca-se a trajetória da Assistência Social, em Viamão, a partir da adequação ao modelo proclamado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a implementação dos CRAS no município. Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, os quais, em síntese, evidenciam duas questões centrais: 1) a inserção e inclusão dos assentados na Política de Assistência apresenta-se como um desafio na medida em que faltam informações e condições estruturais para acessar tais benefícios, além da concepção sobre a Política de Assistência Social, como direito social, pelas famílias assentadas; 2) o esforço dos profissionais e gestores da Assistência Social no trato com as políticas sociais na perspectiva da inclusão e inserção dos usuários, em meio a problemas relacionados à escassez de recursos econômicos, infraestrutura e insuficiente número de profissionais para o trabalho.

Palavras Chaves: CRAS Rural, MST, Assentamento, Política de Assistência Social, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The process of redemocratization of the Brazilian State had as its milestone the elaboration of the Federal Constitution of 1988. Through it, it was possible to guarantee, by law, social policies such as the right of citizenship which is made feasible by public social policies. In this way, the Social Assistance – in the past conceived as a favor, donation, “no politics” – assumes the status of public policy and shall integrate the Social Security System, along with the Health and Welfare ones. This dissertation is meant to socialize the study carried out about the National Social Welfare Policy (*PNAS*), especially in the process of implementing the Single System of Social Assistance (*SUAS*) and its interface with other policies in the implementation of the Social Assistance as a public policy of social protection. Based on the programs, services, projects and benefits offered in the Social Assistance Reference Center (*CRAS*), in the case under consideration, the Rural *CRAS*, it was intended to identify the bounds, possibilities and progress in implementing such policy. This research had as public priority settled families, practitioners and managers of Social Assistance Policy in the city of Viamão/RS. The locus of the research was a rural settlement from a process of social organization through the participation of the Rural Landless Workers Movement (*MST*). The general objective was to find out how the families of landless farmers settled in the city of Viamão/RS are included by the Social Assistance Policy in order to contribute to the enhancement of this process. It is a quanti-qualitative research, guided by the referential of historical dialectical materialism which comprises three key categories: historicity, contradiction and totality. The work has also dealt with explanatory categories of reality such as the Social Movement, Family and Social Assistance Policy. The work methodology attended to the techniques of desk research; individual interview; oral history; focus group; and content analysis. The work is divided into introduction, three developing chapters, and final considerations. The starting point is the analysis about the Brazilian agrarian issue that, historically, has been marked by the concentration of land and income as well as by the struggle of the social movements to ensure the rights of the poor to the land. It is done a historical analysis about the ways of family constitution and the transformations in family space. After that, it was prioritized the reflection on the National Social Welfare Policy (*PNAS*) and on the Single System of Social Assistance (*SUAS*) based on the principles and guidelines which govern them. The trajectory of Social Assistance in Viamão is highlighted from the correspondence with the model proclaimed in the Organic Law on Social Assistance (*LOAS*) and the implementation of *CRAS* in the municipality. Lastly, the results of the research are presented, in summary, they highlight two key issues: 1) The integration and inclusion of settlers in the Assistance Policy are presented as a challenge to the extent that information and structural conditions are missing to enable access such benefits, besides the conception by the settled families of the Social Assistance Policy as a social right. 2) The effort of professionals and managers of Social Assistance in dealing with social policies in the perspective of inclusion and integration of users in the midst of problems related to lack of economic resources, infrastructure and insufficient number of professionals at work.

Keywords: Rural *CRAS*, *MST*, Settlement, Social Assistance Policy, Social Movements

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES: TABELA, QUADROS E MAPA	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 OS CAMINHOS PARA O ENTENDIMENTO DA REALIDADE: O MÉTODO E A METODOLOGIA	16
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	16
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA	21
2.3 O PROCESSO DE COLETA: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS	22
2.4 AS TÉCNICAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DOS DADOS	25
3 A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA NO BRASIL	28
3.1 MOVIMENTO SOCIAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL	28
3.2 ASPECTOS CONTEXTUAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS	32
3.3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA E A LUTA PELA TERRA	46
4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS FAMÍLIAS ASSENTADAS	54
4.1 A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA	54
4.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	66
4.3 O MUNICÍPIO DE VIAMÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	87
4.4 CRAS RURAL: UM ESPAÇO DE ACESSO A DIREITOS PELA POPULAÇÃO RURAL	95
5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL	99
5.1 DO SONHO DA TERRA CONQUISTADA À NOVA REALIDADE ESPERADA: AS PARTICULARIDADES E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS ASSENTADAS	99
5.2 NECESSIDADES BÁSICAS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ E O ACESSO À INFORMAÇÃO ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ...	108
5.3 ESTRATÉGIAS DOS GESTORES FRENTE À INSERÇÃO E INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO SUAS	115
5.4 MOBILIZAÇÃO DOS ASSENTADOS E O CAMINHO BARRENTO DA INCLUSÃO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
APÊNDICES	136

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CAR	Centro Administrativo Regional
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CUT	Central Única de Trabalhadores
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra do RS
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista

LISTA DE ILUSTRAÇÕES: TABELA, QUADROS E MAPA.

Tabela 1: Famílias do assentamento “Filhos de Sepé”, Viamão/RS.....	23
Quadro 1: Direitos previstos pela Constituição Brasileira de 1988 X Receituário Neoliberal	71
Quadro 2: Síntese dos Serviços, Programas e Projetos do PNAS/SUAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (SMCAS) de Viamão/RS	89
Mapa 1: Assentamento “Filhos de Sepé”, Viamão/RS	101

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de investigar os serviços, programas e projetos previstos na Política Nacional de Assistência Social, sua interface com outras políticas sociais e o acesso das famílias sem terra a essas políticas. O lócus da investigação priorizou o assentamento de reforma agrária – Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão (RS). Os sujeitos da pesquisa foram as famílias rurais sem terra assentadas, as quais são oriundas de um processo de organização social através da participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscou-se, também, a participação da coordenadora da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social e de profissionais assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social do município.

A opção de fazer essa investigação surgiu como um desafio, diante da constatação de que a população rural é historicamente desassistida das políticas sociais. Partindo da premissa de que os assentados vêm de um processo de participação em lutas sociais, um dos possíveis caminhos para superação da invisibilidade do acesso a essas políticas, pela população rural, se dará com os processos sociais construídos por esses sujeitos. Nessa perspectiva, o apoio do governo local, mediante uma gestão pública direcionada ao atendimento das demandas da população poderá ser um facilitador desse processo, como também, a construção de redes socioassistenciais de proteção social básica e especial. Essas redes têm como base física o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) implantado próximo aos locais de maior vulnerabilidade e risco social.

Ao priorizar o estudo acerca da Política de Assistência Social, é necessário compreender o significado e o contexto de alcance das políticas sociais no seio da sociedade brasileira. O tema é especialmente oportuno quando se proclama que os maiores investimentos na área social estão sendo efetivados nas últimas décadas. Contraditoriamente, esse mesmo período é marcado pelas grandes transformações do capitalismo e pela ofensiva neoliberal, que aponta para maior liberdade da economia e privatização do Estado. Essa perspectiva vai na contramão da garantia de direitos, necessários à satisfação das necessidades básicas dos sujeitos. Nesse contexto, a garantia de políticas sociais públicas constitui-se como processo e resultado do conflito entre classes sociais. Isso significa ganhos para os dominados e, também, fortalece o poder político dos dominantes (PEREIRA, 2008).

Conceitualmente, políticas sociais são ações governamentais desenvolvidas junto com a sociedade, por meio de programas que visam à garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão, de forma equânime e justa. Elas surgem na Europa no final do século XIX, a partir da mobilização operária como forma de resistência à exploração do capital (BEHRING, 2004). Diversos programas foram implementados, como o seguro social bismarckiano, que propôs direitos universais e não contributivos, servindo como uma espécie de seguro social a ser acessado em caso de doença ou impossibilidade para o trabalho.

O surgimento das políticas sociais está interligado com o desenvolvimento urbano industrial, na medida em que elas são criadas para atender a demanda dos assalariados em diferentes contextos sociais, históricos e políticos de cada país. No Brasil, as primeiras políticas sociais são pensadas para as populações urbanas e com vínculo empregatício em pleno desenvolvimento capitalista industrial da década de 1930. A população rural permanece sem acesso às políticas sociais, relegada em segundo plano e servidora de mão de obra nos centros urbanos. No campo, a inserção do capitalismo trazia consequências irreversíveis no modo de produção agrícola, ainda sustentado no modelo das grandes propriedades e no cultivo de monoculturas.

Esta investigação com agricultores(as) assentados(as) é, para o pesquisador, objeto importante de estudo e compromisso com as lutas sociais. A relação com essa experiência manifesta a trajetória da vida pessoal e profissional do pesquisador. Trata-se de uma comunhão de ideias e projeto de sociedade, que visa à garantia e ampliação do direito ao acesso à terra, construção da cidadania, e de uma vida digna. O comprometimento com esse objeto de estudo trouxe muitos desafios. Entre eles, está a construção de uma postura de “certo distanciamento”, buscando-se avançar em maior nível de objetividade nas reflexões e sistematizações, para evitar a mera reprodução do “senso comum”.

Considerando essas referências, o processo de investigação procurou responder a uma questão central: como as famílias de agricultores sem terra assentadas no município de Viamão, são inseridas nos programas ofertados pela Política de Assistência Social? Assim, teve como objetivo geral: desvendar como são incluídas as famílias de agricultores sem terra assentadas, pela Política de Assistência Social, no município de Viamão/RS, no intuito de contribuir para o aprimoramento desse processo.

O ponto de partida foi a verificação sobre as particularidades e condição de vida das pessoas, suas necessidades básicas, o acesso a informações, e análise das estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis pela Política de Assistência Social, para inserção e inclusão das famílias nos respectivos programas. Discute-se, ainda, se a vivência dessas famílias no movimento social incide sobre o acesso à Política de Assistência Social, pois os assentados possuem um histórico de organização e luta que articula diferentes políticas. Isso ocorre desde a conquista da terra de forma coletiva e organizada em acampamentos até a construção de experiências associativas nos assentamentos.

Para atender a esses indicativos, a pesquisa buscou responder às seguintes questões norteadoras: 1) Quem são as pessoas que estão no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão e quais as particularidades no modo e condição de vida desses sujeitos? 2) Quais as principais necessidades dos assentados, em especial, aquelas relacionadas com a Política de Assistência Social? 3) Como as famílias têm informação e acesso à Política de Assistência Social? 4) Quais as estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis pela Política de Assistência Social utilizadas para buscar a inserção e inclusão das famílias assentadas nos programas de Assistência Social? 5) Como a vivência no movimento social incide sobre o acesso das famílias à Política de Assistência Social?

Em seus objetivos específicos, a pesquisa buscou: 1) conhecer as particularidades no modo e condição de vida das pessoas que moram no assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS; 2) identificar as necessidades, o acesso e inclusão das famílias assentadas nos programas da Política de Assistência Social no município de Viamão; 3) verificar quais os meios que as famílias assentadas utilizam para ter informações e acesso à Política de Assistência Social no assentamento estudado; 4) analisar em que medida as estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis pela Política de Assistência Social têm contribuído para inserir e incluir as famílias assentadas nos programas de Assistência Social; 5) analisar se a vivência no movimento social incide sobre o acesso das famílias à Política de Assistência Social.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa quanti-qualitativa, à luz do referencial teórico-dialético-crítico, o qual compreende três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. A escolha se deve à dinâmica desse método, o qual parte do ser humano singular e genérico, que

se constitui a partir de um processo histórico e está inserido numa realidade concreta, que é dinâmica e apresenta contradições e perspectivas (MARX, 1975). Portanto, não existe neutralidade na apreensão dos dados e no processo de análise do problema dessa pesquisa.

No segundo capítulo, realiza-se a descrição da proposta metodológica e do desenvolvimento da pesquisa, identificando suas etapas até a análise final dos dados, os quais foram coletados através de pesquisa documental, grupo focal, entrevista individual e história oral.

O terceiro capítulo registra algumas formas de luta e resistência dos movimentos sociais pela terra no Brasil. Aborda o surgimento dos principais movimentos sociais rurais com ênfase no surgimento do MST.

O quarto capítulo aponta indicativos que possibilitam dar resposta ao problema da pesquisa, a partir da análise sobre as formas de organização das famílias assentadas, na luta por seus direitos. Para tanto, procura desvendar a passagem de práticas assistencialistas, de favor, doação, não direito para a construção da Política de Assistência Social como direito de cidadania, o qual requer a participação da sociedade organizada. Por fim, no quinto capítulo, também se procura analisar e apontar indicativos quanto à implantação da Assistência Social, nos moldes da PNAS/2004 e SUAS, destacando a estrutura existente no município de Viamão e, mais especialmente, a organização do CRAS Rural e o atendimento às famílias do assentamento Filhos de Sepé.

Por fim, apresentam-se algumas considerações finais com totalizações provisórias sobre o processo e os resultados, e apontam-se algumas sugestões no intuito de contribuir com seu aprimoramento. Todo esse processo constitui um “caminho barrento” formado por contradições e perspectivas sempre presentes no processo de construção da Política Pública de Assistência Social.

2 OS CAMINHOS PARA O ENTENDIMENTO DA REALIDADE: O MÉTODO E A METODOLOGIA

PEDACINHO DE CHÃO

(ALVES, 1999)

Pra fugir da miséria caminhei muitas léguas
por esse mundão
foram dias cansados com os pés
inchados de tanto andar em fileiras marchamos
por cidades passamos
não esqueço jamais
Na beira de uma estrada sofremos,
lutamos, mas não foi em vão
Ó pedacinho de chão trago tantas marcas
e o sonho das mãos.

Neste capítulo, busca-se apresentar o embasamento teórico-metodológico utilizado na construção e desenvolvimento dessa pesquisa. Explicitam-se as principais categorias do método dialético crítico: historicidade, totalidade e contradição, que foram transversais ao estudo. Buscou-se recuperar a história dos movimentos sociais e, em especial, do MST, a partir de fatos significativos, de modo articulado a múltiplos componentes que conformavam o contexto social no qual se inseriam e destacando as contradições que compunham o processo e o contexto histórico-social. Em seguida, busca-se apresentar as categorias teórico-temáticas ou explicativas da realidade que emergiram do problema de pesquisa e das questões norteadoras, além de serem explicitados o tipo de pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta utilizados e as técnicas de análise.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa, utilizou-se, como embasamento teórico, o método dialético crítico, que se fundamenta na teoria criada por Karl Marx, e que compreende três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política. A escolha se deve à dinâmica desse método o qual parte do ser humano singular e genérico, que se constitui a partir de um processo histórico e está inserido numa realidade concreta, que é dinâmica e apresenta contradições e perspectivas de superação (MARX, 1975).

O método dialético crítico contribui para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc (GIL, 1999). Portanto “trata-se de uma dialética de cunho histórico-estrutural, que constitui um processo dinâmico, de transição, onde são trabalhadas contradições e conflitos” (DEMO, 1985, p.86).

O método dialético-crítico tem como características centrais a totalidade, a historicidade e a contradição, tendo presente os elementos constitutivos da realidade que é dinâmica e está em constante transformação. Nesse aspecto, Marx refere que “a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem” (MARX, 2007, p. 11).

A totalidade significa a integração entre o local e o global, o geral e o particular, o individual e o coletivo, ou seja, é a tomada de consciência do mundo a partir de um conjunto de elementos de naturezas diversas que possibilitam um encadeamento de informações, as quais contribuem para desvendar a realidade, considerada a partir de suas múltiplas determinações. Para Lefebvre (1991, p. 184), “...conhecer um objeto ou um fenômeno é justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixá-lo passivamente no hic et nunc, no aqui e no agora. É investigar suas relações, suas causas”. Nas palavras de Lefebvre “...o real se apresenta como: móvel, múltiplo, diverso, contraditório” (LEFEBVRE, 1991, p. 170).

A totalidade não é algo acabado, mas em processo permanente de construção. Possibilita uma visão de conjunto, onde o todo, embora formado por partes, não representa a soma dessas partes, mas é maior do que elas. Em outras palavras, numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade.

A categoria da totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos e, enfim, coordená-lo com uma síntese explicativa cada vez mais ampla (CURY, 2000, p. 27).

A categoria historicidade se insere como uma processualidade, movimento e transformação, que revela passado e presente, bases fundamentais para a construção do futuro, de uma nova história, de um novo momento. Se a história é movimento, é bom considerar que, segundo Lefebvre, o movimento é encadeamento e deve ser apreendido no lugar e no momento. Portanto, não se trata de algo estático ou isolado, mas concreto, integrado e em desenvolvimento.

O pensamento se afirma como movimento de pensamento ao mesmo tempo que pensamento do movimento, isto é, conhecimento do movimento objetivo. Se imobiliza e se torna pensamento da imobilidade, da separação, ele se destrói. A análise, a separação dos momentos, não podem ser senão momentos do pensamento vivo (LEFEBVRE, 1991, p. 178).

Nesse sentido, resgatar a história é reconhecer o conjunto de fenômenos que aconteceram e acontecem na vida dos indivíduos, grupos, instituição ou comunidade. A historicidade é o movimento que realizam estes sujeitos ou instituições, é o reconhecimento da processualidade que há na história (PRATES, 2000). É a relação dos indivíduos uns com os outros em todos os aspectos da vida passada e futura.

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas (MARX E ENGELS, 2007, p.46).

A categoria contradição representa uma realidade objetiva de interação entre processos opostos. Ela está presente em todas as dimensões da vida e das relações, portanto, está em constante movimento e desenvolvimento nos diferentes contextos sociais. É a base da dialética.

“Ser” e “nada” não são misturados; ou infinitamente destruídos um pelo outro. Descobrir um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro, ou esquecê-lo, ou pô-lo de lado. Ao contrário, significa descobrir um complemento de determinação (LEFEBVRE, 1991, p. 178).

A contradição, ao expressar uma relação de conflito, é também possibilidade de desenvolvimento e criação do novo, na medida em que há sempre a preocupação em superar o conflito. “A contradição é destruidora, mas também criadora (CURY, 2000, p. 30)”.

Portanto podemos definir a contradição como uma negação inclusiva, onde as partes envolvidas são dependentes em termos de significados (nega, mas não exclui o oposto, há sim, a luta e unidade dos contrários). É a definição de um elemento pelo que ele não é; significa a pressuposição necessária de existência do oposto (PRATES, 2000. p.24).

Essas três categorias - historicidade, totalidade e contradição - estão interligadas e são parte da realidade em permanente movimento e por isso perpassam todas as relações, produções, contextos, sujeitos e estruturas. Ora, ao realizar o estudo acerca dos programas previstos na Política de Assistência Social direcionada para o meio rural, no assentamento de agricultores sem-terra, tornou-se necessário rever a questão histórica da formação da sociedade brasileira, onde as disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo relações assimétricas das classes sociais, grupos raciais, etnias, foram determinantes para o desenvolvimento de uma sociedade desigual.

O passado histórico, assim como os fatos presentes, nos desafia para uma visão de totalidade, isto é, ver o conjunto de condicionantes que corrobora para a configuração das relações sociais, de padrões culturais heterogêneos, de situações políticas múltiplas que transformam os processos sociais. Trata-se de totalidades sociais que apresentam a heterogeneidade como o modo de existir, de lutas sociais, no terreno contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho. Ao analisar a trajetória das políticas sociais, verifica-se a quase ausência de sistema de proteção para os trabalhadores rurais no decorrer da histórica brasileira. Os agricultores começaram a ter algum benefício a partir da Constituição de 1988. No entanto, mesmo tendo um sistema de proteção universal, nem todos conseguem acessar os benefícios sociais. De igual modo, os movimentos sociais, que são fundamentais para a organização das classes populares e para temas relevantes da sociedade, são, muitas vezes, duramente combatidos pelo poder instituído. O mesmo se verifica em relação às contradições presentes junto aos assentados que são incluídos na política de reforma agrária, pois faltam-lhes as condições para permanecer na terra com dignidade. A expressão de um assentado¹ exemplifica esta situação:

¹ Procurando preservar a identidade dos agricultores e agricultoras assentadas, optamos identificar as falas usando as palavras “depoimento de um assentado ou uma assentada”. O mesmo procedimento foi utilizado em relação aos profissionais da Assistência Social do município de Viamão, referido como “assistente social” e “coordenadora da SMCAS”.

No início do assentamento o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) não dividiu a terra e cada um foi se organizando nos lotes. Quando estávamos no lote vimos a distancia da terra baixa para produzir. Até hoje essa distância nos machuca muito. Outra dificuldade que viemos de uma região diferente que produzia soja, milho, e feijão e pegamos uma área que tem muita areia que precisa muito adubo orgânico. A parte de baixo que é de arroz a gente não entendia e, até hoje, é difícil se adaptar. A minha área de produção é doze quilômetros de distância. Se for para lá produzir, tem que abandonar a casa que tem água, luz, tudo... Do lado da produção estamos sentindo muito (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Considerando as reflexões apresentadas sobre o referencial epistemológico do método dialético crítico, torna-se necessário abordar as categorias teórico-temáticas, que emanaram do problema de pesquisa e das questões norteadoras. As categorias pré-definidas são: família (famílias assentadas do MST); movimento social (processos sociais e questão social); Política de Assistência Social (inserção e inclusão social). Essas categorias estão adensadas nos capítulos deste trabalho. Também são abordadas algumas categorias empíricas, ou seja, aquelas que emergem da realidade, e que, portanto, não foram previamente estabelecidas, pois surgem ao longo da pesquisa, a partir da expressão dos sujeitos investigados. Estas foram tratadas de modo a compor a interpretação do tema em estudo. Entre elas destacam-se: trabalho, territorialidade e participação.

No que se refere mais diretamente ao processo de pesquisa, vale destacar que as pesquisas sociais possuem um objetivo fundamental que é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. (GIL, 1999). Portanto, as pesquisas são fundamentais para o entendimento da realidade e na aplicação de novos conhecimentos. Cada pesquisa tem seu objetivo específico. Conforme refere GIL, (1999) é possível agrupar as mais diversas pesquisas em certo número de grupamentos amplos. Assim é possível classificar as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses causais ou explicativas.

Neste caso, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, baseada em dados de natureza quanti-qualitativa através da realização de coleta de dados por meio da pesquisa documental, grupo focal, história oral e de entrevista não estruturada. A pesquisa foi exploratória, por proporcionar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais visível, além de ser bastante flexível. O estudo exploratório tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e pesquisáveis para estudos

posteriores. Também são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato (GIL, 1999). Por essas características, reafirma-se ser este um estudo do tipo exploratório.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa foi desenvolvida no assentamento Filhos de Sepé e na Secretaria de Assistência Social e Cidadania, do município de Viamão/RS. Os critérios utilizados para definir a amostra de sujeitos assentados, à qual seriam aplicados os instrumentos de coleta, primeiramente, foi o local de moradia. Embora fossem todos do mesmo assentamento, cada setor onde se localizam os seus lotes tem particularidades em razão da localização. Os assentados estão localizados em quatro setores (A, B, C e D) onde formam agrovilas, sendo que as distâncias do local de moradia para o CRAS Rural é muito diferente ao se considerar cada setor, o que acaba por impactar no acesso aos serviços. Outro critério, este utilizado para compor os grupos focais foi a equidade entre homens e mulheres e divisão das pessoas que já estão sendo atendidas pelos serviços de assistência social, como o bolsa família e aquelas famílias que não possuem vínculos com os serviços de assistência social. Esse critério foi realizado mediante consulta prévia às coordenações dos setores. Para obter os dados junto à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) do município de Viamão foram realizadas entrevistas individuais com a assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Rural e com a coordenadora da Secretaria.

Para atender aos procedimentos legais, foi protocolado ofício de conhecimento do conteúdo do projeto, junto à coordenação do assentamento “Filhos de Sepé” e na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social do município de Viamão (apêndice A e B). De igual modo, realizou-se a sensibilização junto aos pesquisados referente à justificativa, aos procedimentos, aos benefícios e às garantias éticas do estudo a ser realizado mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos sujeitos sociais pesquisados, pelo pesquisador e orientadora da pesquisa (apêndice C).

Os dias da coleta de dados, bem como os horários, foram previamente agendados junto à coordenação de cada setor do assentamento, de modo a não prejudicar a participação das pessoas entrevistadas. De igual modo, junto a SMCAS e CRAS Rural foi agendado dia e horário para as entrevistas.

O projeto de pesquisa que norteou essa investigação e produção obteve aprovação da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Comitê de Ética da PUCRS. Essas avaliações ocorreram para que a pesquisa estivesse de acordo com os requisitos necessários para sua efetivação, sem prejuízo aos sujeitos entrevistados e instituições envolvidas, garantindo a integridade e segurança daqueles que se dispuseram a contribuir com o estudo realizado.

2.3 O PROCESSO DE COLETA: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 62), “técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”. Nesse sentido, a técnica se refere a um conjunto de habilidades que possibilita o desenvolvimento do processo de pesquisa. Há vários tipos de técnicas: observação, entrevista, história oral, coletas coletivas, técnicas alternativas, análise documental, análise de conteúdo. Cada uma delas com funções específicas que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa de acordo com os seus objetivos. Cada técnica possui um instrumento específico que possibilita a sua efetivação. É através dos instrumentos que as técnicas se viabilizam.

Para atingir o objetivo proposto de analisar como as famílias de agricultores sem terras, assentadas no município de Viamão, são inseridas nos programas ofertados pela Política de Assistência Social, optamos por utilizar quatro técnicas de pesquisa: pesquisa documental, grupo focal, história oral, entrevista individual e análise de conteúdo. A pesquisa documental foi realizada no assentamento e na SMCAS do município de Viamão, tendo como objetivo conhecer o histórico de constituição do assentamento, as políticas públicas e os recursos de Sistema Único de Assistência Social - SUAS disponíveis no município.

A segunda técnica empregada foi o grupo focal (apêndice D), a qual é muito utilizada em pesquisa social, principalmente nas abordagens qualitativas. Um grupo focal é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa que envolve algum tipo de atividade coletiva. Os participantes devem ter alguma vivência e conhecimento sobre o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos relevantes oriundos de seus conhecimentos acumulados ou de suas experiências cotidianas e, ao mesmo tempo, possa contribuir para a apreensão de novos conhecimentos na interação com o grupo. Destaca-se, portanto, o caráter pedagógico dessa técnica que instiga a reflexão e a construção conjunta de opiniões, avaliações, propostas.

O objetivo do grupo focal é captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos, como por exemplo, a observação, a entrevista ou questionários. É uma técnica de levantamento de dados muito rica para capturar formas de linguagem, expressões e tipos de comentários de determinado segmento, o que pode ser fundamental para a realização de estudos posteriores mais amplos, com o emprego de entrevistas e questionários (GATTE, 2005, p.9).

Foram realizados quatro grupos focais compostos a partir de amostra intencional contemplando os quatro setores do assentamento Filhos de Sepé. A intenção de empregar mais de um grupo focal foi possibilitar a participação dos assentados de todos os setores ampliando o foco da análise. A distribuição das famílias assentadas nos setores pode ser observada na tabela 1:

Tabela 1: Famílias do assentamento Filhos de Sepé – Viamão(RS).

Setores	Nº de famílias	Nº de adultos	Nº de crianças	Participantes do grupo focal
A	115	350	80	10
B	20	65	10	8
C	126	267	105	12
D	105	244	90	9
Total	366	926	285	39

Fonte: dados fornecidos pelos assentados, sistematização pelo autor. Ago/2010.

A terceira técnica utilizada foi a história oral (apêndice E) de duas pessoas assentadas, sendo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, para investigar os motivos que levaram a pessoa a aderir ao MST como meio para conquista da terra e, também, analisar o processo histórico do assentamento e sua relação de sociabilidade e disponibilidade de recursos públicos. Optou-se pela história oral, pois é uma técnica que, além de coletar dados do entrevistado, recupera o passado com o intuito de revelar dados significativos da realidade, visando a compreender elementos novos da sociedade. Além de possibilitar recuperar a memória coletiva das pessoas.

Enquanto a história de vida levanta a vida de uma pessoa, manifestando valores e padrões culturais, a fim de compreender as ações, os conceitos e os significados de atitudes e de comportamento, a história oral investiga os fatos e acontecimentos registrados na memória de pessoa de destaque na comunidade (MARCONI e LAKATOS, 2006, p.141).

A quarta técnica utilizada foi a entrevista individual de tipo semiestruturada com formulário orientador composto por questões abertas (apêndice F) aplicado a gestores da assistência social e assistente social do CRAS Rural do município de Viamão. O objetivo foi averiguar como funciona a política de assistência social no município e sua relação com o público usuário. As entrevistas foram realizadas no espaço de trabalho e na casa de uma participante por estar em licença de saúde. As respostas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados para possibilitar posterior transcrição e análise, garantindo assim maior fidedignidade às palavras do entrevistado. Optou-se pela entrevista porque é um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais e possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social. “É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 92)”.

Os cuidados com planejamento e condução das técnicas de pesquisa foram tomados, de forma a garantir a qualidade dos dados coletados e para não influenciar as respostas, ou mesmo para não inibir o respondente, de modo que não se sentisse ameaçado ou intimidado (MINAYO, 2007). Foi possível observar que os participantes dos grupos focais expressaram livremente suas opiniões. Alguns participantes tinham mais domínio sobre o assunto, conseqüentemente, contribuíram mais com a pesquisa. Outros apresentaram maior dificuldade de falar em grupo,

sendo necessário utilizar técnicas de descontração, o que foi efetivado sem prejuízo ou perda do foco da pesquisa. No primeiro grupo focal, um participante pediu licença para se retirar durante o processo, o qual saiu livremente sem criar transtornos para os demais. Nos demais grupos focais todos participaram até o final da reunião. Em dado momento do processo grupal, houve divergências de respostas, contudo a maioria dos entrevistados convergiu sobre o assunto em questão e os contrapontos foram registrados, bem como os consensos a que o grupo chegou. Para realização dos quatro grupos focais foi utilizado o espaço comunitário dos setores do assentamento, sendo que as reuniões foram gravadas e duraram, em média, uma hora. O pesquisador teve auxílio de outra pessoa que contribuiu na anotação dos dados.

As entrevistas realizadas para efetivação da técnica de histórias orais foram realizadas na casa dos entrevistados. Em pleno mês de agosto, estação de inverno, no aconchego do fogão a lenha, entre uma cuia de chimarrão e uma porção de pipocas na velha bacia de esmalte, a conversa fluiu. Os entrevistados se sentiram à vontade para expressar seus sentimentos, suas opiniões, suas indignações e esperanças referentes aos lotes que conquistaram e aos sonhos que alimentam de um futuro melhor.

Os formulários e roteiros passaram por um pré-teste para que fosse observado: “a compreensão das questões, a verificação de dúvidas e das dificuldades no preenchimento, a necessidade de introdução ou supressão de perguntas” (BARROS e LEHFELD, 2000, p. 53). A testagem foi realizada pela aplicação dos primeiros instrumentos, e como não foram necessárias a realização de alterações, os mesmos puderam ser acrescentados aos demais.

2.4 AS TÉCNICAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para a efetivação da análise qualitativa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações cujo processo será orientado pela concepção teórico-metodológica e de apreensão da realidade que fundamenta o estudo. Para Spink (2000, p. 106), “a análise inicia-se com uma imersão no conjunto de informações coletadas, procurando deixar aflorar os sentidos, sem encapsular os dados em categorias, classificações ou

tematizações definidas a priori”. Nesse sentido, a análise acontece através de “mapas de associações de ideias”, que contribuem para a sistematização e interpretação de informações.

A análise de conteúdo é “a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa” (MINAYO, 2007, p.303). A autora refere que devido à necessidade de aprofundamento de “significados manifestos e latentes no material qualitativo”, são desenvolvidas várias técnicas de análise de conteúdo como: análise lexical que é a contagem das palavras; análise de expressão que dá ênfase nos traços pessoais do autor da fala, sua situação social e os dados culturais de seu contexto; análise de relações que aborda as relações entre os vários elementos do discurso dentro de um texto; a análise de enunciação que considera que na produção da palavra elabora-se, ao mesmo tempo, um sentido e operam-se transformações, onde a estrutura de qualquer comunicação se dá numa triangulação entre o locutor, seu objeto de discurso e o interlocutor.

De acordo com Bardin (2004, p. 37), a análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nesse sentido, não existe um esquema pronto e acabado a ser incorporado no processo de análise de conteúdo. “A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento...” (BARDIN, 2004, p. 26)”. Portanto, a análise de conteúdo é um processo dinâmico, construído na realidade concreta e influenciado por ela.

Embora não exista um esquema fechado, acabado e exclusivo para a análise de conteúdo, partiu-se de algumas referências orientadoras. O trabalho de análise segue as fases apontadas por Bardin (2004, p.89), que consistem na: pré-análise (leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, preparação do material); exploração do material (que consiste basicamente na codificação dos dados coletados, onde podem emergir categorias empíricas, ou seja, aquelas que são oriundas da análise de campo); tratamento e interpretação dos resultados (é a

etapa que se dará significação e interpretação aos dados coletados fazendo uma mediação com a teoria que fundamenta a pesquisa).

Inicialmente, portanto, montou-se a grade de análise contendo as respostas dos grupos focais e das entrevistas identificando como as categorias teóricas apareciam em cada questão, destacando as aproximações e divergências. Posteriormente, verificou-se o surgimento de novas categorias que emanaram da expressão dos sujeitos que, acrescidas às primeiras, permearam os núcleos de significação a partir dos quais buscou-se articular inferências e reflexões teóricas. Por fim, pretende-se fazer a devolução dos resultados obtidos através da elaboração da Dissertação de Mestrado, de artigos e atividades formativas junto às famílias do assentamento Filhos de Sepé, em Viamão. O resultado desse processo será apresentado no capítulo 5.

3 A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA NO BRASIL

QUANDO CHEGAR NA TERRA

(BOGO, 1998)

Quando chegar na terra
Lembre de quem quer chegar.
Quando chegar na terra
Lembre que tem outros passos pra dar.

Este capítulo prioriza a reflexão acerca dos movimentos sociais, a questão agrária e o surgimento e organização do MST. Primeiramente, procura-se analisar a categoria movimento social na perspectiva histórico-estrutural. No segundo momento, faz-se um resgate histórico da questão agrária brasileira, priorizando momentos significativos de definições políticas que determinaram o modelo agrário de desenvolvimento do país. Busca-se também, situar as lutas camponesas nas mais diversas formas de organização, desde os movimentos de caráter libertário, como aqueles construídos pelo messianismo que surgiram em virtude da opressão e a miséria provocada pela sociedade rural arcaica. Por fim, prioriza-se análise dos movimentos sociais políticos, em especial, o MST, com ênfase nos aspectos históricos e organizativos do movimento.

3.1 MOVIMENTO SOCIAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Ao estudar movimento social deve-se considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Internamente eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores, as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral (GOHN, 2008).

Os movimentos sociais rurais, conforme refere Octavio Ianni (1985, p.15), “expressam a revolução que ocorre no campo, acompanhando o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo rural”. Ao mesmo tempo, tornam explícitos aspectos relevantes da cultura, etnia, costumes, modos de vida dos sujeitos participantes e de sua comunidade.

O horizonte metodológico para indicar as condições sociais das lutas dos movimentos sociais sempre será o da totalidade de cada sociedade, campo e cidade envolvidos em uma mesma crise estrutural. Trata-se de entender os processos sociais resultantes das relações e formas de desenvolvimento da sociedade. Especificamente, no caso brasileiro, é entender como a modernização capitalista no campo determinou os padrões produtivos e influenciou os diferentes grupos e classes sociais.

Um conceito amplo de movimento social pode ser observado nas reflexões de Gohn, que, dentre as várias análises conceituais, refere movimento social como:

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de um repertório criado sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Os movimentos sociais geram uma série de inovações nas esferas pública e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 2008, p.253).

Desde o princípio do surgimento dos movimentos sociais, diversas correntes teóricas vêm analisando as ações coletivas dos atores sociais, suas ideologias e reivindicações. A partir de uma visão geral podem-se observar três principais paradigmas: a) corrente teórica histórica-estrutural, tendo como principal idealizador Karl Marx. O conceito de movimento social sempre esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe e de formação da consciência social; b) outra corrente teórica, a culturalista-identitária, recebeu influências do idealismo kantiano, o romantismo rousseaniano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX. A análise central é a questão da identidade dos movimentos sociais e a crítica às abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas. A contribuição desta corrente teórica foi mostrar que os movimentos sociais produzem novos significados e novas formas de vida e ação social; c) uma terceira corrente teórica, a institucional/organizacional-comportamentalista desenvolveu-se basicamente nos Estados Unidos e dentre as abordagens sobressai às teorias da ação social coletiva e da mobilização de recursos, onde os fatores tidos como objetivos são: a

organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias (GOHN, 2009).

A partir dos anos 1960, novas teorias foram sendo construídas para explicitar as ações dos movimentos sociais. Os estudos estão voltados aos novos atores que surgem a partir de novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos. É destaque a organização das mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral e movimentos sociais ligados a temas como ecologia, meio ambiente, pela paz, pelos direitos civis e políticos. Há diferentes maneiras de estudar os movimentos sociais, como por exemplo, na perspectiva culturalista, centradas no eixo da identidade e mobilização de recursos, como também na visão utilitarista e da teoria da escolha racional que destacam novos elementos à dinâmica dos movimentos sociais.

As categorias de análise também sofrem alterações, como redes sociais passam a ter um papel mais importante do que o movimento social. A classe social, raça, etnia, grupo social passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos ou categorias como justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos passam a dar lugar a outras categorias, como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, responsabilidade social. Na realidade, essas abordagens não estão preocupadas com os movimentos sociais clássicos ou que atuem sobre os conflitos sociais. A preocupação é com as novas mobilizações estimuladas por programas e projetos sociais construídos por ONGs, fundações ou por políticas públicas (GOHN, 2009).

Apesar de as novas teorias dos movimentos sociais possuírem importantes elementos de análise e entendimento dos processos sociais, elas carecem de reflexões macroestruturais que enfatizam a problemática das contradições sociais. Por essa razão e pela gênese do MST de ser um movimento social que se define como movimento de massa², com o objetivo principal de conquistar uma reforma agrária ampla e massiva³, privilegia-se, neste estudo, a abordagem da corrente teórica histórica-estrutural a qual muito influenciou a organização do MST.

² Movimento de massa refere à forma de organização baseada na participação popular que envolve homens e mulheres de todas as faixas etárias e de camadas pobres e médias que estão dispostas a lutar pela mudança social. No caso do MST é um movimento formado basicamente por trabalhadores rurais, camponeses, assalariados e trabalhadores da cidade que lutam por uma reforma agrária clássica que é a distribuição dos latifúndios improdutivos (Cadernos de debates nº1, os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no contexto atual. MST. 2009).

³ MST: 10 anos da retomada da luta, conquista e resistência na terra. Encruzilhada Natalino. 1989, Cartilha de formação.

No paradigma marxista, o conceito de movimento social esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda análise. Os estudos críticos, associados à perspectiva marxista, inseriam sempre o conceito dos movimentos sociais na questão reforma ou revolução. O paradigma teórico mais amplo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. As categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal (GOHN, 2008).

Outra característica do paradigma marxista é com relação aos aspectos estruturais e as questões da reprodução da força de trabalho, do consumo coletivo, da importância estratégica dos movimentos sociais para mudanças no próprio Estado capitalista. O marxismo “não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isso, muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica” (GOHN, 2008, p.173).

Assim, em Marx e Engels (1982), o ponto de partida para compreensão do processo de acumulação e desenvolvimento das relações sociais capitalistas está no estudo da mercadoria que levou a formulação da teoria do valor, da mais valia, as formas de acumulação, a jornada de trabalho, a práxis social. Martins (2008, p. 60-117) faz uma diferenciação do operário e do camponês, onde o operário vincula-se com o capital e o capitalista através da venda do trabalho em troca de salário. Diferente do camponês que não vende sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho oriundo da terra. Sendo proprietário ou arrendando a propriedade, o camponês trabalha de forma independente.

Em Miséria da Filosofia, Marx assim refere: “não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Jamais haverá movimento político que não seja ao mesmo tempo social”. Nesse aspecto, o MST, ao fazer a luta pela terra, o faz como uma questão política, e a reforma agrária parte da luta de classes. Um aspecto determinante do modo de organização do MST é casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe: “Se tivéssemos feito um movimento

camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.35).

A terra é um dos principais bens necessários para reprodução camponesa. Assim como os outros instrumentos de produção, as ferramentas, as máquinas são importantes para o preparo do solo. Ser proprietário de uma parcela de terra significa independência de seu trabalho e liberdade na escolha da produção. Estar na condição de camponês sem-terra é estar excluído do acesso ao trabalho, à moradia, aos bens necessários para viver. O vínculo possível de inclusão nas relações de produção capitalista de um sem-terra é o trabalho assalariado, diarista ou arrendando a terra através do pagamento de uma parcela da produção ao proprietário.

Ao definir a luta pelo acesso à terra como uma das principais bandeiras de reivindicação social, o MST propicia aos seus seguidores a possibilidade de inserção na realidade econômica, política e social da sociedade. Lutar pela terra é lutar pelo trabalho, pela inserção no sistema produtivo, como também, possibilitar aos camponeses uma melhor qualidade de vida.

A possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado. Porque, para o camponês, a terra é muito mais do que objeto e meio de produção. A terra é o lugar natural de viver, de multiplicar-se, continuar pelas futuras gerações. Depois que a família está assentada, ela passa a lutar por créditos, infraestrutura, educação, moradia. Isso propicia a continuidade do vínculo das famílias assentadas, onde o interesse coletivo sobressai ao particular.

3.2 ASPECTOS CONTEXTUAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dados do Censo Agropecuário 2006 sobre a realidade econômica e social do uso e do destino dos frutos da terra no Brasil confirmam as principais características do modelo agrário de produção que vem desde o período Colonial. Ou seja, o meio rural brasileiro permanece marcado pela desigualdade e com um nível de concentração de terras cada vez mais grave. O Censo revelou que a concentração

na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados⁴.

Face à concentração da terra, é fácil perceber que o grande problema social brasileiro continua sendo a questão agrária como o maior obstáculo econômico, social, político e ético na distribuição equânime das riquezas do país. A estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social desse país; a divisão da terra é a expressão física das divisões existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (LINHARES, 1999, p.47).

Se até hoje, a sociedade brasileira não deu um passo firme na direção da superação das desigualdades sociais é porque as estruturas e os interesses de classe permanecem. A distribuição desigual da propriedade no país é garantida por um pacto político entre grandes proprietários que dão sustentação ao próprio Estado, que em troca, através dos seus aparelhos especializados, como a polícia, a justiça, tem sistematicamente garantido os direitos desses grandes proprietários e tem reprimido qualquer tentativa de questionamento dessa realidade desigual (MARTINS, 1985).

A origem da desigualdade social reside desde o período colonial e no caráter do colonizador, português ou espanhol, que vieram para a América Latina com intuito de explorar. A terra e os bens eram poder e prestígio. Assim apropriar-se de vastas extensões de terras, ter uma casa senhorial e uma multidão de serviçais, dependentes e dariam a estes rudes conquistadores o direito de serem tratados e considerados como grandes senhores. Linhares, (1999) refere que a terra na sociedade colonial era um pré-requisito fundamental para alguém poder almejar o reconhecimento social. Na verdade, havia três caminhos para o enriquecimento:

⁴ Demais dados do Censo Agro 2006: IBGE estão disponíveis em www.ibge.gov.br

através do investimento em terras e nas atividades agrícolas através do êxito militar e no êxito mercantil com recursos oriundos da mineração, comércio, tráfico de escravos, empréstimos a juros, etc. que seriam revertidos e investidos na compra de terras.

Desse modo, no período colonial a relação entre proprietários, escravos, governos e população retratavam as manifestações de um modo de produção agroexportador e pré-capitalista que perdurou durante os quatro primeiros séculos da história política, econômica e social brasileira. É possível identificar uma forte estrutura social centralizada no governo e nas grandes propriedades onde era cerceada a circulação de informações e a existência de movimentos coletivos organizados. Também essa realidade aponta a dificuldade de enunciação de direitos civis, uma vez que os escravos eram considerados objeto de posse do senhor, e não lhes era outorgada a condição de humano (COUTO, 2004).

Como o modo de estruturação e organização da vida no período Colonial era centrado no patriarcalismo dos grandes proprietários rurais detentores da grande parcela da riqueza (SILVA, 2008), eram os senhores dos engenhos, os fazendeiros e os grandes lavradores que detinham o domínio legitimados pelas autoridades administrativas militares, civis e eclesiásticas com pleno domínio nas relações da sociedade. As diversas lutas dos movimentos de contestação e resistência foram controladas pelo poder vigente. Eram contestações em relação às más condições de vida principalmente dos camponeses e escravos, que tentavam estabelecer uma nova ordem social.

Dos movimentos sociais populares surgidos no período colonial, destacam-se os de orientação separatista, para a libertação dos escravos, sendo o mais expressivo o Quilombo de Palmares. Dentre as diversas iniciativas de resistência frente a esse sistema escravocrata, a organização dos negros nos quilombos é mais significativa das lutas libertárias, os quais são constantemente perseguidos e destruídos pelas tropas oficiais do governo. Os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate à escravidão. Rejeitando a cruel forma de vida, os negros buscavam, sobretudo, a liberdade. Além do trabalho forçado, os negros foram fortemente discriminados pela cor, questão cultural, social, política e econômica (SCHERER-WARREN, 1996).

Em relação às leis agrárias brasileiras, desde o período colonial, sempre foram obstáculos para o acesso à terra de uma grande parte da população. O sistema das sesmarias⁵ só foi extinto em 1822, com a independência do país. No seu lugar, instituiu-se o sistema de posses, pelo qual qualquer morador poderia ocupar terras de forma mansa e pacífica, o que na prática não aconteceu e quase era impossível devido à ganância em acumular a terra. Chega-se a um período em que se exauriram as reservas, fechando um período de total liberdade e favores por parte do poder público. Daí por diante, em lugar dos favores do poder público, a terra se adquire pela herança, pela doação, pela compra e, sobretudo, pela ocupação – a posse, transmissível por sucessão e alienável pela compra e venda. Esse sistema de distribuição de terras moldou uma concepção que, segundo Faoro (1993), não está no aproveitamento da terra enquanto cultivo, mas na expansão territorial, estimulada pelos agentes do rei no Brasil.

No ano de 1850, é instituída a “Lei de Terras”, onde firma em seu primeiro artigo: *“Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”*. É nítida a intenção de limitar o acesso a terra para quem não tivesse dinheiro para comprá-la. A Lei de Terras foi instituída como um meio criado para impedir ou dificultar o acesso à terra por parte da população pobre e, principalmente, por parte dos imigrantes que deveriam vir ao Brasil como substituto dos escravos africanos, cujo tráfico, foi extinto justamente naquele ano. Conforme refere Martins (2000), a questão agrária brasileira nasce nesse momento, em 1850, quando o velho e flexível regime de sesmarias, suspenso em 1822 pelas cortes de Portugal, poucos meses antes da Independência, foi finalmente substituído por uma lei que transferia o domínio do território para o particular, juntando-o ao instituto de posse. O Estado abdicou de um direito essencial como agente regulador da mediação territorial como recurso da justiça social e transferia seus direitos e suas responsabilidades sobre o uso da terra aos proprietários privados e entregava ao mercado a dinâmica da distribuição e redistribuição da terra.

5 O sistema sesmarial foi criado por D. Fernando I, no Séc. XIV em Portugal, para estancar a fuga da população do campo para as cidades ocasionada pela falta de mão-de-obra urbana causada pela Peste Negra. Objetivava a produção de alimentos e repovoar o campo. Cabia ao rei impulsionar e regulamentar as doações das terras e ao beneficiário estava obrigado a cultivar como condição de posse. A adoção do sistema sesmarial para a organização do aproveitamento da terra no Brasil não tinha o objetivo de prover a produção de cereais, mas de viabilizar a colonização mercantil. No início, não possuía um caráter restrito de extensão, dada a abundância de terra. Porém no final do Séc. XVII, em função de constantes demandas foi reduzido para uma e meio légua, ou seja 6000 metros. (FERLINI, 1988).

Com a Lei de Terras em vigor e a cessação do tráfico de escravos, o Brasil inicia um processo de reforma com cunho liberal que objetivava o controle das terras através de mecanismos legais e substituição do trabalho escravo pelo sistema de colonato utilizando imigrantes estrangeiros. A partir do ano de 1854, através da lei 304, os lotes de terra passaram a ser vendidos pelo governo, em condições facilitadas para atrair as levas de imigrantes que vinham da Europa para trabalhar em diversas regiões do país. Assim, o imigrante, vindo da Europa para o RS, ganharia passagem gratuita do Porto de Rio Grande até as colônias; ajuda financeira durante 60 dias para instalação; subsídio de 200 réis para os solteiros e 160 réis a cada pessoa de uma família, durante três meses, em caso de necessidade os lotes rurais seriam pagos a partir do terceiro ano, após a instalação do imigrante. Além dessas vantagens, o governo continuaria dando assistência técnica através do diretor de Colônias, encarregado de organizar a infraestrutura e orientar o trabalho agrícola (ZARTH, 2002).

No ano de 1888, data da abolição da escravatura, é uma época intensa de debate entre os latifundiários escravistas e fazendeiros do café que reorganizavam suas fazendas agora sem o trabalho escravo. A oligarquia cafeeira bem mais modernizada teve uma postura contrária a setores atrasados que queriam indenização pelas perdas provocadas pelas novas mudanças na agricultura⁶. Com a implantação da República, em 1889, Ruy Barbosa, ministro das finanças, extingue as esperanças dos escravistas receberem indenizações e prevê a criação de um Banco Hipotecário Nacional, cuja função primordial seria construir a propriedade hipotecável da terra. Essa postura representou a ruptura radical com o passado agrário brasileiro, com a intangibilidade da propriedade fundiária e a subalternização do capital representado pelos bancos (LINHARES, 1999).

Nas primeiras décadas da República, o poder federal pouco interferiu em relação à questão agrária. O regime político foi descentralizado nos estados, dando autonomia aos poderes locais. O que houve de significativo foi intensa atividade voltada para a transferência de patrimônio fundiário da União para os estados e para os particulares. Isso representou a ascensão dos grupos oligárquicos regionais, a dissolução de uma visão mais ampla da nação e, acima de tudo, a impossibilidade

⁶ Desde o início da década de 1880, os setores agrários nordestinos tinham perdido quase todo o seu exército de escravos, indo em direção aos cafezais do Sudeste. Eles pleiteavam uma política imperial de indenização que era rejeitada nacionalmente (LINHARES, 1999).

de os oprimidos buscarem uma instância superior de apoio e proteção. É nesse sentido que a República Velha foi um dos momentos de pico da formação dos grandes latifundiários a partir do patrimônio público⁷.

Para os escravos livres, restou a busca de melhores colocações e abandono de locais vinculado à escravidão, como também, a fuga frente a adversidades naturais como a seca, principalmente a população do Nordeste.

Uma grande massa flutuante de gente desvairada e desenraizada tendia a promover movimentos de desconfiança ou de rebeldia aberta contra a ordem plantacionista. Contra a fome e a miséria a massa de sertanejos, matutos, caipiras ou tabaréus – em suma, o campesinato brasileiro – tendia a reagir sob duas formas: formação de grupos cangaceiros ou a formação de seitas de místicos (LINHARES, 1999, p.83).

Diante do abandono e exclusão a que era submetida grande parcela da população pobre, os movimentos messiânicos surgem como forma de contestação e resistência ao sistema de exploração. Dentre os principais, destacam-se Canudos e Contestado. Em Canudos, norte da Bahia, durante quatro anos, de 1893 a 1897, Antônio Conselheiro liderou, no povoado independente de Belo Monte, uma população de 25 mil pessoas, vivendo de maneira alternativa num regime social de cooperação e produção. A comunidade estava no auge de sua experiência comunitária, acolhendo todas as pessoas que vinham afugentadas pela seca. Mas, Canudos esbarrou na política dos coronéis do latifúndio nordestino que rapidamente convenceu o Governo a destruir a experiência de comunidade solidária. Três expedições do exército foram derrotadas, e a quarta, com enormes canhões, arrasou Canudos, matando todos os habitantes que se encontravam na comunidade⁸. Piedade assim relata o fim da guerra em Canudos:

O final da guerra deixou como marca o extermínio indiscriminado dos prisioneiros. A senha para este tratamento foi dado pelo ministro da guerra marechal Carlos Machado Bittencourt que em Monte Santo, ao receber alguns conselheiristas prisioneiros, mandou dizer ao general Artur Oscar que “ele bem sabia que ele, ministro, não tinha onde guardar prisioneiro” (PIEDADE, 2002. p. 15).

⁷ A Constituição Federal de 1889, art. 64, garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema.

⁸ O romance “Os Sertões” de Euclides da Cunha é um misto de literatura com relato histórico e jornalístico que relata os acontecimentos que aconteceram na região de Canudos.

No interior de Santa Catarina e do Paraná, surgiu em 1912 um homem, curandeiro de ervas, a quem os camponeses consideravam um novo Cristo. Reunidos em torno do beato sertanejo José Maria, cerca de 20 mil pessoas, em grande parte pobres consideravam a República usurpadora e exigiam o direito às terras, em especial face às concessões outorgadas pelo governo federal a uma companhia ferroviária estrangeira. Os interesses contrariados dos fazendeiros e da concessionária estrangeira levaram a brutal intervenção do governo federal, culminando num trágico massacre (LINHARES,1999).

Tanto no movimento de Canudos como no Contestado a participação dos pobres camponeses marcou a resistência das massas populares frente ao poder do estado e dos coronéis monopolizadores da terra. A resistência de Canudos e Contestado foi tratada como fanatismo religioso e perturbadores da ordem, principalmente do comando da República.

Com a Revolução de 1930, a “era Vargas”, inicia-se um processo de alteração agrário no país. A política econômica de Vargas teve especial atenção ao setor industrial e aos trabalhadores urbanos até então pouco desenvolvido. No setor agrícola, as transformações também são notáveis. Com a crise mundial, os produtos tradicionais de exportação⁹ não mais encontravam mercados e, por outro lado, a demanda interna por alimentos e matérias-primas reorientava a agricultura para o mercado interno com atenção especial para a diversificação da produção de alimentos.

Dentre as iniciativas do projeto Vargas para o desenvolvimento do país, é prioridade o apoio ao mercado interno com a construção de rodovias, ferrovias e portos. A criação de uma política salarial única para evitar aumento das categorias especializadas ou salários baixos com a superoferta de trabalho. Também o incentivo da mobilidade para fronteira econômica, visando a incorporar amplos espaços vazios e reunir os diversos núcleos demográficos isolados (LINHARES, 1999).

⁹ O café era uns dos principais produtos de exportação, principalmente para os Estados Unidos. Com a Crise de 1929, há uma diminuição da exportação e queda do preço. O governo comprou e queimou os estoques de café para manter os preços e diminuir a oferta.

A ação colonizadora e produção de alimentos proposta por Vargas irão chocar-se com um setor fundiário caótico, desigual e concentrador. A inclusão dos trabalhadores rurais fica mais no simbólico, diferentemente do trabalhador urbano que recebe melhores condições com a participação em sindicatos, e é incluído na organização econômica.

O projeto de Vargas para o meio rural era a instalação de trabalhadores pobres, flagelados e retirantes das secas em grandes áreas de assentamentos. Tais áreas seriam constituídas pela reunião de pequenos lotes, cuja finalidade era povoar o interior e preencher os espaços vazios, principalmente da região Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia. A partir de 1933, o governo inicia a distribuição de lotes de terra, fruto da partilha de propriedades sob sua administração ou de terras da União. Como há forte resistência ao processo de colonização, o governo decreta autorização de desapropriação de terras por utilidades públicas pela primeira vez no Brasil (LINHARES, 1999).

Essas ações voltadas às transformações no campo não interferiram na modernização da estrutura agrária ou mesmo numa reforma agrária ampla e radical. Isso porque o governo Vargas priorizava a colonização das áreas de fronteira e evitava conflitos com o latifúndio tradicional em áreas já ocupadas.

As lutas dos movimentos sociais pela posse e uso da terra se multiplicaram a partir do período da “Era Vargas”. Muitos movimentos surgiram regionalmente como o Levante de Trombas e Formoso, no interior de Goiás (1948-60) com auxílio do Partido Comunista para realização da Reforma Agrária. Outras lutas similares ocorreram no Paraná, como a Guerrilha do Porecatu (1949-51) e no Maranhão, a Revolta de Dona Noca (1951) (SCHERER-WARREN, 1996).

Foi a partir da década de 1950 que os movimentos sociais começaram ocupar o espaço político da sociedade, ultrapassando o nível das ações localizadas e a empreender articulações regionais ou mesmo de alcance nacional. Antes, o único recurso para enfrentar a prepotência e a violência dos fazendeiros era o messianismo, a luta religiosa, ou então o cangaço – formas não políticas de libertação, que não podiam modificar a sociedade inteira (MARTINS, 1985).

É nesse período que o país assume com determinação a industrialização nos moldes capitalistas tanto no campo como na cidade. No campo, a introdução das máquinas no sistema das monoculturas e venenos expulsou a população pobre

do campo, ocasionando mais pobreza e revolta dos camponeses. O desenvolvimentismo foi a ideologia que influenciou a economia política, favorecendo a modernização de forma conservadora e excludente.

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia a doutrina desenvolvimentista, era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional (MANTEGA, 1991, p.23).

O campo brasileiro tornava-se o centro das questões referentes ao desenvolvimento do país. Não só por uma questão de justiça social se exigia a reforma agrária, mas como indispensável para superar o estrangulamento da industrialização do país. Produzir mais alimentos e matérias-primas e, assim, baratear salários e produtos era a resposta para o desenvolvimento do país.

A questão da reforma agrária se tornava um ponto central do debate das forças políticas de posturas de esquerda e de direita num ambiente marcado pela conjuntura mundial de “Guerra Fria” que dividia ocidente e oriente. Conforme refere Linhares (1999), a visão de esquerda preconizava uma reforma agrária para superação da herança do passado colonial, onde não é possível construir um país moderno, desenvolvido e justo com a presença do latifúndio. Era preciso superar o feudalismo no campo, unindo os setores da cidade com os trabalhadores rurais, para eliminar o latifúndio. Outra visão de esquerda, de Caio Prado Júnior, defendia que o campo não era feudal ou atrasado, o que devia ser superado eram as relações de trabalho estendendo a legislação trabalhista e organizando os trabalhadores rurais através de sindicatos. Para José de Souza Martins, não haveria qualquer oposição insuperável entre as velhas estruturas agrárias vigentes no país e o moderno capitalismo industrial. A própria dinâmica do capital o levaria a buscar a maximização do lucro.

As visões conservadoras da questão agrária visavam a despolitizar o problema e, muitas vezes, a transferir para o trabalhador rural o ônus da sua pobreza. Assim, a mudança na estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mais do que distribuição ampla de terras, era necessário aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização da produção em grandes cooperativas ou em grandes empresas ou complexos agroindustriais.

Em fins dos anos cinquenta e início dos sessenta, há uma maior mobilidade popular em torno das reformas consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país. O então presidente João Goulart, governo reformista, começa implementar as reformas de base: agrária, urbana, bancária, universitária. O primeiro passo foi aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963. Era produto direto da criação, em 1962, da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). O teor básico do Estatuto do Trabalhador Rural era a extensão dos direitos trabalhistas e não a distribuição de terras (MEDEIROS, 1989).

Nesse período, a situação agrária, principalmente no Nordeste, era de intensos conflitos gerados pela estrutura fundiária altamente concentradora, questões conjunturais de preços do açúcar e o problema das secas. A partir de Pernambuco, desde 1955, formara-se entre canavieiros um forte movimento de luta contra os desmandos e o arbítrio dos latifundiários locais. A formação das Ligas Camponesas¹⁰ do Nordeste, lideradas pelo advogado Francisco Julião, se constituíram num movimento político de contestação do sistema de dominação dos latifundiários, burguesia rural e da industrialização conservadora. A conscientização e luta dos camponeses fez nascer o Estatuto do Trabalhador Rural e elaboração de uma proposta de Reforma Agrária, controlada mais tarde pela Ditadura Militar: o Estatuto da Terra. Também nessa época, surgiu o Sindicalismo Rural e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do RS – MASTER¹¹. A Igreja Católica passa a organizar os camponeses através dos sindicatos rurais.

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de lutas e de resistência (MARTINS, 1981, p.67).

¹⁰ As Ligas Camponesas inicia-se no Engenho Galiléia, em Pernambuco, no ano de 1954. Desde os fins da década de 1940, os proprietários deixam de explorar a cana e arrendam os 500 hectares para 140 famílias, reunindo cerca de 1000 pessoas. Os proprietários arrendam as terras por alto valor que inviabiliza o pagamento por parte dos agricultores. Diante do endividamento os agricultores sofrem ameaça de expulsão e procuram assessoria junto ao Partido Comunista que através do Francisco Julião, deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro, assume a causa dos agricultores e desapropria a engenho, através da Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 1959 (BASTOS, 1984).

¹¹ Movimento fundado no Rio Grande do Sul, em 1958, sob influencia de líderes políticos do PTB, como Leonel Brizola, Jair Calixto e João Sem-Terra. O movimento pressionava o governo estadual a realizar assentamentos. Funcionou de 1958 a 1964, quando foi colocado na ilegalidade e perseguido (MORISSAWA, 2001).

Durante o Regime Militar quaisquer manifestações em favor da reforma agrária ou tentativa de organização dos trabalhadores rurais eram identificadas como subversão. Assim, grandes empresas madeireiras, pecuaristas e grandes projetos agroflorestais puderam livremente se apoderar de terras e explorar o trabalho agrícola sem temer punições. Dos movimentos de contestação do regime militar, apenas o sindicalismo rural continua se disseminando pelos municípios brasileiros, com características assistencialistas (SCHERER-WARREN, 1996). As políticas públicas como crédito rural subsidiado, apoio ao cooperativismo empresarial, programas para produtores de baixa renda, serviram para intervenção do governo, visando ao controle político dos movimentos sociais e repressão de outros, como o caso das Ligas Camponesas que foram perseguidas e seus líderes presos e desaparecidos.

A intenção dos militares era esvaziar a luta pela terra e modernizar o país. Assim, deram prosseguimento a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira que dentre as características principais está a adoção do padrão tecnológico moderno, calcado basicamente no binômio química mineral e mecanização; manutenção da estrutura fundiária, com aumento da tendência à concentração; integração do capital financeiro com os capitais agroindustriais e agrocomerciais; territorialização da burguesia, com investimentos maciços de grandes grupos financeiros e industriais em terras, sob a cobertura de incentivos fiscais dados pelos Estado; internacionalização da agricultura brasileira.

No período do Regime Militar, cresceu o número de assassinatos de agricultores e lideranças sindicais, em especial, na região do Bico do Papagaio, Goiás e na fronteira agrícola. Os conflitos agrários e a repressão sofrida pelos trabalhadores rurais e as comunidades indígenas despertaram nos setores mais progressistas da Igreja Católica a solidariedade e o envolvimento na defesa dos trabalhadores rurais (MARTINS, 1985).

No ano de 1975, um grupo de lideranças formadas por bispos, padres, pastores, agentes das comunidades criam a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que se torna interlocutora dos conflitos e problemas envolvendo os pequenos agricultores, posseiros, sem terra, indígenas. A CPT trouxe novo vigor a luta dos movimentos sociais, na medida em que denunciava as violações dos direitos e os assassinatos dos trabalhadores rurais.

No final da década de 1970, começam a surgir novas formas organizadas de ações, que originam diversos movimentos: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o sindicalismo rural com diferentes feições e formas de organização (GOHN, 2000). A contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

Os movimentos sociais que emergem da mobilização, organização e processo reivindicatório são frutos da insatisfação de determinado grupo, classe ou comunidade, sendo encaminhados por uma vanguarda que estimula e, muitas vezes, direciona a participação na luta. Inseridos nesse processo podem, ou não (os grupos) chegar a uma consciência política, com uma visão mais ampla do momento histórico vivenciado pelo grupo na sociedade (KLEINSCHMIDT, 1985, p.44).

No governo de José Sarney¹², foi criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e estabeleceu o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa o assentamento de 1 milhão e 500 mil famílias. Aparentemente, o plano criava um consenso da importância da reforma agrária e redemocratização do país (MEDEIROS, 1989). Porém, Sarney estava aliado a uma ampla frente conservadora no Congresso e Câmara dos Deputados capitaneada pela União Democrática Ruralista (UDR) que bloqueou qualquer mudança estrutural na sociedade. Apenas setenta mil famílias chegaram a ser assentadas (FERNANDES, 2010).

Diante da paralisia do processo de reforma agrária, os movimentos sociais do campo aumentaram as mobilizações, exigindo o cumprimento da reforma agrária. Em resposta à organização dos trabalhadores rurais, jagunços assassinavam lideranças sindicais, advogados, padres e trabalhadores¹³. Os crimes cometidos contra as lideranças e trabalhadores rurais, a grande maioria dos mandantes e executores permanece impune.

¹² Governo da Nova República no período de 1985-1989.

¹³ Crimes como o assassinato do padre Josimo Moraes Tavares, vigário de São Sebastião do Tocantins e agente da CPT, morto em 1986, em Imperatriz, MA e o assassinato de Chico Mendes, no Acre, em 1988 (CPT, Conflitos no Campo, 1989).

Nos períodos seguintes à democratização do país, os movimentos sociais buscaram ocupar o espaço político da sociedade e pautar políticas públicas favoráveis aos camponeses e trabalhadores da cidade. Exemplo disso foram as emendas populares na Constituinte de 1988, muitas delas aprovadas em favor das classes empobrecidas. No entanto, a garantia dessas leis não assegurou sua efetiva implementação.

Nos anos 1990, a conjuntura política e econômica nacional e internacional mudou significativamente, impactando na organização e mobilização dos movimentos sociais. No Brasil, com o governo Fernando Collor de Mello, o avanço das políticas neoliberais, com a privatização de grande parte das empresas estatais, a desregulamentação e a eliminação dos direitos dos trabalhadores e do desemprego estrutural provocaram enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. Conforme refere Gohn (2000), os movimentos sociais entram em crise, não apenas de mobilização, mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera da política.

Essa crise dos movimentos sociais coincidiu num momento em que a crise econômica gerou grandes contingentes de excluídos socioeconomicamente, tanto na cidade como no campo. Se na década de 1970 e 1980, os movimentos sociais contestavam o Estado autoritário, e, como amplos segmentos da sociedade civil participavam dessa contestação, era grande a força e a capacidade de agregar simpatizantes pela causa da Reforma Agrária. A partir do momento de transição democrática, quando a sociedade civil tem mais força para propor as políticas públicas, a representatividade dos movimentos sociais junto ao Estado começa a enfraquecer, e as possibilidades reais de avançar as políticas de Reforma Agrária num estado democrático ficam comprometidas.

Novos elementos surgem a partir da década de 1990 e no tempo atual referente à questão agrária. O latifúndio deixou de ser o principal problema para o desenvolvimento da agricultura camponesa. O desafio maior para a implementação da reforma agrária passou a ser o agronegócio. Para combater as lutas por terra, os defensores do agronegócio criaram uma política de “reforma agrária de mercado” (FERNANDES, 2010, p187). O Banco da Terra, política financiada pelo Banco Mundial, para compra de terras foi uma tentativa para despolitizar e desmobilizar a luta dos movimentos sociais pela reforma agrária.

A mercantilização da reforma agrária pauta-se na lógica da compra e venda, através da qual a terra torna-se uma relação de mercado. A terra, na ótica do agronegócio, deve estar disponível para servir a seu interesse de maximizar o lucro. A luta dos movimentos sociais, como as ocupações, é duramente reprimida através da criminalização e violência por parte do estado e dos donos do capital.

Nesta época, surge uma corrente teórica conhecida com o “paradigma do capitalismo agrário”¹⁴, através do qual o problema agrário é resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado, o qual agradou forças políticas de direita e esquerda. Tanto assim, nos governos seguintes do período Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, o agronegócio foi prioridade e política agrária para o desenvolvimento da agricultura no campo. As consequências desse modelo foram perversas pelo lado dos camponeses que foram obrigados a entrar nesta lógica do capital. As empresas nacionais e transnacionais exploram os agricultores com negócios integrados, onde o agricultor torna-se dependente da tecnologia, das sementes, dos adubos e venenos, geralmente, os preços dos produtos são definidos pela bolsa internacional afetando diretamente a economia local.

Em relação à política de reforma agrária, tanto os governos de Cardoso e de Lula, seguiram pautando uma reforma agrária de mercado. As desapropriações realizadas neste período aconteceram graças à força de mobilização do MST e de outros movimentos sociais no campo¹⁵. No período do governo de Cardoso, a violência contra os camponeses e lideranças sindicais e religiosas aumentou consideravelmente, como no massacre de Corumbiara e do Eldorado dos Carajás¹⁶. Apesar da repressão, violência e mobilização das forças contrárias à reforma agrária, como a bancada ruralista no Congresso Nacional que mantém forte lobby e impede a votação de leis e políticas para os camponeses sem terra, os movimentos sociais no campo seguiram realizando lutas pela reforma agrária e políticas públicas

¹⁴ Visão da economia rural que entende que a questão agrária pode e deve ser resolvida pela integração dos camponeses ao mercado dominado pelo agronegócio, com o estímulo de políticas desenvolvidas pelo Estado (FERNANDES, 2010, p.188).

¹⁵ De 2000-2006 existiam no Brasil 86 movimentos socioterritoriais no campo (FERNANDES, 2010, p. 193).

¹⁶ O massacre de Corumbiara aconteceu no dia 9 de agosto de 2005, 11 trabalhadores foram assassinados, inclusive uma criança pela polícia e jagunços na desocupação da Fazenda Santa Elina de 20.000 hectares. O massacre de Eldorado dos Carajás, aconteceu no dia 17 de abril de 1996, onde foram assassinados 19 trabalhadores sem terra, depois que a polícia despejou violentamente os agricultores que faziam uma manifestação numa rodovia. Este dia foi instituído o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária (Fonte: Documentação CPT).

para o campo. Essa agenda de lutas dos movimentos sociais, empreendida desde a década de 1990, contribui principalmente para impedir a intensificação da concentração fundiária.

Carvalho (2003) refere que a política de assentamentos praticada pelos diversos governos, no Brasil, desde a década de 1960 não configura um processo de Reforma Agrária estrutural. No limite, poderia ser inserida no âmbito de uma Reforma Agrária conservadora. A via conservadora da Reforma Agrária (ou convencional) tem, como característica básica, ser realizada em consonância com a legislação vigente, que é historicamente produto da correlação de forças política e social, favoráveis aos interesses patrimonialistas das classes dominantes no campo.

Conclui-se, nessa rápida análise histórica, que a questão agrária sempre favoreceu os latifundiários e os donos do capital. Os camponeses tiveram algum ganho mediante mobilização e pressão social. As correlações de forças política e social continuam favorecendo a grande propriedade capitalista que sempre recebeu especial atenção dos governantes, com destinação de elevada somas em subsídios para viabilizar seus negócios¹⁷.

3.3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA E A LUTA PELA TERRA

O MST é um movimento social popular que ultrapassou as fronteiras geográficas regionais transformando-se num movimento nacional que congrega uma diversidade de camponeses e desempregados pobres dos centros urbanos. Graças a sua coerência ideológica e a uma metodologia fundamentada em uma rígida organização, forte disciplina e grandes mobilizações, permitiu ao MST manter uma unidade no modo de organização e reivindicação de suas demandas por terra e políticas públicas voltadas às classes sociais empobrecidas. Como, também, deram consistência no movimento, na medida em que consegue firmar posições junto aos governantes e sociedade, visualizar os aliados e os “inimigos” do movimento.

¹⁷ O Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, lançado no dia 07/06/2010, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, destinou para os produtores rurais brasileiros do agronegócio R\$ 100 bilhões de reais, enquanto para a agricultura familiar foram destinados somente R\$ 16 bilhões de reais. Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/zhdinheiro/19,0,2928874,Produtores-rurais-terao-R-116-bilhoes-para-financiamento-da-safra-2010-2011.html> acesso:20/01/2011.

O surgimento do MST está intimamente ligado a diversos fatores históricos. O principal deles foi o aspecto socioeconômico das transformações da agricultura brasileira, principalmente na década de 1970, marcado como o período mais rápido e intenso da mecanização das lavouras. No sul do país, considerado o berço do MST, a introdução do monocultivo da soja e do trigo nos moldes de uma agricultura capitalista, direcionada para exportação, provocou a expulsão do campo de grandes contingentes populacionais¹⁸.

Eram famílias que viviam da diversificação da produção nas pequenas propriedades agrícolas, arrendatárias, parceiras que utilizavam muita mão de obra na produção agrícola. Com a entrada da modernização da agricultura através da mecanização e uso de adubos químicos e venenos, grande contingente de pessoas ficaram sem trabalho, forçando a migração para a cidade ou para as fronteiras agrícolas com o incentivo governamental através dos projetos de colonização¹⁹.

Com a crise da indústria brasileira no final da década de 1970 e o pouco êxito dos agricultores que migraram para as fronteiras agrícolas, obrigou os agricultores a buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.17).

Outro fator que contribuiu para o surgimento do MST foi a experiência das Ligas Camponesas do Nordeste, lideradas pelo advogado Francisco Julião, do Partido Socialista (PC), que tinha por objetivo libertar os agricultores que estavam à mercê dos fazendeiros em Pernambuco. Foi um movimento de luta pela terra com identidade de classe, de abrangência nacional. O lema, levado a cabo pelas Ligas Camponesas, era a “Reforma Agrária na lei ou na marra”, com ocupação de terras pelos agricultores. Era o movimento mais organizado no Nordeste brasileiro. Com o golpe militar²⁰, em 1964, e a consequente perseguição política, ocorre o fim das Ligas Camponesas.

¹⁸ Conforme anuário estatístico IBGE, 1972, a proporção da população brasileira, na década de 1960 era de 54,92 rural e 45,08 urbana. Na década de 1970 a população urbana passou para 55,98 e a rural diminuiu para 44,02.

Fonte:

http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_populacao_brasileira_de_1872_a_1970.pdf. Acesso: 05/01/2011.

¹⁹ Na década de 1970 o governo brasileiro, através da política de colonização regulamentada no Estatuto da Terra de 1964, incentivou a migração dos agricultores do sul do país para as regiões sudeste e norte, especialmente Rondônia, Pará e Mato Grosso. Os agricultores não conseguiram se reproduzir enquanto camponeses, pois nessas regiões não tinham vocação para a agricultura familiar. (STÉDILE, 1999, p.16).

²⁰ O golpe militar ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964, que resultou na deposição do presidente João Goulart (PTB). Perdurou de 1964 a 1984.

A experiência do Master de organizar os assalariados rurais, os parceiros, os peões, os pequenos proprietários de lutar pela terra para aqueles que não possuíam; a efervescência no início dos anos de 1960 das CEBs e a fundação da CPT, em 1975, tiveram um importante papel de organização dos agricultores e o ressurgimento da luta do MST. Um dos principais líderes do movimento, João Pedro Stédile, assim se expressa com relação ao surgimento do MST:

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que têm suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.18).

A CPT, organismo pastoral da Igreja Católica, vinculada à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo como referência doutrinária a Teologia da Libertação, procurou aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Através do trabalho pastoral influenciou ideologicamente na organização do MST. A articulação de bispos, padres e agentes leigos ligados à luta pela terra na defesa dos posseiros, dos índios, dos pequenos agricultores, representou, do ponto de vista ideológico, um avanço importante na contestação do regime militar e da agricultura nos moldes capitalistas.

O estado do RS foi o palco das primeiras grandes lutas que originaram o MST. O cenário da mobilização, organização e articulação acontece nos anos 1960, quando diversas mobilizações e concentrações populares acontecem com a participação de sem-terras e pequenos produtores que contam com o respaldo do governo estadual e apoio da Igreja Católica representada pela Frente Agrária Gaúcha (FAG) que possuía um projeto desenvolvimentista de modernização de agricultura. O saldo positivo dessas mobilizações pela terra foi a desapropriação da fazenda Sarandi, 1962, acampamento e ocupação da Fazenda Santo Antonio, em Tapes, pressão e loteamento do Banhado do Colégio, em Camaquá²¹, criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) com o objetivo principal de lutar pela reforma agrária (GEHLEN, 1985).

²¹ O Banhado do Colégio era uma área superior a 50.000 hectares pertencente ao governo do estado, onde o então governador Leonel Brizola assentou inúmeras famílias em 1962. no entanto o assentamento não prosperou devido a problemas de titulação e definição dos lotes (GEHLEN, 1985).

Após o golpe militar de 1964, os movimentos camponeses pela terra foram reprimidos e entraram num período de aparente imobilismo. O caráter autoritário e antidemocrático da ditadura militar reprimiu qualquer forma de organização, articulação e mobilização para reivindicar a terra. O novo regime institucionalizou medidas de controle social, atrelou os sindicatos à política oficial e expandiu o cooperativismo e a política de créditos agrícola voltados para produção. Também fomentou a disseminação de métodos de ideologização, fazendo os agricultores crer nas propostas do regime para o desenvolvimento social e cerceamento de todo resquício de liberdade e oposição à política oficial (GEHLEN, 1985).

Apesar da constante repressão do regime militar contra as organizações e lideranças que lutavam pela democratização da terra, diversos fatores contribuíram para a efervescência e organização do movimento camponês no estado do RS. Primeiramente, persistia o conflito entre índios e pequenos agricultores nas áreas Indígenas; o governo anuncia a construção de várias barragens no rio Uruguai e, conseqüente expulsão dos agricultores de suas terras; a saturação da noroeste colonial pela aglomeração de pequenas propriedades; a falta de terra para as futuras gerações de agricultores familiares, a frustração das famílias que se deslocaram para os projetos de colonização. Todos esses fatores influenciaram, num primeiro momento, a tomada de consciência e resistência dos agricultores, ainda que, muitas vezes, de forma individual. Com o agravamento da situação, principalmente a expulsão dos agricultores da reserva Indígena de Nonoai, as famílias se organizam e formam o acampamento dos colonos de Nonoai e depois o acampamento da Encruzilhada Natalino.

A situação desesperadora das 170 famílias de pequenos agricultores expulsas das áreas indígenas²² dá novo direcionamento à luta pela terra no estado e país. A ocupação, em 1979, da gleba Macali, de 1.630 hectares, e da gleba Brilhante, de 1.433 hectares²³, no município de Sarandi, é símbolo de resistência e

22 Uma das áreas indígenas ocupadas por pequenos agricultores é a reserva Indígena de Nonoai localizada nos municípios de Nonoai, Planalto e Rio dos Índios, RS. A demarcação original data de 1857. No ano de 1911 sofreu nova demarcação com redução de 10% da área, ficando com 34.907,6 hectares, sendo 19.998 hectares transformados em reserva florestal no ano de 1949. Em 1962, o Estado retira 2.499 hectares da parte transformada em reserva florestal e os transforma em lotes coloniais, assentando de forma irregular famílias de agricultores camponeses remanescentes do Master. http://www.portalkaingang.org/index_nonoai.htm.

²³ As glebas Macali e Brilhante pertenciam à antiga Fazenda Sarandi, a qual havia sido desapropriada pelo Governador Brizola em 1962 e dividida em lotes, porém não foi possível distribuir todos, pois seu mandato terminou e o seu candidato não foi eleito. Além disso, logo em seguida veio o golpe militar e vários lotes de terra havia sido arrendada pelo Estado a grandes empresários.

esperança da conquista da terra para milhares de famílias, onde 80 famílias são assentadas. As demais famílias formam o primeiro acampamento de agricultores Sem Terras na Encruzilhada Natalino²⁴ e em 1980 ocupam uma fazenda de 9.000 hectares pertencentes à família Anoni, a qual é desapropriada e uma parte das famílias é assentada.

A experiência da Encruzilhada Natalina foi fundamental para o surgimento do MST. O trabalho de orientação metodológica da CPT junto aos acampados, através da organização interna e a reflexão da caminhada, tendo como ponto de partida o princípio bíblico de que “a terra é dom de Deus a todos” contribuiu para os próprios acampados assumirem a luta como sujeitos do processo, enfrentando o governo, o INCRA, a imprensa, as campanhas de conscientização e de alimentos (MARCON, 1989, p.89).

A experiência dos acampados, em Encruzilhada Natalino, e outras mobilizações de pequenos agricultores e posseiros nos Estados, como os atingidos pela barragem de Itaipú (PR), foram fundamentais para o crescimento da organização e criação do MST. Foi a CPT que organizou os primeiros encontros dos Sem-Terra, como primeiro encontro de camponeses e agentes de pastoral, no município de Medianeira (PR), para discutir o crescimento da mobilização pela reforma agrária. Também em 1982, a CPT organizou um novo encontro em Goiânia (GO), onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês nacional. Ainda em 1983, com apoio da CPT, foram realizados mais dois encontros preparativos para a fundação do MST. A sua criação oficial teve lugar em Cascavel (PR), no dia 22 de janeiro de 1984. Um ano depois, em janeiro de 1985, o MST realizou o seu 1º Congresso Nacional, com representantes de 23 estados brasileiros (FERNANDES, 2010, p.165).

Desde sua origem, o MST tem desenvolvido uma sofisticada organização popular, com a presença em quase todo o território nacional. Mesmo tendo sido influenciado por diversos movimentos e organizações, constitui-se como um

(MORISSAWA, 2001, p.123).

24 A Encruzilhada Natalino localiza-se na RS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta. O local é intensamente movimentado por ser um dos acessos a Santa Catarina, via Nonoai e, por outro lado, ponto de cruzamento da estrada de acesso a Sarandi, Rondinha e Carazinho. A denominação Natalino tem sua origem no proprietário do estabelecimento comercial e lancheria, Natálio Verardi, localizado na encruzilhada da RS-324 com a rodovia que dá acesso a Sarandi (MARCON, 1989).

movimento independente, nascido no interior das lutas pela terra. Estima-se que possui mais de um milhão de membros e mais de dois mil assentamentos agrícolas. Possui uma rede de entidades de apoio e simpatizantes dentro e fora do país. Com seu constante ativismo e frequentes cursos de formação, o MST tem sido uma fonte de inspiração para muitas outras organizações no Brasil e na América Latina. Nos últimos anos, tornou-se membro da Via Campesina, uma coalizão de associações de lavradores familiares em 69 países (CARTER, 2010).

Em sua organização, possui uma sólida estruturação em âmbito nacional, regional e local, com diversas equipes de trabalho atuando em diversas frentes de trabalho. A proposta pedagógica é envolver um número maior de lideranças, seja nas equipes de trabalho nos acampamentos e assentamentos, como nas coordenações das cooperativas de produção e comercialização, escolas de formação e frentes de massa.

O MST agrega filhos de camponeses minifundiários, trabalhadores assalariados temporários, arrendatários e populações urbanas do setor informal excluídas do acesso ao emprego das indústrias e comércio. Atualmente, com o esvaziamento da população do campo e o desemprego na cidade, cresce o número de famílias urbanas que aderem ao MST na esperança do retorno ao campo.

Atualmente, o MST introduziu uma nova agenda à pauta já tradicional dos trabalhadores rurais de acesso à terra, composta de três novas reivindicações: acesso ao crédito numa política de democratização da propriedade, apoio técnico aos assentamentos, e organização do trabalho em cooperativas de produção (GOHN, 2010). Essas reivindicações buscam a afirmação dos trabalhadores no campo através da produção de alimentos e geração de renda para melhoria das condições de vida.

A proposta de Reforma Agrária do MST assenta-se em quatro pilares: a democratização do acesso à terra; o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local; a educação e a mudança do modelo tecnológico agrícola existente no Brasil, baseado nos oligopólios e nas multinacionais (GOHN, 2010). Essa proposta vai além da simples distribuição de terras aos assentados, visa, fundamentalmente, a construir um modelo de agricultura que contribua para superação da fome e do desemprego, que respeite o meio ambiente e que tenha compromisso com as gerações futuras.

Numa retrospectiva desses 30 anos de existência do MST, é possível perceber um impacto positivo na realidade social, econômica e política do Brasil. O movimento contribuiu na superação das enormes disparidades sociais e oferece lições construtivas em prol do desenvolvimento de base; fortalece a sociedade civil por meio da organização e incorporação de setores marginalizados da população; facilita a extensão e o exercício de direitos básicos de cidadania entre os pobres incluindo os direitos civis, políticos e sociais; gera um sentido de utopia e afirmação de ideais que impregnam a democratização no Brasil. Esses pontos, entre outros de afirmação positiva, revelam um movimento social coeso com a proposta que originou e espalha diversos ensinamentos, servindo de exemplo para muitas organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores de vários países.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado refere-se à prática comum que o MST adotou desde o início de realizar as ações coletivas de grande porte. As diversas táticas de protesto, como as ocupações de fazendas e prédios públicos, marchas e fechamento de rodovias proporcionaram importantes ganhos políticos e impulsionaram a afirmação do movimento no conjunto da opinião pública e da mídia. Esse “repertório de ações coletivas” refere-se ao universo de táticas de protestos e formas organizacionais implementadas em um local e momento específico. O repertório é um conceito cultural, já que consiste de um conhecimento compartilhado sobre como fazer exigências a autoridades do governo e outros detentores do poder. Ao mesmo tempo, os repertórios refletem questões estruturais subjacentes, como condições de trabalho, fatores demográficos e tecnológicos e o caráter do estado, que determinam a variedade de ações que podem ser utilizadas com eficácia (CARTER, 2010).

Ainda em relação à prática de organização do MST, deve ser ressaltado o discernimento do movimento de que a luta pela terra não se faz de forma isolada, mas que é preciso realizar alianças com entidades do campo e da cidade. Outro dado importante que o movimento incorporou é o comprometimento de todos os membros das famílias nas ações de luta. A participação das mulheres e crianças contribuiu na redução do risco de repressão e transmitiu uma imagem mais benéfica do movimento. Em diversos atos, as crianças e mulheres marchavam na frente para inibir a reação truculenta e violenta da polícia e dos latifundiários. Muitas dessas ações terminaram de forma não violenta pela participação ativa das mulheres e

crianças. Essa prática tem revelado o importante papel da família no sentido da busca de objetivos comuns que possibilitem o seu desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Nesse contexto, é fundamental inferir sobre as transformações ocorridas no âmbito da instituição família, no desenvolvimento das diferentes sociedades, a qual é influenciada pela expansão do capitalismo, conforme será descrito no capítulo 4 deste trabalho.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS FAMÍLIAS ASSENTADAS

TERRA E RAIZ

(I Oficina Nacional dos Músicos do MST, 1998)

A terra guarda a raiz
Da planta que gera o pão
A madeira que dá o cabo
Da enxada e do violão.

Este capítulo prioriza a reflexão acerca das formas de constituição e novas configurações da instituição família, a origem e desenvolvimento da Política de Assistência Social no Brasil e o acesso das famílias sem terra a esta política. Primeiramente, faz-se um resgate histórico acerca das formas de constituição da família, a realidade das famílias assentadas e as transformações no espaço familiar. Logo em seguida, faz-se uma reflexão acerca da Assistência Social, priorizando-se, mediante breve resgate histórico, dar visibilidade sobre a passagem de uma noção de favor para a perspectiva de direito. Nessa direção, destaca-se a conquista da Lei orgânica de Assistência Social – LOAS e do SUAS, os quais se constituem marcos importantes para a efetivação da Assistência Social como direito social a ser viabilizado como política social pública.

4.1 A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

Este item objetiva tecer considerações referente à categoria família²⁵, analisando a partir de estudos teóricos, como de Morgan e Engels que realizaram escritos clássicos sobre a instituição família e sua relação nas transformações socio-econômica das sociedades, principalmente as capitalistas. Também é fundamental conhecer as peculiaridades da família no mundo rural brasileiro e a família camponesa e participante do MST com suas histórias de vida, com seus processos históricos de participação, organização e luta pela terra.

²⁵ Trata-se de uma categoria explicativa da realidade.

A família é universal e está presente em toda sociedade humana. Pela necessidade natural e social, o ser humano precisa da ajuda de terceiros para sobreviver, pelo menos nos primeiros anos de vida. A família exerce um papel fundamental na vida de cada ser humano pela sobrevivência, transmissão de costumes, tradições, herança cultural que são acumuladas no decorrer da história. Dependendo de cada sociedade e grupo social, a família difere em sua constituição e nos papéis que cada membro ocupa dentro do grupo.

Por isso, falar em família é desvendar as tramas das relações sociais, costumes e tradição dos povos que são passados pelas gerações. É oportuno entender a categoria família a partir das transformações sociais principalmente no século XX, onde novos aspectos sociais, culturais e educacionais passaram a fazer parte das famílias, tanto urbanas como rurais. Esses aspectos ocasionaram mudanças no modo de ser e agir de cada membro familiar, muito em decorrência da expansão do processo de industrialização e do acirramento das relações capitalistas que exigiram a inserção de todos os membros no mercado de trabalho.

No verbete do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), diversos significados são atribuídos à categoria família. A família possui origem no latim que designa “pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança”. Ainda de acordo com Perreira, na sociologia, o termo significa “comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial e pelos filhos nascidos dessa união”.

Por essas definições, o termo restringe a família a um grupo nuclear consanguíneo, predominante na cultura ocidental e não contempla outros arranjos familiares característicos da contemporaneidade e de outras sociedades que abrangem outras conformações e outros significados. No entanto, a família como unidade social básica universal continua desenvolvendo seu papel de agente socializador e mantenedor da vida. Assim “a família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas e o funcionamento” (LAKATOS, 1999, p.171).

Um dos aspectos a ser considerado sobre a família é seu caráter institucional. Em Silva (1987), a autora caracteriza o institucional por sua natureza superestrutural, a qual se apresenta aos homens como que revestida de

objetividade, como se existissem independentemente dos indivíduos que as corporificam em determinado momento como algo natural, cuja existência independe da prática humana. Analisando por esse aspecto, a família, instituição aparentemente natural, é defendida e interiorizada na consciência dos indivíduos e mantida pela força coercitiva dessa interiorização, é fruto da história humana e sujeita às determinações dessa história.

Diversos estudos e correntes ideológicas analisam a instituição família²⁶. Uma abordagem de família a apresenta como formação natural, derivada, em primeiro lugar, da necessidade biológica de reprodução da espécie. As consequências desse tipo de pensamento é que os filhos nascerem de seus pais e de não poderem desenvolver-se sem eles. As funções de homem e da mulher são definidas, onde acontece a diferenciação entre os sexos no domínio das profissões e responsabilidades (SILVA, 1987).

A definição de Morgan e Engels (in Canevacci, 1984) estabelece relações históricas entre as formas familiares específicas e a propriedade privada, revela-se mais ampla e mostra que a família é uma criação histórica, que se constitui e transforma no tempo, está em constante mudança e assume características diversas nas diferentes sociedades humanas e nos diversos tempos históricos. Para Morgan, a família conjugal monogâmica moderna em sua constituição teve origem na família fundada no casal, e antes ainda na família grupal e consanguínea que podem ser caracterizadas a partir de cinco formas diferentes de família:

a família consanguínea, fundada no intercasamento de irmãos e irmãs; a família punuluana, fundando-se sobre os casamentos de várias irmãs, carnis e colaterais, com os maridos de cada uma das outras, no interior do mesmo grupo; a família sindiástica ou de casal, que se fundava sobre o casamento entre casais individuais, mas sem a obrigação de coabitação exclusiva; a família patriarcal, fundando-se sobre o casamento de um só homem com diversas mulheres. Finalmente, temos a família monogâmica, fundando-se sobre o casamento de casais individuais, com obrigação de coabitação exclusiva (CARVALHO FILHO, 2000, p.44).

Ao constatar que “a família monogâmica deve suas origens à propriedade”, Morgan, influenciado pela teoria do evolucionismo darwinista, identificou a família monogâmica como propulsora por excelência do desenvolvimento da ideia de

²⁶ A categoria família é objeto de reflexão de diversos pensadores sociais. O tema desperta interesse porque a família, como unidade de reprodução da vida, é um primeiro espaço de socialização dos indivíduos na sociedade. O modo das relações sociais manifesta nas famílias demarcam um tipo de sociedade.

propriedade na mente humana, através de sua criação e de sua posse, e, especialmente, através da sistematização dos direitos legais que regulam sua transmissão hereditária. Assim a descoberta da possibilidade de estabelecer com certeza a paternidade dos filhos representou uma virada histórica para o desenvolvimento social global (CANEVACCI, 1984).

A descoberta de Morgan de que o desenvolvimento da sociedade capitalista foi possível pela forma histórica determinada da propriedade privada e da família monogâmica patrilinear, aproximou-se das mesmas conclusões dos fundadores do materialismo dialético. Assim Engels, na obra sobre “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, aprofunda as reflexões de Morgan e argumenta que a família burguesa tem seu fundamento material na desigualdade entre o marido e a mulher, onde a monogamia é comparada à “propriedade privada da mulher” com a finalidade de procriar filhos, futuros herdeiros dos bens. A monogamia foi a primeira forma de família que não se baseava nas condições naturais, mas nas econômicas e no conseqüente triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva (ENGELS, in Cavenacci, 1984).

Analisando as sociedades “primitivas” ou “em desenvolvimento”, Engels observa que dado o limite da produção, os vínculos de parentesco extenso formam frequentemente a essência das obrigações de um indivíduo e envolvem as instituições políticas e econômicas. Já nas sociedades “desenvolvidas”, a família patriarcal e individual moderna promove o desenvolvimento da propriedade privada, por um lado e, por outro, faz com que se perca o caráter público da família antiga (CAVENACCI, 1984).

As pesquisas antropológicas, como de Malinovsky, foram fundamentais para o entendimento do modo de vida das sociedades “primitivas”. Representante dos teóricos do funcionalismo, Malinovsky realizou uma etnografia minuciosa de diversas sociedades e trouxe uma importante contribuição no entendimento dos costumes, das crenças, das relações dos indivíduos e grupos. Na comparação dos habitantes das ilhas Trobrand da Nova Guiné com a sua cultura, Malinovsky constatou que os indígenas das ilhas são matrilineares, onde o filho e a filha pertencem à família, ao clã e à comunidade da mãe. O marido nada tem a ver com a procriação dos filhos e não mantém a família, nem pode transmitir em herança os próprios bens aos filhos, nem tem socialmente nenhuma autoridade determinada sobre eles. Esse tipo de família difere da civilização ocidental, onde a autoridade e o poder do marido e pai

são apoiados pela sociedade (MALINOSKY, in Cavenacci, 1984). Embora o autor não amplie sua análise abarcando aspectos históricos e relacionando o impacto desse processo nas condições econômicas e como contraponto das condições econômicas na dinâmica dos grupos familiares, como os autores marxistas, mostra que aspectos relativos à propriedade são distintos em culturas diversas dependendo do modo como se organizam.

Os representantes da “Escola de Frankfurt” Horkheimer e Adorno, idealizadores da “Teoria Crítica” que se caracteriza pela investigação empírica nos mais diversos campos da atividade humana e relacionados constantemente a uma análise da totalidade social, analisam a família na perspectiva histórica, destacando que desenvolvem em seu interior as relações autoritárias que se articulam dialeticamente com o autoritarismo social. Destacam os autores a reprodução como categoria central nesse processo de análise. Contudo, é importante ressaltar que as relações entre homens e entre as classes sociais não podem ser explicadas por puros fatos econômicos, embora estes condicionem a vida social, especialmente numa sociedade capitalista, mas a análise precisa abarcar o conjunto de hábitos, costumes, arte, religião, filosofia que materializam o modo de vida da população. A família se torna a terrível matriz dos mecanismos de internalização da submissão e o enfraquecimento estrutural da família corresponde à real impotência social do pai, causada pela expropriação da livre propriedade individual pelo capital monopolista (CANEVACCI, 1984).

Ainda com relação às reflexões de Horkheimer e Adorno, a família estaria restrita à esfera do privado, desenvolvendo em seu interior as relações que se articulam dialeticamente na sociedade, enquanto que as outras instituições sociais predominam na esfera pública. No mesmo sentido está Habermas²⁷ que analisa as famílias burguesas e a institucionalização da esfera privada e pública, onde a família é a sede da autorreflexão literária, da dimensão de estética, da criatividade subjetiva; mas também da autonomia do processo de educação, formação e transmissão dos próprios bens aos filhos:

²⁷ Jurgen Habermas, 1929, filósofo e sociólogo alemão, pertence à chamada segunda geração da Escola de Frankfurt. Representante teórico da razão comunicativa que prevê a comunicação livre, racional e crítica.

A linha divisória entre esfera privada e esfera pública passa em pleno interior da casa. Os privados saem da intimidade dos seus cômodos para ingressarem na esfera pública da sala de visitas, mas uma está estreitamente referida à outra[...] Os privados, que aqui se constituem como público, não vão “à sociedade”; é como se emergissem, em cada oportunidade, de uma vida privada que adquiriu forma institucional no espaço interno fechado da pequena família patriarcal (HABERMAS, in Canevacci, 1984, p.228)

Habermas analisa o lugar privado que é a esfera da pequena família patriarcal em estreita relação com a outra face, a esfera da opinião pública. A família patriarcal consolida-se como tipo dominante de família nos estratos burgueses, depois das transformações da estrutura familiar de gerações. A esfera do âmbito familiar está numa relação de dependência em face da esfera do trabalho e da troca de mercadorias. Assim a família patriarcal caracteriza-se pela dependência da mulher e dos filhos em face do pai de família, como corresponde a autonomia do proprietário no mercado e em sua própria empresa.

Nesse aspecto, com relação à família brasileira, os primeiros estudos sobre o tema centralizaram o enfoque na “família patriarcal”, expressão utilizada por Gilberto Freyre e Antonio Candido de Melo e Souza. A família patriarcal caracteriza-se pela descendência patrilinear, onde os filhos pertencem ao grupo do pai; o casamento é patrilocal, a esposa passa para o grupo do marido; a herança e a sucessão se dão pelo lado masculino, e a família está nas mãos do pai ou de seus parentes (CARVALHO FILHO, 2000).

Esse modelo de família patriarcal predominou em diversas regiões do país onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção, como de cana de açúcar, de café e de gado. Sua decadência ocorreu com o advento da industrialização. A matriz da família patriarcal reflete os padrões da família nuclear burguesa tornados dominantes no século XIX, na Europa, que se caracterizava por um comportamento intimista, agindo e circulando no espaço delimitado do privado, ao qual se opõe o espaço público e ser uma unidade de consumo:

É essa “família patriarcal” transplantada para os trópicos, anterior à escravidão, que marcou (e ainda marca) a nossa cultura. É como se o “velho patriarca” – “coronel”, pai, chefe – estivesse sempre emergindo das estruturas de nosso inconsciente, dominando os nossos sentimentos contraditórios em relação “a sexualidade, a relação homem-mulher, a nossa confusa identidade sexual, expressa, por exemplo, nos comportamentos machistas exacerbados, na ausência de afetos dos “machos da casa grande”, travestidos, agora, por um “verniz modernizador” (CARVALHO FILHO, 2000, p. 28).

Apesar do meio rural apresentar traços nítidos da família patriarcal, não dá para considerar um modelo rígido na história do país. A sociedade é marcada por singularidades e peculiaridades e outras configurações de famílias subsistiram ao modelo dominante como uma unidade social, articulada em diversos valores e costumes comunitários. Exemplos são as comunidades indígenas e os caboclos que possuem costumes culturais e comunitários próprios de sua cultura que influencia a organização familiar.

A partir da segunda metade do sec. XIX, teve início a imigração Europeia em diversas regiões do país, a qual contribuiu para modificar a estrutura agrária brasileira e multiplicar o número das pequenas propriedades, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. No Estado do RS, as vindas dos alemães, dos poloneses, dos italianos constituíram vários povoados que, aos poucos, se tornaram cidades. As famílias recebiam uma colônia de terra do governo para dali tirar seu sustento. São os colonos que vivem do trabalho da roça, categoria muito utilizada que identifica as pessoas que vivem da terra, principalmente da região Serrana do RS. Os Colonos do Vinho, como frisou Tavares dos Santos (1978), que valorizam o trabalho como sentido da vida e a religiosidade popular e as festas regadas como um bom vinho e muito comida.

As famílias de imigrantes ocuparam, principalmente, a região Serrana e Planalto do estado, sendo que a população indígena originária foi sendo comprimida nas diversas áreas indígenas²⁸ demarcadas pelo governo. O contato do imigrante europeu com o indígena originou o caboclo,²⁹ utilizado na literatura para designar genericamente o lavrador nacional, com um sentido mais cultural do que étnico (CARVALHO, 2005).

Conforme refere Carvalho (2005), o caboclo indica o lavrador nacional pobre, o camponês brasileiro. Nesse sentido, recebeu a denominação de camponês por meio das esquerdas políticas que identificaram seu modo de vida com os

28 O Estado RS conta com 21 áreas de reservas indígenas ocupando cerca de 90.032 ha que abrigam aproximadamente 12.033 habitantes dos grupos indígenas Mbyá Guarani e Kaingang. <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=555>.

29 A palavra caboclo é de origem Tupi e designa o filho de indígena com branco europeu. Do ponto de vista sociológico, caboclo significa pertencer a um grupo social com características próprias, definidas pela concepção geral das coisas, do estilo de vida, das relações sociais como os outros grupos sociais, pelo sistema de trabalho, pelo sistema de reprodução biológico e social, pela religiosidade. (GEHLEN, 1991).

camponeses europeus³⁰. No entanto, o caboclo não pode ser sinônimo de camponês no sul do Brasil. O tipo camponês é o colono imigrante ou filho de imigrante europeu com nível de vida mais elevado e mais inserido no mercado, enquanto o caboclo se refere a lavrador nacional e ao modo de vida diferenciado, mais próximo do nível de vida original do indígena.

O caboclo e, também, o negro liberto foram duramente estigmatizados e considerados “raça” inferior, o que justificaria seu baixo nível de vida e sua suposta incapacidade para o trabalho. Daí a necessidade de incentivar a imigração europeia para ocupar a zona pioneira da expansão da agricultura na região Sul do país. Na primeira metade do século XX, a população cresceu e o espaço rural foi sendo ligeiramente ocupado, ocasionando uma pressão social pela falta de terra para muitos filhos dos agricultores (CARVALHO, 2005).

Com o processo de industrialização e modernização conservadora da agricultura a partir da década de 1950, o meio rural sofreu grandes transformações. Essa modernização tecnológica, com os novos implementos agrícolas: trator, colheitadeiras, venenos, adubos químicos, tirou das mãos dos trabalhadores rurais o trabalho e a perspectiva de ficar na terra. Ao mesmo tempo, a industrialização urbana atraiu parcela significativa de famílias que foram absorvidas pelas indústrias, construção civil e comércio.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, a região Norte foi a que teve maior impacto com a modernização agrícola, porque é onde se concentra a maior parte das famílias de descendentes de imigrantes europeus. Nessa região, a monocultura de grãos, principalmente a soja, predomina nas lavouras e oferece poucas alternativas de trabalho. Por outro lado, a metade Sul caracteriza-se pela grande propriedade de campos com predomínio da criação de gado como atividade principal.

As famílias que vivem da agricultura são identificadas com diversas categorias sociais, tais como pequeno produtor, colono, arrendatário, parceiro, meeiro, sem terra, agricultor familiar, camponês, entre outras. Atualmente, as categorias que mais identificam os agricultores são camponês e agricultor familiar. Essas categorias são termos que estão associados à luta política dos movimentos sociais ou de sindicatos que adotam uma designação para obter vantagens. A partir

30 O livro “Guerras Camponesas do século XXI” de Eric Wolf relata as lutas camponesas de seis países e faz uma distinção entre os diversos tipos de camponeses europeus.

de uma estratégia de discurso, tem-se o advento de categorias que se firmam através de uma existência coletiva, politizando não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também práticas rotineiras no uso da terra (CARVALHO, 2005).

A categoria camponesa era facilmente identificada em estudos sociais das décadas de 1950 e 1960³¹. Os estudos identificam os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias sociais abarcadas na noção de campesinato. Os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, em oposição aos latifúndios que podem ser encontrados na estrutura agrária brasileira. Na década de 1970, os proprietários de pequenos lotes de terra deixaram de ser identificados como “minifundiários” para tornarem-se “pequenos produtores”, categoria reconhecida pelo Estado para propor e executar políticas voltadas para esses produtores de baixa renda (SCHNEIDER, 2003).

A categoria “agricultor familiar” passa a ser incorporada nos discursos de entidades sindicais, movimentos sociais e governo a partir do final da década de 1980, com o processo de integração dos países do Mercosul. A partir do tratado do Mercosul, os agricultores dos países envolvidos sofreram as consequências dos acordos comerciais pela diferença na competitividade de seus produtos. Para unificar a linguagem no âmbito do Mercosul, as entidades de representação dos agricultores lançaram um discurso comum de proteção da agricultura familiar. Assim, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a adotar a categoria agricultura familiar como expressão representativa das demais categorias sociais. Além disso, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 (SCHNEIDER, 2003).

A definição conceitual de agricultura familiar se refere à unidade de produção em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Outra característica é a diversidade de produção agrícola e a pluriatividade³² exercida pelos agricultores

31 Estudos realizados por autores das ciências sociais, como Wanderley (1994), Tavares dos Santos (1990) Porto e Siqueira (1994), Gnacarini e Moura (1983) Leite (1989/90) verifica-se a ausência da categoria agricultura familiar como conceito. Os estudos centravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, no debate sobre a “questão agrária” (SCHNEIDER, 2003, p.33).

32 A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades

para se adaptar à realidade atual, na qual a manutenção da propriedade, em determinados casos, depende da diversidade de atividades na produção agrícola e não agrícola (SCHNEIDER, 2003).

Mas para além da definição conceitual e mesmo do uso da linguagem comum unificada, que pode se constituir em instrumento de luta, o significado do termo constituir-se como categoria e bandeira de reivindicações, bem como ser contemplado com programas específicos em nível nacional, resulta da luta dessas famílias e de seu reconhecimento como resultado, mesmo que ainda muitos avanços precisem ser alcançados.

Com relação às famílias do MST, é possível identificar, pelo menos, três principais categorias: sem-terra, agricultor familiar e camponês. A categoria sem-terra foi construída politicamente para unificar e dar visibilidade a outras categorias sociais como peão, agregado, meeiro, filho de pequeno produtor. As famílias, mesmo depois de assentadas, continuam com a denominação sem-terra que, no entender dos assentados, unifica a luta e dá visibilidade ao movimento. Ser sem terra é uma marca que fica neles, mesmo depois de assentados. A solidariedade dos assentados aos sem terra acampados é uma indicação da sua identificação com estes, pois muitos conhecidos, parentes, vizinhos das comunidades em que viviam e seus próprios filhos estão ou passaram pelo acampamento.

O reconhecimento nacional e internacional do movimento faz com que as famílias tenham orgulho de serem identificadas a partir dele e novamente fica evidenciado o significado simbólico de pertencer ao movimento como algo que se torna referência para estes grupos.

A expressão de um dos assentados pesquisados mostra a valorização que atribui a sua participação no movimento e ao sentido de referência identitária que ele assume:

O que me motivou a entrar neste movimento é uma história bem linda. O meu pai foi o primeiro acampado no Rio Grande do Sul que foi na Encruzilhada Natalino. Eu me criei desde pequeninha e resolvi entrar para essa luta porque era o jeito que a gente tinha para conseguir a terra (depoimento de um assentado ou uma assentada).

que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (SCHNEIDER, 2003).

A categoria agricultor familiar identifica o modo de produção das famílias assentadas. Conforme refere Gehlen³³, “a agricultura familiar foi assumida pela CPT, pelo MST e por outras organizações que encamparam essa bandeira. Além disso, as universidades, através de seus quadros acadêmicos, mostraram a importância da agricultura familiar”. A agricultura familiar passou a ser vista como um modo de produção, específico, particular com grande capacidade de se adaptar diante da conjuntura econômica e política da agricultura brasileira. A partir do assentamento, as famílias são inseridas no PRONAF e outras políticas de governo que visam a fortalecer a agricultura familiar.

O termo camponês é uma categoria política que visa a identificar a luta camponesa dos movimentos sociais em torno da reforma agrária. Essa identificação aparece com mais frequência a partir da articulação do MST com a Via Campesina³⁴ que congrega os movimentos camponeses de outros países. No início do MST, conforme refere Stedile (1999), o termo camponês não foi muito assimilado por não ser uma palavra popular e pouca utilizada pelos trabalhadores rurais, apesar de o MST nascer como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade.

Com relação ao tipo de família, a maioria das famílias assentadas no estado do RS é de base nuclear, isto é, formada pelo casal e filhos. Embora existam famílias extensas ou ampliadas, que consistem na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós e netos. Muitas famílias por diversos fatores acabam trazendo os pais ou parentes para morar, pois as condições de vida são melhores ou a saúde do convívio familiar ou a doença acaba reunindo novamente o grupo familiar (BINDA, 2002).

Conforme refere Binda, (2002) as famílias agricultoras assentadas tendem a uma gestão democrática, diferentemente das famílias que não passaram por acampamentos e nem aderiram à luta pela terra. As famílias assentadas buscam

³³ Entrevista de Ivaldo Gehlen concedida no livro sobre reforma agrária os caminhos do impasse (LERRER, 2003).

³⁴ A Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médio produtores, mulheres rurais, indígenas, gente sem terra, jovens rurais e trabalhadores agrícolas. É um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem filiação política, econômica ou outro tipo. São 148 organizações que formam a Via Campesina em 69 países da Ásia, África, Europa e continente Americano. A primeira conferência da Via Campesina aconteceu em 1993, na Bélgica, onde foi constituída a organização mundial e definidas as primeiras estratégias e estrutura. <http://viacampesina.org>, acesso: 21/12/2010.

combater todas as formas de discriminação e dominação e buscam a participação igualitária de todos na organização coletiva e na produção agrícola. As famílias assentadas procuram desencadear relações mais democráticas nos assentamentos a partir dos grupos coletivos, núcleos e cooperativas e da experiência vivida nos acampamentos.

Nesse sentido, o MST não enfoca a família somente como unidade de produção e consumo, mas também valoriza as relações interpessoais que acontecem nas instâncias de poder. A concepção é de que a luta pela terra é compromisso de todos os membros da família:

O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire um potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.32).

No assentamento Filhos de Sepé, os assentados, na sua maioria, são originários da região Norte do estado do RS, onde a predominância é de municípios exclusivamente de economia agrícola de base familiar, predominando a pequena propriedade. São pessoas oriundas de uma base familiar, geralmente de família extensa e de poucas posses. Muitos dos quais já experimentaram outras formas de trabalho, seja trabalhando de arrendatários ou empregados nos centros urbanos.

Até que a gente era solteiro e a família era grande ia trabalhando, mas quando a gente procurou arrumar uma namorada e casou vamos viver aonde? A terra que o pai tinha era cinco hectares, daí eu fui para a cidade, Vale dos Sinos. Mas ali o salário era do “Chico Anísio”, daí tive uns atralhos e fui para São Paulo, também trabalhar de empregado. A gente tem só a quarta série e quem não tem estudo não vai crescer dentro da fábrica, aí eu achei melhor acampar. E, hoje, aqui tem muitas dificuldades, mas eu acho melhor do que se eu estivesse na cidade (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Outro aspecto relevante das famílias do assentamento “Filhos de Sepé” é a relação de vínculo forjado na luta e nas mobilizações adquiridas no processo de acampamento. Esses dois elementos, o familiar e as formas de socialização a partir da solidariedade e mobilização são particularidades que contribuem nas relações de cooperação e ajuda em determinados afazeres dentro do assentamento e nas mobilizações coletivas dos assentados.

4.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para compreender a origem e objetivos da Política de Assistência Social é fundamental, num primeiro momento, compreender o que são e como vêm se viabilizando as políticas sociais na sociedade brasileira. Nesse sentido, é necessário tecer algumas considerações sobre a formação sócio-histórica do Brasil, no período que antecede a Nova República, ou seja, antes de 1930.

Na colônia, o regime escravista não viabilizava nenhum tipo de atendimento aos pobres e escravos. No período da Primeira República, ou “República do Café com Leite”, o atendimento às necessidades da população era feito através da Igreja Católica, especialmente das Santas Casas de Caridade. Até a Proclamação da República (1889) não se encontram registros sobre legislação social, porém, algumas políticas são asseguradas para categorias específicas como é o caso da “Caixa de Socorro”, criada em 1888 para a burocracia pública; direito à pensão e 15 dias de férias (1889), para funcionários da imprensa nacional e ferroviários; primeira legislação para assistência à infância em 1891 (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 79-80).

Também são viabilizadas algumas políticas voltadas à área do trabalho e previdência (PEREIRA, 2002, p. 128) como, por exemplo, a criação, em 1923, dos Departamentos Nacionais de Trabalho e da Saúde e Código Sanitário, da Lei Elói Chaves, na área da previdência social. Nesse período, também ocorre a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões destinadas para algumas categorias profissionais, em momentos de impossibilidade para o trabalho, devido a doença, invalidez, entre outros.

Na área da educação, o sistema existente era de acesso da elite da época, que “valorizava uma aprendizagem ornamental e academicista” (PEREIRA, 2002, p. 128). Na habitação, a ênfase do trabalho voltava-se à construção de creches, restaurantes, vilas operárias, viabilizadas através de empresas industriais. Essas políticas do campo social são fortemente direcionadas por planos econômicos voltados ao atendimento da pobreza.

Diferente, pois, das políticas sociais dos países capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções (PEREIRA, 2002, p. 125).

Com a crise da economia cafeeira em 1929, a partir de 1930, no período da Nova República, o Brasil vivencia mudanças econômicas e sociais, com a passagem de um modelo de economia agroexportador para urbano industrial, que impõe um novo ritmo à organização socioeconômica do país. Vive-se o período dos “Anos Gloriosos”. Conforme refere Behring (2006, p. 109), neste período:

O Brasil tornou-se um país mais urbanizado, com uma indústria de base já significativa, apesar de a vocação agrário-exportadora permanecer forte, e um movimento operário e popular mais maduro e concentrado, com uma agenda de reivindicações extensa.

O Estado investe no processo de industrialização, e o Governo de Vargas assume um caráter populista e desenvolvimentista, que busca, ao mesmo tempo, atender aos interesses da burguesia e dos trabalhadores. As políticas implementadas estavam direcionadas à questão trabalhista. Tais políticas, para além da “promoção” dos trabalhadores, também, serviam como estratégia de governo para conter e controlar a luta e mobilização da classe trabalhadora que reivindicava a garantia de direitos. Exemplo disso pode ser evidenciado com a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, que buscava harmonizar as relações entre empregados e empregadores, com vistas a “substituir a luta de classes pela colaboração de classes” (FALEIROS, 2000, p. 45). Na sequência, em 1931, é criada a Lei de Sindicalização, que previa que os sindicatos fossem subordinados ao Ministério do Trabalho. Assim, tornavam-se espaços de controle do Estado sobre os trabalhadores, inibindo suas lutas em torno da garantia de direitos. Em 1933, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), substituindo as Caixas de Aposentadorias e Pensões, com o objetivo de ampliar a participação de outras categorias profissionais. Porém, na prática, para além do benefício aos trabalhadores, os Institutos colaboravam também para a fragmentação da classe trabalhadora, na medida em que eram diferenciados de acordo com cada área de atuação.

Os institutos começaram a ter a característica de atuarem congregando todos os trabalhadores brasileiros do âmbito de sua competência; no entanto, oportunizaram a fragmentação e o controle da classe trabalhadora, organizando-a nacionalmente, mas estimulando a criação de benefícios diferenciados e criando novos mecanismos de controle do Estado frente a suas demandas, constituindo-se em elemento adicional de divisão da classe trabalhadora (COUTO, 2004, p. 97).

Essas políticas, embora representem avanços para o contexto da época, apresentavam-se limitadas na medida em que nem todos os trabalhadores eram envolvidos. Ficaram de fora desse sistema os trabalhadores informais, que não tinham vínculo trabalhista reconhecido, os trabalhadores autônomos, domésticos e rurais.

No meio urbano, ficavam de fora todos os autônomos e todos os trabalhadores (na grande maioria, trabalhadoras) domésticos. Estes não eram sindicalizados nem se beneficiavam da política de previdência. Ficavam ainda de fora todos os trabalhadores rurais, que na época ainda eram maioria (CARVALHO, 2006, p. 114).

É importante destacar que o êxodo do meio rural para o meio urbano acelerava o processo de urbanização e conseqüentemente, demandava maior investimento em áreas como: moradia, educação, saúde, saneamento básico, transporte, entre outros.

Nos anos de 1940, já no segundo mandato de Vargas, o país é marcado por uma política populista e nacionalista. São viabilizados alguns direitos aos trabalhadores como: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que prevê entre outros, o direito à carteira de trabalho, férias remuneradas, salário maternidade, medicina do trabalho. Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tinha como objetivo atender as famílias de pracinhas que foram para a Segunda Guerra Mundial e, também, a população pobre através de programas na área da maternidade e da infância, no Pós-Guerra. Em 1942, é criado o SENAI e, em 1946, o SESC, SESI e SENAC. O chamado sistema “S” tinha como objetivos principais: garantir o bem-estar do trabalhador e de suas famílias, possibilitar a educação profissional e preparação para o mercado de trabalho, na área da indústria e do comércio. Todas as garantias viabilizadas neste período originaram o reconhecimento de Vargas como o “Pai dos Pobres”.

A década de 1950 é marcada pela ascensão da organização de comunidades. Destaca-se a criação de clubes de mães como espaço de inserção das pessoas empobrecidas na comunidade. Essa prática remete para a inserção do indivíduo ao meio. O governo dá continuidade à política populista e nacionalista. Há investimentos no processo de industrialização, que segue as proposições difundidas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948.

Surgem setores de oposição ao governo como a União Democrática Nacional (UDN), militares anticomunistas e empresariado nacional (COUTO, 2004). O governo por sua vez busca alianças com trabalhadores sindicalizados, setores do empresariado, entre outros, para a implementação de políticas públicas.

Com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, o país passa a ser governado pelo vice-presidente, Café Filho. O período de transição culminou com as eleições diretas, em 1955, que resultou na eleição de Juscelino Kubitschek (1945-1961). “Apesar da oposição civil e de revoltas militares, a habilidade do novo presidente permitiu-lhe dirigir o governo mais dinâmico e democrático da história republicana (CARVALHO, 2006, p. 132)”.

A política desse governo foi de governar através de um Plano de Metas, que previa ações estratégicas em três áreas principais: política, econômica e social. O objetivo principal era “desenvolver 50 anos em cinco” (COUTO, 2004, p. 110). A política social neste governo era concebida como “investimento em capital humano” (PEREIRA, 2002, p. 133).

Com o término do Governo de Juscelino, em 1960, assume seu sucessor – Jânio Quadros “eleito com promessas moralizantes de grande efeito popular” (COUTO, 2004, 112). Este governo, que teve um período de curta duração - seis meses – foi substituído pelo Governo de João Goulart, que adota uma política de apoio à organização popular através de movimentos sociais e viabilização de alguns direitos, como o “décimo terceiro salário” (COUTO, 2004, p. 113). Neste ano, ocorre a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que visava “à uniformização de benefícios e serviços prestados pelos antigos IAPs” (PEREIRA, 2002, p. 134). Essas políticas são de extrema importância, porém apresentam limites quanto ao acesso, pois estavam voltadas aos trabalhadores urbanos vinculados à CLT. Continuavam desprovidos dessas políticas os trabalhadores rurais e domésticos.

A partir de 1964, com o golpe militar, o Brasil passa por um processo de reorganização política, econômica e social. De 1964 a 1985, o país vive sob o comando da ditadura militar. É um período marcado pela repressão das mobilizações sociais, perseguição, tortura, prisão e morte de todas as pessoas que se opunham à política do governo militar. O clima era impróprio para a viabilização de direitos, civis e políticos, embora houvesse algumas conquistas na área social como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (1966);

Ministério da Previdência e Assistência Social (1974); Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS (1979). Couto (2004) refere algumas características desse período:

Todos esses atos arbitrários reforçam a afirmativa de que o período da ditadura militar foi muito nefasto do ponto de vista da constituição de uma cultura baseada nos direitos, reforçando novamente o critério do mérito, a política centralizadora e autoritária e expulsando da órbita do sistema de proteção social a participação popular (COUTO, 2004, p. 136).

Com a passagem de um modelo de Estado populista para um modelo ditatorial, tecnocrático e centralizado, há crescente valorização do capital estrangeiro, busca de inserção do país no mercado internacional e descaso quanto às reivindicações populares. As políticas sociais implementadas continuam sendo definidas pelos governos, sem envolvimento da população quanto às formas de elaboração e execução. Servem, portanto, como estratégia de acumulação capitalista, conforme refere Pereira (2002, p. 137):

Os programas sociais que passaram a ser desenvolvidos desde então tinham como objetivo prioritário atender aos interesses específicos da economia de empresa, embora integrassem a ação estatal. Ou seja, embora públicos na sua gestão, tais programas tiveram a sua execução privatizada.

Em que pese este aspecto destacado pela autora, é importante demarcar o caráter contraditório das políticas sociais que, mesmo privilegiando a conformação, se constituem também como espaço de luta e resistência.

De 1980 a 1985, com sucessivas crises de ordem econômica e política, o país passa pelo processo de governo militar para o democrático. Um dos momentos importantes neste processo foi a criação do pluripartidarismo, em 1980, em substituição ao bipartidarismo, que, historicamente, esteve voltado a alternância de dois partidos no poder, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Mediante o apoio de segmentos da Igreja Católica, voltados à Teologia da Libertação e em articulação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ocorre a organização e mobilização de movimentos sociais, que estiveram “sufocados” durante os 21 anos de ditadura. Destaca-se, neste período, a criação da Central Única de Trabalhadores (CUT), em 1980, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Outras conquistas importantes, neste período, foram a

organização do Movimento “Diretas Já” (1983) e a Assembleia Nacional Constituinte (1985). A década de 1980 é também denominada “Década Perdida”, em razão da grave crise econômica vivenciada pelo país, o que se expressava na recessão e no desemprego. É marcada, também, por mudanças políticas, decorrentes do processo de redemocratização do Estado; mudanças econômicas, devido à crise do capitalismo; e mudanças e sociais, como contraponto, pela emergência de movimentos e organizações sociais.

Na realidade brasileira, no que se refere à garantia de direitos e de políticas sociais, é importante destacar que, primeiro, foram viabilizados os direitos sociais, antes da garantia de direitos políticos, os quais só vieram a se efetivar enquanto direitos de cidadania a partir da Constituição de 1988. “Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular” (CARVALHO, 2006, p. 219). Assim, um dos marcos importantes na área das políticas sociais foi a conquista da Constituição Federal de 1988, que prevê a garantia, de maneira articulada, de direitos civis, políticos e sociais. Esta Constituição, também denominada de Constituição Cidadã, aponta para a construção de um modelo de Estado Democrático,

destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (BRASIL, 2001, preâmbulo).

A afirmação desse modelo de Estado ocorre num contexto de disputa de projetos societários. Se por um lado a Constituição Federal de 1988 reconhece direitos civis, políticos e sociais, que possibilitem a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, por outro lado, esta mesma Constituição assume compromissos com as elites dominantes, a exemplo da garantia da propriedade privada, nos preceitos constitucionais. Também é oportuno referir que em meio ao processo de democratização do país, o Estado brasileiro assume compromissos com organismos internacionais, a exemplo do Consenso de Washington³⁵. Ao

³⁵ O Consenso de Washington, termo criado por John Williamson, foi uma reunião dos países ricos, realizada na cidade de Washington, em 1989. Teve como objetivo principal estabelecer diretrizes para os países devedores no que se refere a: “disciplina fiscal, controle da inflação e uma drástica redução da presença do Estado na economia e na sociedade” (PEREIRA, 2002, p. 160).

mesmo tempo em que a Constituição garantia avanços no âmbito dos direitos, mesmo que limitados, a década de 1990 será marcada pela ofensiva neoliberal que colocará em risco todos os avanços ali conquistados. As referências contidas no quadro abaixo contribuem para explicitar melhor as contradições presentes na implementação das políticas sociais a partir desse período.

Quadro 1: Direitos previstos pela Constituição Brasileira de 1988 X Receituário Neoliberal

• Perspectiva neoliberal	• Perspectiva universalista
<ul style="list-style-type: none"> • Estado mínimo • Satanização do estado social • Refilantropização da Política de Assistência Social • Transferência de responsabilidades para a sociedade civil • Privatização de serviços públicos • Uso de recursos Públicos com orientação privada • Tentativa de ludibriar os mecanismos de controle social (OSCIPS) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado ampliado, fortalecido • Servidores públicos valorizados • Política Social como direito do cidadão e dever do estado • Sociedade Civil responsável pelo controle social – Práticas Conselhistas, Fundos, Planos, Conferências, Fóruns Populares • Primazia do Estado na condução da Política <p>Ampliação do que se considera serviço público (diferente de estatal ou governamental)</p>

Fonte: PRATES; COUTO; PRATES; AGUINSKY. Ciudadanía y Democracia: La construcción de derechos políticos, civiles e sociales desde la experiencia de Brasil. (Anais do Congresso Nacional de Trabajo Social de Paraguay) ATSP, 2007.

Do ponto de vista das conquistas para a classe trabalhadora, é possível referir que a partir dessa Constituição o trato das expressões da questão social avança para além da perspectiva da doação, favor e de políticas compensatórias e de controle. Busca-se a viabilização de políticas públicas, direito de todos e todas. A "política pública expressa, assim, a conversão de demandas e decisões privadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos" (PEREIRA, 2008, p. 174). Caracteriza-se pela abrangência universal, pelo compromisso do Estado, na área da gestão e financiamento, e participação da sociedade civil no controle social. É "por meio das políticas públicas que são formulados, desenvolvidos e postos em prática programas de redistribuição de bens e serviços, regulados e providos pelo Estado, com a participação e o controle da sociedade" (PEREIRA, 2002, p. 223).

A partir das diretrizes constitucionais de 1988, busca-se a construção de uma nova perspectiva de política social, como direito de cidadania. Assim, conforme refere Pereira (2008, p. 171-172), as políticas sociais podem ser definidas como:

Política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos.

Tais políticas integram o conjunto das políticas públicas e contribuem para a efetivação dos objetivos fundamentais, previstos no art. 3º da Constituição de 1988:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Como política de ação também contribui para a concretização de direitos sociais, previstos no artigo 6º da CF de 1988: “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Um dos avanços, na área das políticas sociais, a partir da Constituição de 1988, foi a consagração do termo “Seguridade Social”, até então oficialmente inexistente, para consignar um padrão de proteção social que se queria abrangente e redistributivo, composto pela política de saúde, de previdência social e de assistência social. De acordo com as disposições gerais da CF 1988, Art. 194, a Seguridade Social “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Este conjunto de benefícios é assegurado mediante financiamento dos Poderes Públicos e de toda a sociedade de forma direta e indireta. A seguridade social tem fundamentos no art. 194, § I a VII da Constituição Federal (BRASIL, 2001), através dos seguintes princípios:

- I - universalidade da cobertura e atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Diante dos princípios apresentados, é importante verificar os avanços na forma de concepção e execução de políticas sociais no Brasil. A perspectiva de uma política universal rompe com a lógica do favor, da benemerência, do não direito, embora ainda nos dias atuais seja um desafio a equivalência de benefícios e serviços no meio urbano e rural. O caráter democrático e descentralizado da administração aponta para um novo modelo de gestão, participativa, que possibilite a corresponsabilidade da sociedade civil e do governo na construção do sistema de Seguridade Social, que priorize a proteção integral de todas as pessoas, conforme refere Couto (2004, p.159):

A política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que lhe apresentar, tendo para a cobertura ações contributivas para com a política da previdência e ações não contributivas para com a política de saúde e assistência social.

A política de Seguridade Social é constituída por três políticas: Saúde, Previdência e Assistência Social. A Política de Saúde busca a garantia do acesso à saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Art. 196, CF 1988). Essa política tem caráter universal e não contributivo, apresenta-se como direito de todos os cidadãos e cidadãs e dever do Estado, e é viabilizada mediante o Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentado através da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. Esta Lei, em consonância com o Art. 198 da Constituição Federal, prevê no Art. 7º os seguintes princípios:

- I - universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- V - direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- VI - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- VII - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
- VIII - participação da comunidade;
- IX - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

A Previdência Social de caráter contributivo, organizada como seguro social, visa a assegurar renda aos trabalhadores em momentos de riscos sociais decorrentes da ausência de trabalho. O Art. 201, da CF de 1988 (BRASIL, 2001, p.120), afirma que:

- A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá nos termos da lei a:
- I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
 - II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;
 - III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
 - IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
 - V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Esta política também se constitui como avanço, embora seu acesso esteja condicionado à possibilidade de contribuição. Esta se apresenta como desafio diante do processo de reestruturação do mundo do trabalho e flexibilização das leis trabalhistas, processos que repercutem na pouca ou, em alguns casos, nenhuma capacidade de contribuição a essa política.

A Assistência Social, a partir de 1988, vai assumindo uma nova perspectiva de intervenção, com a passagem de ações de cunho meramente assistencial para o status de política pública, integrante do sistema de proteção social. O Art. 203, da CF de 1988 (BRASIL, 2001, p. 123), apresenta como objetivos dessa Política:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

No Art. 204 (BRASIL, 2001, p. 123), se definem as diretrizes que orientam a execução desta Política, as quais estão voltadas à “descentralização político-administrativa e participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”. Complementar aos dispositivos constitucionais, em 7 de dezembro de 1993, é criada a Lei 8742 - Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Esta Lei define, no Art. 1º, que a Assistência social é direito de todos os cidadãos e cidadãs cuja execução é de responsabilidade do Estado, com a participação da sociedade civil organizada, visando ao atendimento das necessidades básicas da população. Trata-se de uma política não contributiva, destinada a todas as pessoas que dela necessitarem. O Art. 4 da LOAS (CRESS, 2005, p.) estabelece alguns princípios que orientam a efetivação dessa Política:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Para que essa política se viabilize, enquanto direito social, é necessário a afirmação de três diretrizes fundamentais, previstas no Art. 5 da LOAS (CRESS, 2005): a) descentralização político-administrativa; b) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; c) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política em cada esfera de governo.

Ao descrever princípios e diretrizes que orientam as três políticas que integram o sistema de proteção social no Brasil percebe-se que há convergências no que se refere a efetivação dessas políticas como instrumento de concretização de direitos sociais, no meio urbano e rural, sem discriminação de qualquer natureza, integralidade, universalidade, descentralização político-administrativa e participação da sociedade civil.

A garantia da Política de Assistência Social, no sistema de proteção social brasileiro, foi uma decisão inovadora, por se constituir como política pública, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia à do Estado e por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais (SPOSATI, 2009). Um passo importante na efetivação da Política de Assistência Social foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005.

A PNAS orienta-se pelos princípios estabelecidos no Art. 4º. da LOAS, descritos anteriormente. Tem como objetivos (PNAS/2004, 2005, p. 33):

- * Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos de deles necessitarem.

- * Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

- * Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Esses objetivos reafirmam a natureza da assistência social, destinada a quem dela necessitar. Também apontam para a equidade nas condições de acesso a populações do meio urbano e rural, com centralidade na família, na perspectiva de uma intervenção mais coletiva, articulada, para além de sujeitos individuais, considerando as novas configurações da instituição família, presentes na sociedade brasileira.

A PNAS também define os sujeitos prioritários da ação – os usuários, ou seja, todos os “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (PNAS/2004, 2005, p. 33), no âmbito pessoal ou social. Em consonância com a CF de 1988 e LOAS, a Política Nacional de Assistência Social estabelece como diretrizes (PNAS/2004, 2005, p. 32-33):

I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Essas diretrizes apresentam uma dupla perspectiva. Por um lado se apresentam como orientações estruturantes no que se refere à implementação da PNAS. Por outro lado, expressam as contradições presentes no campo social, da garantia de direitos, em relação às formas de gestão e financiamento de políticas, num contexto de disputa de projetos societários. Ao priorizar a descentralização político-administrativa, com responsabilidades definidas entre os entes federados (Governo Federal, Estaduais e Municipais), supõe um novo pacto federativo pelo qual as esferas de governo responsabilizam-se solidariamente pelo atendimento às necessidades sociais da população. Esta perspectiva é inovadora, pois as decisões devem levar em conta as diferenças regionais, locais, de organização de gestão dos municípios. Também indica que é preciso retomar a necessidade de autonomia no diagnóstico, nas propostas de atendimento e no reconhecimento das diferenças regionais, repensando a intervenção das três esferas de governo no caminho da consolidação da política. (COUTO, 2009).

O processo de descentralização também requer observar as reais condições de implementação da PNAS, em âmbito municipal, considerando aspectos específicos da territorialidade, forma de gestão, financiamento e controle social desta política. Outro aspecto a considerar refere-se à participação das Organizações Não Governamentais (ONGs), na execução da PNAS. Essas organizações, que atuam em âmbito local, vêm contribuindo para a materialização da PNAS ou vêm atuando na lógica de substituição do Estado, considerado sucateado, em condições limitadas de gerar uma política pública? Diante da questão apresentada, torna-se imprescindível a vigilância acerca da efetivação da PNAS, como política pública, em substituição à lógica da implementação de política social compensatória, necessária para suprir os impactos sociais do capitalismo contemporâneo, como a criminalização dos pobres e da pobreza.

A criminalização e o encarceramento da pobreza são tendências em curso, em especial pelo grau de consolidação econômica, política e cultural da cidadania e pelos níveis de organização e consciência política dos movimentos sociais e dos trabalhadores (BEHRING, 2008. p.48).

Vale destacar, em última instância, mesmo que a Política de Assistência Social seja concebida, por setores da sociedade, como política compensatória são inegáveis os avanços que ela vem possibilitando no campo da proteção social. Parte desses avanços podem ser identificados mediante a responsabilidade dos órgãos públicos, na medida em que esta política vem sendo viabilizada na maior parte das cidades brasileiras.

A “primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo” (PNAS/2004, 2005, p. 33) requer sua participação na formulação, gestão e financiamento. Neste aspecto, observa-se a intenção de compartilhamento do poder e das responsabilidades no gerenciamento e implementação da PNAS. O papel do Estado, na perspectiva de um Estado Democrático, está voltado à garantia de políticas públicas, com legislação própria, financiamento e espaços de controle social. Trata-se, portanto, de superar a lógica de políticas focalizadas, com recursos residuais, desenvolvidas durante um mandato governamental. A responsabilidade do Estado na gestão e financiamento da Política não inviabiliza a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, execução e controle social das políticas sociais. Ao contrário, deverá fortalecê-lo na direção de uma democracia efetivamente participativa.

A efetivação da PNAS requer participação ativa da população na formulação, deliberação e controle social, mediante espaços e instrumentos de participação, como: Conferências, Conselhos e Fóruns. Daí a importância da ampliação de espaços participativos como os fóruns, associações de bairros, movimentos sociais, organizações populares, que permitem incorporar novos sujeitos sociais e demandas sociais. Há que se considerar que o exercício de participação constitui-se desafio na medida em que a sociedade civil não é homogênea. Assim, ela apresenta interesses e posições, que ora podem ser convergentes e ora podem ser divergentes e até mesmo contraditórias. Esse processo é dinâmico e é pautado pela correlação de forças presentes na relação capital e trabalho.

A centralidade na família, afirmada na PNAS/2004, já vinha sendo priorizada na CF1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no Estatuto do Idoso e na LOAS. O destaque da matricialidade sociofamiliar justifica-se pelo reconhecimento da importância da família no contexto da vida sociocultural e em sua integralidade, tendo se caracterizado na contemporaneidade por uma pluralidade de arranjos familiares, o que pressupõe que a mesma seja compreendida a partir das relações que estabelece com outras esferas da sociedade (Estado, sociedade civil, mercado, entre outros) e com o território em que vive.

Esse apelo especial na família decorre de situações vividas pela sociedade brasileira, como: desemprego, violência familiar, drogadição, alcoolismo, criminalidade. A PNAS/2004 orienta que o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear. Também aponta para o cumprimento das funções básicas da família, no que se refere a proteção e socialização de seus membros, mediante o estabelecimento de vínculos afetivos e sociais.

Para efetivação da PNAS, em 2005, foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de um modelo de gestão da PNAS, não contributivo, que se desenvolve de forma descentralizada e participativa, “constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais” (PNAS/2004, 2005, p. 39). A organização desses serviços compreende três referências principais: 1) vigilância social, que compreende a produção, sistematização de informações, indicadores e índices referentes das situações de vulnerabilidade e risco, considerando os diferentes territórios; 2) proteção social, que se expressa através da garantia da segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar, segurança de acolhida; 3) defesa social e institucional, que envolve a proteção básica e especial (PNAS/2004, 2005, p. 39).

O SUAS “tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (PNAS/2004, 2005, p. 86). Portanto, apresenta como prioridade o atendimento às famílias; atenção especial ao território, como locus de atuação; gestão compartilhada entre sociedade civil e Estado; financiamento das três esferas de governo e participação da sociedade civil no exercício do controle social. “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo

no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social” (PNAS/2004, 2005, p. 39). Também organiza e normatiza elementos essenciais à materialização da PNAS, com vistas a qualificar o atendimento aos seus usuários, tais elementos são:

- * Matricialidade Sociofamiliar.
- * Descentralização político-administrativa e territorialização.
- * Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- * Financiamento.
- * Controle Social.
- * O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- * A Política de Recursos Humanos.
- * A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (PNAS/2004, 2005, p. 39).

Esses elementos constituem-se como bases organizacionais do SUAS. A matricialidade sociofamiliar tem origem em duas questões principais. A primeira refere-se às transformações societárias provocadas pela crise da sociedade salarial e o acesso a direitos num contexto de reconfiguração dos espaços públicos. Estas transformações repercutem na esfera da vida privada, pautando novas configurações na organização sociofamiliar. A segunda refere-se às novas “feições da família”, que estão “intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas” (PNAS/2004, 2005, p. 41). A composição das famílias na sociedade atual não contempla necessariamente as dimensões clássicas de tempos anteriores: sexualidade, procriação e convivência. Assim, na sociedade atual, a família pode ser concebida como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade” (PNAS/2004,2005, p. 41). Tal definição reorienta a forma de execução das políticas sociais, por vezes tão centradas num modelo de família nuclear já ultrapassado.

A descentralização político-administrativa e territorialização, retoma o Art. 11 da LOAS (CRESS, 2005, p. 36), o qual prevê que:

as ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Assim, cada esfera de governo assume atribuições específicas, no seu âmbito de atuação, a partir dos objetivos, princípios e diretrizes previstos na Política Nacional de Assistência Social. O processo de descentralização político-administrativa supõe, para a sua efetivação, um território, concebido como:

lócus do exercício da cidadania, que se traduz no exercício efetivo de direitos e deveres pela população, os quais se viabilizam na trama das relações sociais e das relações de poder estabelecidas no interior da sociedade civil e na relação desta com o Estado (MACHADO, 2008, p.160-161).

O território é, portanto, o lugar onde “desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos (...), a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2003, p. 33). A implementação do SUAS vai exigir ainda mais, a vigilância em torno da efetivação da política de assistência social no meio urbano e rural, superando a tendência de priorização do meio urbano, mediante o vínculo com a sociedade salarial. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004, 2005, p. 91) define que o princípio da territorialização orienta a proteção social de Assistência Social em três direções complementares: a) alcance da universalidade de cobertura; b) aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa; c) e planejamento da localização da rede de serviços.

No que se refere às novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, o SUAS novamente retoma o imperativo da responsabilidade do Estado, em cada esfera de governo, na viabilização da PNAS. Também reafirma a importância da participação da sociedade civil “de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social” (PNAS/2004, 2005, p. 47). Essa ação complementar não significa desresponsabilização do Estado e a sua substituição por organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas. Ao contrário, deverá contribuir para a qualificação dos serviços, benefícios, programas e projetos, gestados e financiados pelo Estado. Assim, é fundamental a formação de redes, entre organizações da sociedade civil e destas com o Estado. O mesmo ocorre com a articulação dos espaços e instrumentos de deliberação da Política de Assistência Social, com outras políticas da área social, pois, conforme refere Silveira (2007, p. 62):

Afirmar que a assistência social deve ser socialmente assumida no bojo de um projeto político emancipatório não significa que ela isoladamente enfrenta e supera a exclusão, a pobreza e outras expressões da desigualdade. É preciso reconhecer os limites das políticas sociais na alteração das estruturas de poder e nos determinantes geradores das demandas por direitos. Não obstante, essa política tem um potencial estratégico na ampliação do sistema de proteção social e da consciência crítica.

Assim, as políticas sociais devem estar articuladas entre si para dar uma resposta eficaz frente à questão social. A política de assistência social deve estar articulada com a política de habitação, de saúde, de educação, de economia solidária, por exemplo, para haver mais consonância e obtenção de melhores resultados junto aos usuários.

Quanto ao financiamento, é importante considerar que um sistema de proteção social apresenta complexos fluxos de distribuição e redistribuição de renda, advindo dos tributos recolhidos pelo governo e das contribuições sociais da sociedade. A tarefa é mensurar e analisar os gastos sociais e se os mesmos estão sendo aplicados de forma a garantir os fins almejados pelas políticas sociais. E, também, se os investimentos aplicados corroboram para a emancipação dos sujeitos ou são meros paliativos de políticas assistenciais. O Art. 28 da LOAS (CRESS, 2005, p. 43) descreve que:

o financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal³⁶, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Conforme descreve a LOAS, no Art. 30 (CRESS, 2005, p. 44), o repasse de recursos da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, supõe a instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social e Plano de Assistência Social, os quais se constituem como espaço e instrumentos de controle social. Na Política de Assistência Social, o controle social, conforme Machado (2008, p. 69) refere-se a “um processo permanente de participação popular e cidadã na formulação, deliberação, gerenciamento financeiro, acompanhamento da execução e

³⁶ Este artigo afirma que “A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais”. (CRESS, 2005. p. 43).

avaliação da política pública de assistência social”. Trata-se do controle democrático da sociedade civil sobre as ações do Estado, que vai além da dimensão financeira, mas compreende o conjunto dos objetivos, princípios, diretrizes, serviços, programas e projetos que constituem uma política pública. Este controle se viabiliza mediante a participação em espaços como Conferências e Conselhos, embora estas não sejam as únicas instâncias para o seu exercício.

As Conferências são espaços amplos de participação dos diferentes segmentos da sociedade civil e órgãos governamentais. Têm como objetivo “avaliar a execução de uma determinada política de acordo com o estatuto legal que a orienta, bem como definir diretrizes e prioridades por um período de tempo determinado” (MACHADO, 2008, p. 62). O Art. 18, inciso VI da LOAS (CRESS, 2005, p. 38), define que a Conferência tem como objetivo principal: “avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema”.

Os Conselhos têm como principais “atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pela Conferência” (PNAS/2004, 2005, p. 51). Sua composição é paritária, ou seja, contempla a participação de representantes da sociedade civil e do Estado. Isto requer que a tomada de decisão e deliberações resultem do debate democrático e participativo desses dois segmentos, superando interesses pessoais ou corporativistas, na perspectiva da construção da política pública de Assistência Social. Diante dessa perspectiva, o controle social apresenta-se como desafio na medida em que as condições de participação e apropriação de representantes da sociedade civil apresenta-se em descompasso em relação aos representantes governamentais, que dispõem de tempo e infraestrutura adequada que possibilita maior dedicação nos espaços de controle social. O desafio ainda é maior no que se refere à participação direta dos usuários nos Conselhos de Assistência Social. Embora existam esforços nessa direção, especialmente a partir da CF 1988 e da LOAS, de concepção do usuário, como cidadão de direitos, a influência histórica do trato da assistência social, como favor, doação, fortaleceu uma cultura de dependência, de não participação dos usuários, consideradas pessoas “dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes “assistem” e se pronunciavam em seu nome” (PNAS/2004, 2005, p. 52). Outra dificuldade que se apresenta refere-se aos processos de formação, acesso a

informações, condições de mobilidade, que contribuam para o efetivo exercício de participação desse segmento. A PNAS/2004 (2005, p. 53) apresenta alguns indicativos que podem contribuir para a participação dos usuários na construção da política de Assistência Social, nos diferentes âmbitos de organização: a) promoção de eventos temáticos; b) criação de ouvidorias; c) descentralização das ações dos conselhos em instâncias regionais consultivas; d) reuniões itinerantes, nos três níveis de governo; e) organização do conjunto dos conselhos em nível regional; f) socialização de informações aos usuários, por intermédio do Ministério Público e dos órgãos de controle do Estado.

A política de recursos humanos prevista na PNAS (2004) aponta o desafio de construir uma Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, em vista da qualificação dos serviços oferecidos à sociedade. Até a construção da PNAS de 2004, o debate acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho e os impactos dessas transformações nas condições de trabalho não eram tema prioritário de discussão. Com a PNAS e, especialmente, através do SUAS, é criada em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH – SUAS, 2006, p. 5). Esta norma, entre outras metas definidas pela V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2005, quer viabilizar a “Meta 2”, que integra o conjunto de Metas da Gestão de Recursos Humanos definidas nesta Conferência:

Construir e implementar a política de gestão de pessoas (Recursos Humanos), mediante a elaboração e aprovação de Norma Operacional Básica específica e criação de plano de carreira, cargos e salários, com a participação dos trabalhadores sociais e suas entidades de classe representativas.

Um dos eixos constitutivos da política de gestão de pessoas refere-se à formação de profissionais, a qual é imprescindível para a qualificação do exercício profissional. A NOB/RH (2006, p. 8-9) estabelece Diretrizes para a política nacional de capacitação dos trabalhadores da Assistência Social, a qual deve ser feita de forma: sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada.

A informação, o monitoramento e a avaliação também são elementos necessários à materialização do SUAS. Assim, “devem ser apreendidas como exercícios permanentes e, acima de tudo, comprometidos com as repercussões da

política de assistência social ao longo de sua realização, em todo o território nacional” (PNAS/2004, 2005, p. 57). Nesta perspectiva, torna-se necessário a criação e qualificação de espaços e instrumentos que assegurem o acesso às informações referente à Política de Assistência Social, aos usuários, gestores, entidades de assistência social e sociedade em geral. O mesmo ocorre com o processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização. Este se constituiu um desafio, na medida em que a prática de registro de informações, de elaboração de planejamentos de forma participativa, o monitoramento das ações, como processo pedagógico, a avaliação como etapa de identificação de resultados, desafios e perspectivas e a sistematização, através de registros e formas de publicização (boletins, revistas, cadernos, livros, subsídios pedagógicos, jornais, rádios... entre outros), ainda necessitam ser incorporados na dinâmica de construção das políticas públicas. Diante das reflexões aqui apresentadas, é importante referir que:

O SUAS permite, especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de município, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados (SILVEIRA, p. 61).

Conforme mencionado anteriormente, esse sistema compreende a Proteção Social Básica, que busca “prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS/2004, 2005, p. 33). Nesta direção, os serviços são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que se constituem como “unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de 1.000 famílias/ano” (PNAS/2004, 2005, p. 35). Estes espaços organizam e coordenam a rede de serviços socioassistenciais, num determinado território, e têm como prioridade o atendimento a indivíduos e famílias. O SUAS também prevê a Proteção Social Especial, que, conforme a PNAS (2004, p. 37), se destina a:

famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Essa modalidade de atendimento divide-se em Proteção Social de Média e Alta Complexidade. A Média Complexidade se destinada a pessoas que tiveram seus direitos violados, mas que ainda possuem vínculo familiar e comunitário. Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade destina-se a “famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário” (PNAS/2004, 2005, p. 38). Essas duas formas de proteção têm como espaço de atendimento os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que têm como prioridade o atendimento a situações de violação de direitos. Assim, o objetivo principal dos CREAS está voltado à “orientação e ao convívio sóciofamiliar e comunitário” (PNAS/2004, 2005, p. 38).

Um quadro comparativo acerca dos Serviços, Programas e Projetos do PNAS/SUAS e da Secretaria Assistência Social de Viamão/RS contribui para uma melhor apropriação do tema. Assim, a continuidade do aprofundamento em torno da organização do CRAS, especialmente no meio rural, será prioridade no item a seguir.

4.3 O MUNICÍPIO DE VIAMÃO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O município de Viamão é um dos municípios mais antigos do Estado do RS. Desde o século XVIII, o município começou a receber os primeiros núcleos de povoamento formado por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses. Em 1763, a cidade foi sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que teve sua localização na Vila do Rio Grande. Viamão se conservou sede do governo até 1773. No ano 1880, desmembra-se de Porto Alegre e, a partir desse período, passa a ter sua própria estrutura político-administrativa e territorial. A importância histórica e social de Viamão iniciou quando foi sede das primeiras estâncias de criação de gado. Os grandes rebanhos de gado e cavalos, que existiam na campanha do Rio do Prata, transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (SC)³⁷.

37. Outros dados históricos do município de Viamão podem ser acessados no site: <http://www.viamao.rs.gov.br/viamao/index.php>.

Quanto a sua dimensão e localização, Viamão é o maior município da região metropolitana de Porto Alegre, apresentando uma extensão territorial de 1.494 Km², sendo a área urbana correspondente a 250 Km² e a área rural a 1.244 Km². Faz fronteira com seis municípios da região: ao sul com Laguna dos Patos; ao Norte com: Gravataí, Alvorada e Santo Antônio da Patrulha; ao Leste com: Palmares do Sul e ao Oeste com: Porto Alegre. Viamão possui larga extensão de fronteira (105 Km) com rios importantes de região: Lago Guaíba, Laguna dos Patos, Lagoa do Casamento e Rio Gravataí. No seu interior, o município conta com diversos riachos, lagoas e banhados, que formam as microbacias do Arroio Fiúza, Feijó e Vigário.

Conforme censo demográfico (IBGE, censo 2000), Viamão possuía uma população de 226.707 habitantes, sendo que na zona rural este número consiste em 23.740 habitantes, o que corresponde a 6,6% de moradores. No atual censo demográfico IBGE, 2010, a população passou para 239.234 habitantes, ou seja, cresceu em 5,52%. Viamão está dividido por 8 distritos: Viamão, Águas Claras, Capão da Porteira, Espigão, Itapuã, Passo da Areia, Passo do Sabão e Viamópolis. Desse total, cinco distritos são rurais: Águas Claras, Capão da Porteira, Espigão, Itapuã e Passo da Areia. Também na área rural do município, há uma diversidade cultural com a presença de três comunidades remanescentes de quilombolas, três aldeias indígenas, um assentamento e uma comunidade de pescadores.³⁸

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial/2010, a população da zona rural encontra muitas dificuldades no que se refere ao acesso aos serviços e políticas do município. Isto ocorre principalmente devido às precárias condições de transporte, o que é reiterado pela expressão de assentados:

Aqui é tudo meio difícil por causa das distancias da área que estamos. A prefeitura tem um parque de máquinas, tem fazer um apelo, mas nunca conseguimos. A questão das estradas é uma dificuldade muito grande. Essas políticas do município são muito precárias (depoimento de um assentado ou uma assentada).

É uma obrigação do município colocar transporte. São seis quilômetros longe. É só fazer um balão aqui e pegar o pessoal que depende de carona. Tem os alunos que estudam no estadual que precisam pegar carona, nós para fazer um rancho precisamos de carona (depoimento de um assentado ou uma assentada).

38. Conforme dados do Diagnóstico Sócio territorial da Região Rural do Município de Viamão Projeto de Implantação CRAS Rural Assistente Social Débora Marcela e Vanessa Ribeiro. Viamão, Julho de 2010.

Os assentados dispõem do serviço de transporte em apenas alguns dias da semana e, mesmo nestes dias, as linhas de ônibus apresentam horários reduzidos, o que dificulta a mobilidade das pessoas do meio rural para o meio urbano. A situação só é “remediada” quando há mobilização dos assentados para garantia desse direito. Essa mobilização é sinal de luta e resistência conforme destaca o relato abaixo:

Nós encaminhamos uma vez o abaixo assinado mais de 200 assinaturas e eles engavetaram, vieram aqui deram uma tapeada na estrada e o ônibus nada. Vieram no tempo da política, prometeram que iam fazer e não fizeram, por isso que a gente vai se reunir com o pessoal da volta e se eles não colocarem o ônibus a gente vai acampar na prefeitura, se for preciso uma semana (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Essa dificuldade inviabiliza o acesso aos serviços de saúde, escolas, mercados e políticas sociais desenvolvidas no município. Também contribuem para a exposição da população rural a diversas situações de vulnerabilidade. Na área da saúde, por exemplo, o município dispõe de Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos distritos de Águas Claras, Capão da Porteira, Cantagalo e Itapuã, as quais dispõem de especialistas nas áreas de clínica geral, pediatra e dentista. Porém, essas UBS não são suficientes para o atendimento da demanda da população rural. Depoimento de uma assentado dá visibilidade a dificuldade em tirar uma ficha para agendamento e atendimento.

Um dia eu saí uma hora da madrugada para pegar uma receita e cheguei no posto de saúde tinha oito pessoas na minha frente. E isso que estava chovendo, escolhi um dia de chuva para conseguir a ficha e ser atendido às 8 horas da manhã (depoimento de um assentado ou uma assentada).

No que refere à Assistência Social, o município de Viamão³⁹ inicia o processo de adequação da Assistência Social, como política pública, a partir do ano de 1997⁴⁰, conforme modelo proclamado na LOAS. Para o desenvolvimento do trabalho a equipe de profissionais da área da assistência social, do município, realizou diversos procedimentos metodológicos como a capacitação com os trabalhadores,

39 Entrevista com Marlene de Oliveira Fiorotti coordenadora da Secretaria de Assistência Social do município de Viamão, set/2010 e FIOROTTI, Marlene de Oliveira. Relatório Política de Assistência Social em Viamão.2002.

40 No ano de 1997 assume o cargo de prefeito da cidade de Viamão Eliseu Chaves "Ridi" administração popular, o qual tinha interesse de implementar uma nova política de assistência social.

consulta a estudos realizados como a pesquisa PIÁ 2000⁴¹ e elaboração do diagnóstico socioeconômico da cidade, construído com a população através da realização de miniplenárias, visitas domiciliares e dados estatísticos disponibilizados por órgãos oficiais. Esse trabalho esteve articulado ao processo de contratação de recursos humanos e constituição da primeira gestão do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, que contou com intensa participação da sociedade civil organizada.

É importante referir que, de acordo com o SUAS, os serviços socioassistenciais aos indivíduos e famílias são executados através dos CRAS e CREAS, conforme já descrito no item 4.2 deste capítulo. Vale destacar que, para cumprir com suas atribuições, o CRAS deve estar localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Assim, esses organismos poderão favorecer o acesso da população, no meio urbano e rural, aos serviços, programas, projetos que competem à Política de Assistência Social, considerando as especificidades de cada território e, em articulação com outras políticas sociais de modo a fortalecer o sistema de proteção social.

O quadro a seguir possibilita que se tenha uma noção geral acerca dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), no município de Viamão, a partir do processo de constituição do SUAS.

41 Pesquisa realizada no ano de 1995/1996 pelo governo estadual, com apoio técnico dos trabalhadores da cidade, sobre as circunstâncias da vivência de rua de meninos e meninas na grande Porto Alegre.

Quadro 2: Síntese dos Serviços, Programas e Projetos do PNAS/SUAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (SMCAS) de Viamão/RS

Proteção Social Básica		
<p>São considerados serviços de proteção básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visem à convivência, à socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS/2004, 2005, pg. 36).</p>		
Serviços, programas e projetos (PNAS/2004, 2005, pg. 36)	Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos (SMCAS) – Viamão	
<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Atenção Integral à Família; - Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; - Centro de convivência para idosos; Serviços para crianças de 6 a 24 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; - Programas de incentivos ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; - Centros de formação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de apoio a família (PAIF) - Programa de apoio sócioeducativo – criança e adolescente - Programa agente jovem 	
Proteção Social Especial		
<p>É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS/2004, 2005, p.37).</p>		
Proteção Social Especial de Média Complexidade		
Níveis de Proteção (PNAS/2005, 200, p.38)	Serviços, programas e projetos	Serviços, programas e projetos
<ul style="list-style-type: none"> - Famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. - A proteção especial de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; - Plantão Social; - Abordagem de rua; - Cuidado no Domicílio; - Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; - Medidas sócio educativas em meio aberto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação e apoio sociofamiliar (OASF) junto com o programa de apoio à família; - Programa de abordagem social de rua; - Medidas socioeducativas em meio aberto (em fase de implantação); - Programa de erradicação do trabalho infantil; - Serviço Sentinela.

Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
Níveis de Proteção (PNAS/2004,2005, p. 38)	Serviços, programas e projetos	Serviços, programas e projetos
- Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.	- Atendimento Integral Institucional; - Casa Lar; - República; - Casa de Passagem; - Albergue; - Família Substituta; - Família Acolhedora; - Medidas sócio educativas restritivas e privativas de liberdade; - Trabalho Protegido.	- Abrigo para crianças e adolescentes; - Parceria com coordenadoria da mulher – casa de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica.

FONTE: sistematizado pelo autor, a partir da PNAS/2004 e FIOROTTI, Marlene de Oliveira. Relatório Política de Assistência Social em Viamão.2002.

Diante da síntese apresentada, é importante destacar que um dos desafios presentes, especialmente na área rural, no município de Viamão, refere-se ao acesso das famílias aos programas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF). Este programa muitas vezes é a porta de entrada das famílias na Política de Assistência Social, embora essas famílias não tenham um acompanhamento sistemático, conforme relato de um assentado: “Única ação nossa com a assistência social é o bolsa família”.

De acordo com dados registrados pela SMCAS de Viamão, nos distritos rurais o número de famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal corresponde a 1.282, cerca de 5,4% da população total do município. A partir desse dado, é fundamental retomar a questão da territorialidade, como eixo estruturante na constituição do CRAS. É fundamental referir que a unidade do CRAS “deve ser instalada em local de maior acessibilidade, o que permite realizar a cobertura das áreas de vulnerabilidade por meio do deslocamento da equipe do Centro ou mediante a implantação de unidades itinerantes” (MDS/CRAS, 2010). Esta recomendação descrita pelo Ministério de Desenvolvimento Social aponta para a instituição do CRAS de acordo com as características específicas de cada território, de modo a favorecer o acesso dos indivíduos e famílias.

Essa indicação é fundamental, na medida em que a Política de Assistência Social não é suficientemente conhecida, conforme relato a seguir: “Eu não conheço CRAS e nem sei o que significa. Nós nunca tivemos a visita de um assistente social aqui para trazer orientação” (depoimento de um assentado).

O esforço de seguir essa premissa fez com que o município de Viamão organizasse cinco CRAS, cada um deles com um nome de referência que caracteriza o território onde está instalado: Monte Alegre, São Tomé/Martinica, São Lucas, Centro Tarumã e Rural.

O CRAS rural, lócus do estudo em questão, foi acompanhado inicialmente por um assistente social, com carga horária de 30 horas, vinculado ao CRAS de Tarumã. Em 2009, o município realizou novas contratações, e o quadro ficou assim constituído: duas assistentes sociais e um antropólogo, ambos com 30 horas, e um auxiliar administrativo, com carga horária de 40 horas. Os profissionais que passaram a acompanhar esse trabalho focaram sua atenção na diversidade cultural do município, a qual é marcada pelo modo de vida, organização e expressões culturais de populações tradicionais como quilombolas, indígenas e pescadores. Assim, os profissionais buscaram aprimorar ainda mais o trabalho desenvolvido, considerando a riqueza dessa diversidade cultural.

Ações focadas na comunidade Quilombola Cantão das Lombas – Capão da Porteira, e na Aldeia indígena Tekoa Jataí'ty – Cantagalo, permitiram à equipe uma leitura crítica frente ao cotidiano dessas comunidades, assim permitindo maiores subsídios para suas intervenções técnicas (SMCAS, 2010, p. 20).

Conforme dados descritos no Diagnóstico Socioterritorial da SMCAS (2010, p. 20-21), no período de 2006 a abril de 2010, foram atendidas 855 famílias, sendo que, de abril a julho, 56 novas famílias foram referenciadas pelo CRAS Rural. No que se refere aos serviços oferecidos pelo CRAS Rural, destaca-se o Programa de Apoio à Família (PAIF) e benefícios eventuais como: distribuição de cestas básicas, passagens e auxílio funeral.

Em julho de 2010, foi elaborada uma nova proposta de implementação do CRAS Rural, pela SMCAS do município. Trata-se de um novo desenho organizacional que prevê o desenvolvimento do trabalho de forma itinerante, em dois CRAS Rural. O objetivo é contribuir para que as populações do meio rural tenham acesso aos serviços, programas e benefícios que integram a Política de Assistência Social. A meta é ampliar o número de famílias referenciadas no Programa Bolsa Família. A proposta reafirma que o CRAS deverá ser estruturado em Unidades Estatais (municipais) já existentes e propõe que estas sejam organizadas em duas regiões: Àguas Claras e Itapuã. Busca-se, assim, qualificar o “atendimento individual

e em grupo às populações indígenas e quilombolas, assim como ações conjuntas com as demais políticas públicas” (SMCAS, 2010, p. 21).

No que se refere ao quadro profissional, a proposta prevê, no CRAS Rural, com sede em Águas Claras, a atuação de dez profissionais: (1) coordenador, (1) assistente social, (1) antropólogo, (1) psicólogo, (1) auxiliar administrativo, (4) vigilantes e (1) auxiliar de serviços gerais. Já no CRAS de Itapuã, a proposta prevê sete profissionais: (1) assistente social, (1) auxiliar administrativo, (4) vigilantes, (1) auxiliar de serviços gerais.

Quanto aos serviços oferecidos, a perspectiva é de ampliá-los de modo a contribuir para o atendimento das necessidades da população do meio rural. Assim, prevê-se o Programa de Atendimento à Família (PAIF), Pro Jovem Adolescente, SASE, Grupos de convivência e fortalecimento de vínculos com pessoas beneficiadas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Idosos e benefícios eventuais como: distribuição de cestas básicas, passagens para deslocamento na região, municipais e intermunicipais e auxílio funeral.

As reflexões descritas ao final deste item revelam uma novidade – CRAS Rural. Trata-se de um termo novo utilizado para diferenciar o território onde esta unidade está instalada. Busca-se ampliar o acesso das famílias à Política de Assistência Social, embora este acesso implique também a mobilização e reivindicação da população. Esta se constituiu um desafio, na medida em que a cultura de participação é um exercício constante, conforme expressa o relato de um assentado:

Aqui na volta tem muitos moradores e famílias que vivem os mesmos problemas que nós, mas o povo não está acostumado a reivindicar, não sabe dos seus direitos. Pessoas que moram aqui mais de 20 anos e têm os mesmos problemas (depoimento de um assentado ou uma assentada).

O presente depoimento revela duas questões fundamentais: o não conhecimento dos direitos por parte da população e, conseqüentemente, a dificuldade de mobilização em torno da garantia desses direitos. Mostra também um diferencial desse grupo que, pelo exercício da participação, reconhece a necessidade de que a população se organize e lute por seus direitos. Estes destaques constituem desafios para a concretização da PNAS, nas diferentes esferas do estado. Na própria Política de Assistência Social se reconhece que a

participação da população nas instâncias de controle social que, para além do controle sobre os serviços, também tem por finalidade apontar lacunas e necessidades, as quais se constituem como um dos maiores desafios à implementação adequada da PNAS. Diante do exposto, o item a seguir contribuirá para dar visibilidade e, quem sabe, apontar subsídios para qualificar a compreensão acerca do acesso das famílias assentadas aos serviços, programas, projetos e benefícios previstos no SUAS, conhecimento este fundamental ao aprimoramento da Política.

4.4 CRAS RURAL: UM ESPAÇO DE ACESSO A DIREITOS PELA POPULAÇÃO RURAL

A partir de uma busca de informações via Internet, no acesso ao site de busca Google⁴², com a expressão “CRAS Rural”, se obteve resultados surpreendentes, pois foi grande a quantidade e a variedade de informações ali contidas. Foi possível verificar mil, oitocentos e setenta entradas, das quais foram consultadas as primeiras duzentas. Graças às entradas examinadas, constatou-se a existência de diversos aspectos vinculados ao tema em questão: 1) a maioria das entradas se refere à implantação do CRAS Rural em diversos municípios do país; 2) documentos elaborados pelo MDS, como ficha de monitoramento; 3) relação do tema com atividades, inaugurações, localização, competências, seleção de profissionais, encontros, palestras, relatórios, notícias; 4) repetição de entradas do mesmo assunto. Num segundo momento, a consulta ao Portal da CAPES⁴³, a partir do ano 2003 até ano 2010, tendo como resultado zero de trabalhos com a palavra chave “CRAS Rural”. Com base nessas informações, foi possível constatar que há um movimento do poder público, via prefeituras municipais, de implantarem os CRAS no meio rural, respondendo a demandas e necessidades da população que vive nesse espaço. Também foi possível observar, no site da CAPES, a ausência de produções acadêmicas com o foco nesta temática. Isso decorre do fato de tratar-se de um tema recente e ainda pouco problematizado pela academia, embora estime-se que, com o

⁴² www.google.com.br . acesso em 05/01/2011.

⁴³ A consulta ao Portal CAPES, foi realizada a partir do Banco de Teses e Dissertações, com acesso através da “expressão exata”: CRAS RURAL.

passar do tempo, novas produções teóricas possam emergir dessa realidade. Assim, é importante demarcar sua relevância e destacar a necessidade de que estudos sejam realizados para subsidiar esse debate, especialmente considerando a histórica desigualdade de acesso sofrida pela população que vive no meio rural.

A partir dessa constatação, torna-se relevante abordar alguns aspectos a partir das orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que vem publicando diversos materiais técnicos e orientações para a implementação e funcionamento dos CRAS urbanos e rurais. Com base nos números do MDS de 2003 a 2009, passou-se de 454 CRAS para 3.920 cofinanciados pelo MDS, que, somados aos cofinanciados no DF e municípios, chega a 5.128, em 3.808 municípios (MARCELA, Débora; RIBEIRO, Vanessa, 2010). Diante desses números, é possível perceber a importância dessa unidade na consolidação de uma rede de proteção social no Brasil. Isso ocorre pelo fato de o CRAS ser constituído como:

uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social” (MARCELA, Débora; RIBEIRO, Vanessa, 2010).

Seu principal objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Conforme já descrito nos itens anteriores, é importante frisar o aspecto que refere a PNAS/2004, a de que a política deve adotar um enfoque territorial e considerar a unidade familiar como ponto focal para compreensão das vulnerabilidades e potencialidades da população. A noção de território é fundamental, considerado enquanto espaço heterogêneo com características locais que exigem, muitas vezes, soluções particularizadas dos problemas, mesmo que a desigualdade e a pobreza advenham de situações estruturais e gerais que têm origens comuns. O “território vivido” precisa ser contemplado nessa análise, conforme refere o geógrafo Milton Santos, onde o caráter da inclusão e exclusão está em constante movimento nas relações sociais (CASTRO, 2009).

O CRAS é a base física dessa política territorializada e deve estar habilitado a responder às demandas das comunidades com produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre sujeitos e grupos, como também responder pelas demandas das famílias com serviços socioassistenciais de sua competência.

Quanto a esse aspecto da territorialidade, no estudo em questão sobre o acesso da política pelas famílias assentadas, foi possível, no decorrer da investigação, observar duas situações distintas. Primeiro, a Secretaria de Cidadania e Ação Social do município de Viamão percebeu a importância da localização das unidades nos seus devidos territórios. Conforme já descrito no item 4.3, antes da descentralização do CRAS Rural, para o distrito de Águas Claras, a população rural era atendida no CRAS Centro Tarumã, onde as condições estruturais eram precárias e de difícil acesso, como relata a atual assistente social que trabalha no CRAS Rural:

Antigamente nunca foi atendido de forma ideal e não tinha uma assistente social fixa para o rural. Então, tinha uma assistente social que atendia o centro e o meio rural. O atendimento era meio paliativo. Agora a gente conseguiu a descentralização, porque o CRAS tem que funcionar dentro da região com maior índice de vulnerabilidade social, conforme está no SUAS. (Assistente Social).

A partir da criação e instalação do CRAS Rural que começou suas atividades no mês de agosto de 2010 e as solenidades de entrega ocorreram no dia 23 de dezembro de 2010⁴⁴, constatou-se, conforme relato da assistente social⁴⁵, um aumento da demanda de serviços e atendimentos naquela unidade. O CRAS Rural atendeu casos de violência familiar, distribuições de cestas básicas, atendimento às pessoas com deficiência, orientação e cadastramento do Programa Bolsa Família, encaminhamento de documentação como carteira do trabalho. Desde a implantação, foram 662 famílias referenciais, sendo que 129 são de famílias que residem no assentamento.

⁴⁴ Conforme notícia veiculada no site da prefeitura, no dia 23 de dezembro de 2010, foi realizada a entrega de dois Centros de Referência em Assistência Social, um na vila São Tomé e o outro em Águas Claras. Sobre o CRAS Rural, Lúcia Noronha, secretária de Cidadania e Assistência Social acrescentou a importância de atender a população da região. "É realmente um sonho termos esse centro aqui, onde poderemos atender a todos os moradores da região".

http://www.viamao.rs.gov.br/viamao/visualizacao_noticias.php?idnoticia=986

⁴⁵ Relatório dos atendimentos do CRAS Rural, Águas Claras. Período de ago-dez/2010.

Essa realidade “do antes e depois” da instalação do CRAS Rural em Águas Claras indica a importância da localização, da acessibilidade, da infraestrutura adequada, de uma equipe de profissionais capacitados e de condições econômicas que possibilitem o desenvolvimento das atividades. Essas condições são imprescindíveis para um bom funcionamento e uma relação estreita com a comunidade local. Assim como argumenta a coordenadora da Secretaria de Assistência Social:

A gente diz que o CRAS é para ser referência naquela região, percebo nos profissionais que a gente está feliz, satisfeito porque é referência para aquele grupo de família, mas a gente não deve ser referência somente para o João, Maria, Joana, eu tenho que ser referência para aquele território, então o colégio tem que me conhecer, a unidade de saúde tem que me conhecer, o centro de umbanda tem que me conhecer, a igreja católica tem que me conhecer... A gente tem que ser referência para aquela região e aquela região vai sentir falta se o CRAS sair da rede ou vai ficar feliz porque o CRAS está ajudando e contribuindo na organização daquela comunidade (Coordenadora SMCAS).

Esse depoimento talvez seja a síntese de como deve ser uma política pública. Não basta inserir os usuários na política porque isso não significa que estes terão acesso aos serviços, programas e benefícios. O que é relevante é a inclusão na política a partir de sua realidade e demandas. A porta de entrada deve viabilizar o conhecimento das situações de “exclusão”, conforme Castel (1997, p.23) que na maior parte dos casos nomeia situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior. Assim é a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário, ou que vive longe do acesso aos serviços como escola, saúde, moradia. Por outro lado, é fundamental também reconhecer possibilidades tanto dos sujeitos como da rede de serviços.

O CRAS Rural incorporando à categoria referência para toda a região e não somente para quem o procura pode, sim, constituir-se num espaço convergente que contribua na melhoria das condições de vida da população. No caso dos assentados, conforme relato dos agricultores e agricultoras, o CRAS Rural precisa sair da invisibilidade “nunca ouvi falar em CRAS” para se tornar referência, juntamente com outros órgãos públicos que prestam assistência a essas famílias. No item a seguir, pretende-se dar visibilidade às características das famílias assentadas e aos principais problemas e demandas que precisam ser superados.

5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS À IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO RURAL

CAUSA NOBRE

(Zé Pinto, 1998)

Partindo da necessidade
de ter um pedaço de chão
pra dar o sustento aos filhos
aos filhos de nossa nação
cansado de pôr a enxada
nas terras apenas do patrão
e ver chegar o fim do ano
tantos desenganos sem nenhum tostão.

Este capítulo prioriza a reflexão sobre as questões trabalhadas nos capítulos anteriores que resgatam o método, aspectos históricos, conceituais da questão agrária, movimentos sociais e da Política de Assistência Social no Brasil relacionando-as com os dados empíricos pesquisados, através da descrição e análise das questões norteadoras que orientaram essa pesquisa. Logo em seguida, faz-se as considerações finais problematizando o processo e o resultado, além de apontar-se sugestões para o seu aprimoramento.

5.1 DO SONHO DA TERRA CONQUISTADA À NOVA REALIDADE ESPERADA: AS PARTICULARIDADES E OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade (Raul Seixas).

A música de Raul Seixas expressa os sentimentos de muitos trabalhadores sem-terra por este Brasil afora, que um dia ousaram sonhar juntos para conquistar a terra. O lote de terra recebido através da política da reforma agrária é, acima de tudo, uma conquista dos trabalhadores e das trabalhadoras que deixaram de sonhar individualmente e passam a lutar coletivamente para conquistar um pedaço de chão para trabalhar.

No caso das famílias do assentamento “Filhos de Sepé”, a trajetória para chegar até o assentamento foi difícil e demorada. O começo da história dessas famílias está relacionado com a questão agrária que relegou e expulsou os pobres da terra, cujo processo já foi referido no capítulo 3 deste trabalho. Há diversos fatores que motivaram que essas famílias entrassem no MST. Primeiramente, a carência de terra dos herdeiros para prosseguir desenvolvendo no local de origem a agricultura familiar camponesa. A maioria das famílias abandonou o meio rural para buscar trabalho nas cidades⁴⁶. Esse fator reflete o desenraizamento dos trabalhadores decorrente das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura, de um lado, e à pequena agricultura dela subsidiada, de outro.

Segundo Martins (2003), o desenraizamento é oriundo das transformações da agricultura a partir dos anos de 1960 que trouxe a mecanização pesada e a monocultura sustentada pelos agroquímicos e agrotóxicos. O agricultor desenraizado origina-se da quebra do vínculo trabalhista e do vínculo de moradia. A manutenção da grande propriedade fundiária que mantém uma relação de coerção nas relações de trabalho e a formação de pequenas propriedades em decorrência da migração europeia depois da substituição do trabalho escravo, propiciaram a constituição de um grupo de agricultores excluídos do acesso à terra e ao trabalho. Esses agricultores familiares camponeses com pouca terra vão alimentar as fileiras do MST nas primeiras décadas de organização do movimento.

Eu entrei no MST porque não tinha terra para plantar. Eu trabalhei vinte anos nas terras dos outros, alugando terra aqui e ali. Quando os filhos cresceram, resolvemos acampar para adquirir essa terra, porque o pai não tinha condições de comprar. Agora que a gente conquistou se orgulha de ter a terra e temos que cuidar, porque, para comprar, o pobre não compra. Então, nós temos que valorizar para os próximos filhos terem onde morar (assentado).

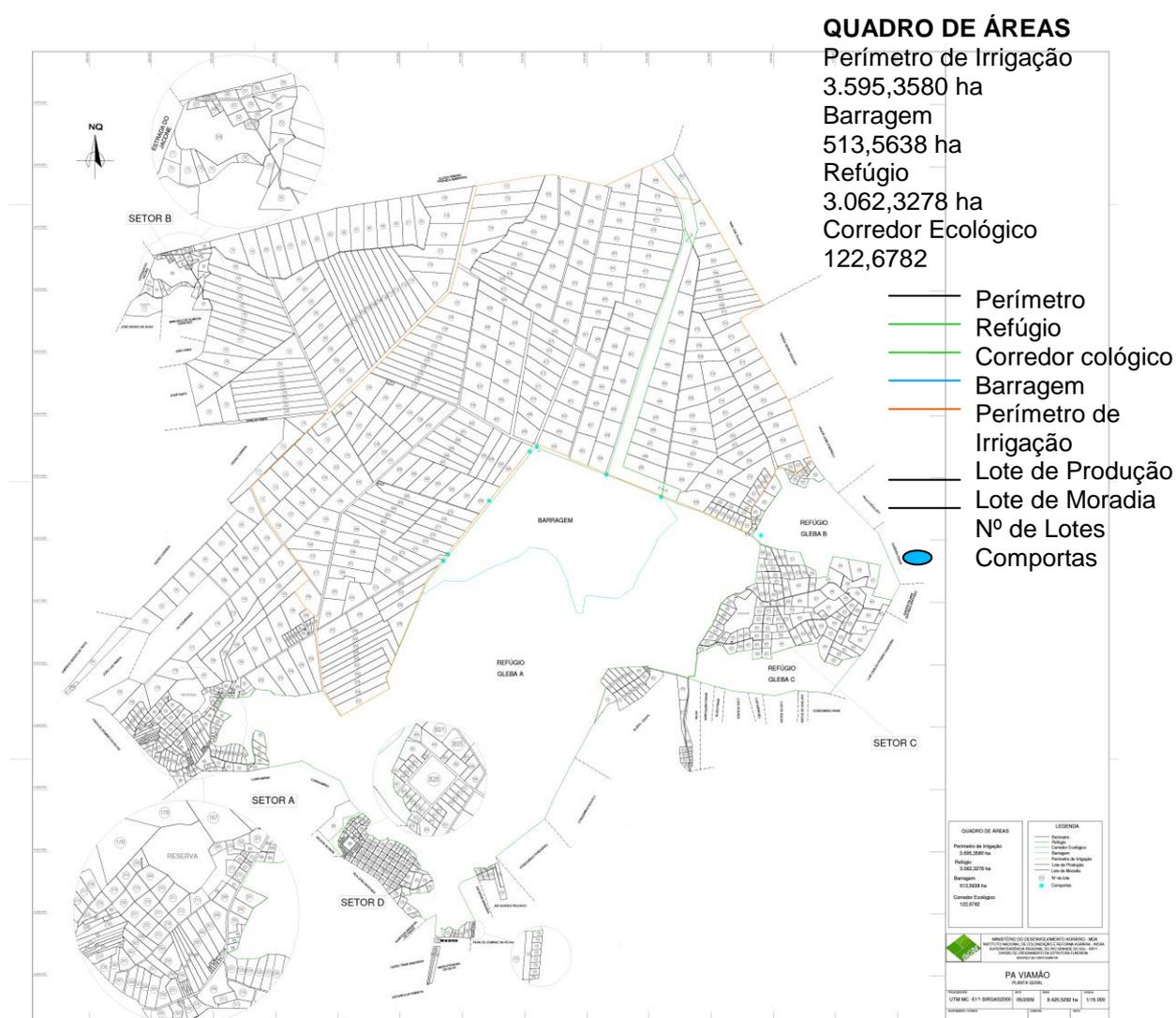
A terra que as 376 famílias conquistaram localiza-se no distrito de Águas Claras, município de Viamão, estado do Rio Grande do Sul. O assentamento recebeu o nome de “Filhos de Sepé” em homenagem a Sepé Tiarajú⁴⁷. O

46 Dados do Censo 2010 revelou que 16% da população brasileira vivem no meio rural. www.ibge.gov.br.

47 A destruição dos Sete Povos das Missões pela Coroa Portuguesa e Espanhola, “Guerra Guaranítica”, 1756, dizimou milhares de vidas e a florescente experiência dos “Sete Povos”. A história de luta e resistência dos índios, principalmente do líder Sepé Tiarajú, continua muito

assentamento foi criado no mês de dezembro de 1998, numa área de 9.707 hectares, antiga área pertencente à fazenda Santa Fé de propriedade da empresa Incobrasa, de Renato Bastos Ribeiro. Essa grande fazenda localiza-se junto à Bacia do Banhado Grande, sendo que 2.800 hectares formam a Área de Proteção Ambiental (APA). A seguir o mapa do assentamento.

Mapa: assentamento “Filhos de Sepé”, Viamão/RS.



Fonte: INCRA/RS. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Serviço de Cartografia, 05/2009.

presente, ainda hoje, na luta dos trabalhadores Sem Terra, seu brado: “Alto lá! Esta terra tem dono, quem nos deu foi Deus a São Miguel, só eles podem nos deserdar”, continua ser lembrado nos acampamentos, assentamentos e manifestações dos agricultores Sem Terra. (MARCON, 1989, p.20).

A área geográfica do assentamento divide-se em parte baixa e alta do relevo. A parte baixa, relativamente plana é denominada de várzea ou banhado. Em sua grande maioria, essa área fica coberta pela água durante parte do ano. Nessa área, se localizam as plantações de arroz e criação de gado. A parte mais alta é formada por colinas, com solos arenosos, chamada de lomba ou espigão. Ali estão localizadas as residências das famílias assentadas divididas em quatro setores: A, B, C e D. Cada família possui, em média, dois hectares de área enxuta e quatorze de várzea, sendo que a maioria dos lotes são separados. Na área enxuta, além das residências⁴⁸, as famílias possuem pequenas construções destinadas aos animais (galinhas, porcos, cavalos, vacas). No restante dos lotes, os assentados cultivam arroz, hortaliças, mandioca, batata e feijão, e alguns poucos reservam grande parte da área para os animais.

As residências dos assentados formam Ecovilas⁴⁹, nas quais há uma diversidade cultural, desde sua procedência até a inserção no processo produtivo. Entre elas, encontram-se formas sociais caracterizadas por agricultores familiares italianos e alemães, agricultores familiares de subsistência de origem cabocla (miscigenada imigrantes, índios e negros). Essas famílias são originárias de diversos municípios do Estado, onde passaram por um período de acampamento, em média de um a dois anos. Vieram famílias dos acampamentos “Palmeirão”, município de Palmeira das Missões, constituído em 1996; acampamento de Santo Antônio das Missões, constituído em 1997 e o assentamento de Viamão, constituído em 1998. Além de outras famílias de agregados da fazenda que receberam um lote e permaneceram no local.

Pela diversidade cultural, pode-se observar uma heterogeneidade de sujeitos que compõem o assentamento, com projetos de vida pessoais e comunitários, muitos dos quais com a participação dos mediadores⁵⁰ e do poder público. Desde o

48 No início dos assentamentos as famílias permaneceram morando em barracas de lona ou nos galpões da fazenda por cerca de dois anos. As casas foram sendo construídas com financiamento do INCRA, no valor de dois mil e quinhentos reais. (cf. depoimento dos assentados).

49 O modelo de Ecovila prevê agrupamentos de 50 a 2000 pessoas, tanto em áreas rurais como urbanas, apontando soluções para as necessidades humanas e sociais que, protegendo o meio ambiente, promovam o incremento da qualidade de vida em geral. (Assentamento da Reforma Agrária e o Modelo de Ecovilas – Relatório Técnico. Org. Naia Oliveira e outros, pág. 6).

50 Os mediadores aqui descritos referem-se às entidades e organizações que apóiam o trabalho dos assentamentos de Reforma Agrária do MST, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra,

início do assentamento, as famílias procuraram organizar as relações internas, a construção das moradias, os grupos de produção, de modo a apresentar para a sociedade uma alternativa viável do acesso à terra e, conseqüentemente a uma qualidade de vida superior àquela que tinham vivido em outros lugares e no período em que estiveram em acampamento.

A gente chegou e muitas famílias foram morar na casa de pedra e as outras famílias ficaram debaixo do barraco por seis meses, depois que foi se distribuindo e dividindo os lotes. O início foi muito difícil, não tinha água para tomar porque não tinha poço, agora ainda tem muito que se fazer, mas está muito melhor (assentado).

As pessoas do assentamento trazem histórias de vida que se apresentam como fortes definidoras das estratégias familiares, com as quais procuram estruturar a vida para a permanência nesta terra que foi conquistada. Trazem na bagagem uma diversidade de fatos históricos, que remetem a um modo de vida camponês, influenciado pelas estruturas sociais e econômicas da exclusão da terra e dos meios de produção. Na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, enfrentando frio e calor, fome e sede, medo e violência, mas com esperanças de alcançar o sonho da terra.

Sempre moramos na área rural, meu pai trabalhava de peão, de agregado. A luz elétrica conheci com 13 anos, a água era de poço, tirado de balde. Minha infância foi isso, bem sofrida. Nós morava num pedaço de terra da minha avó e trabalhava na terra dos outros (história oral de um assentado).

No acampamento tive duas experiências diferentes: no primeiro acampamento, a gente pegou ainda período pós ditadura onde a repressão era muito forte, o movimento ainda era novo. Quando fomos para Bagé uma das experiências foi que 50 quilômetros distante da cidade o acampamento era precário e para sair de dentro tinha que pedir permissão para os jagunços dos fazendeiros. Eu era criança, tinha 12 anos e eu lembro que uma das questões foi a perda de muitas crianças de 0 até 3 anos pela dificuldade de acesso ao hospital. Os jagunços não deixavam você passar, teve uma mulher que morreu na barreira dos jagunços porque não deixaram levar para o hospital. No segundo acampamento era mais tranquilo, o movimento já tinha uns 10 ou 12 anos, tinha repressão, mas não era como o primeiro, era mais tranquilo, a aceitação era melhor são experiências diferentes (história oral de uma assentada).

Desse modo, as experiências do antes do assentamento retratam momentos difíceis que são superados pela motivação de querer terra para morar e trabalhar. São elas que encorajam essas pessoas, homens e mulheres a tentar um pedacinho de terra. As histórias orais dos assentados são recheadas de fatos marcantes da história, muitos dos quais, comum a todos, como os ocorridos nos acampamentos e nas ocupações realizadas.

Em cinco anos de acampamento você passa por muitas ocupações, uma delas foi fazenda São Pedro, em Bagé, onde perdemos um companheiro com um tiro na cabeça pelos jagunços da fazenda. Teve também o episódio da praça da matriz, na qual nós estávamos presentes, então foi uma época bem marcante. Duas situações bem diferentes, uma você perde o companheiro e outra o policial militar que foi assassinado (história oral assentada).

A vinda para o assentamento significa um período novo, porém difícil na vida das famílias, que vivem entre o conhecido e o desconhecido, entre o imaginário e o que existe. É um momento singular onde estar na terra gera novas situações, distintos projetos familiares que se cruzam, múltiplas necessidades e anseios se conflitam num espaço em construção.

nós passamos por muitas experiências no assentamento, a gente veio com o decreto que tem que se adaptar no local. Primeiro por ser área de várzea, são famílias de regiões diferentes que nunca trabalharam em área de várzeas. Outra questão é as próprias famílias assentadas que vieram de acampamentos diferentes, primeiro você tem que fazer esta relação de conhecimento com essas famílias e depois a questão do trabalho, estamos ainda nos achando (assentado/a)

O início do assentamento não foi fácil para essas famílias de sem-terra. Elas encontraram muitos problemas para estruturar a vida, muitos dos quais ainda persistem depois de 12 anos de assentamento. Um problema se refere ao espaço de morada e ao lugar de trabalho. Como a morada é situada na área menor do assentamento, os assentados precisam fazer longas caminhadas, de até 12 km, para chegar aos lotes destinados à produção e criação de gado. Essa distância dificulta a produção diversificada e doméstica de animais de pequeno porte, das hortas e até, mesmo, da principal cultura que é o arroz e a criação do gado. Essa realidade é constatada na fala de uma das assentadas que, para tirar alguma raiz da terra, precisa plantar à beira da estrada. Também existe um conflito com a Secretaria do Meio Ambiente. Os assentados reclamam que não conseguem criar animais de pequeno porte, como galinhas, porque elas acabam ciscando ou poluindo a área de proteção ambiental.

“Morar” e “ter terra” significam, antes de tudo, a não dissociação entre o lugar de viver e lugar de trabalhar. [...] Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de moradia e trabalho, o enraizamento: são todos valores camponeses e da sociedade tradicional (MARTINS, 2003, p.23).

Como as condições geográficas não favorecem a produção para obter uma renda mensal condizente para viver bem, acaba afetando o modo de organização das famílias. Para complementar a renda e ter mais dinheiro para pagar as contas mensais, a maioria das famílias busca trabalho fora do assentamento, na linguagem dos assentados “fazendo uns bicos”. As oportunidades oferecidas são os serviços na cidade e nos sítios lindeiros do assentamento. Um ou mais membros da família buscam a complementação da renda fora do assentamento. Os próprios assentados concordam que essa realidade não favorece o desenvolvimento do trabalho familiar, continuando a reproduzir as mesmas condições que dispunham antes do assentamento. Isto é, mesmo tendo a terra, os assentados vivem do trabalho diarista, precário, sem vínculo empregatício, porque são beneficiários da política de reforma agrária, o que acaba por precarizar ainda mais as relações de trabalho.

Às vezes a gente fica preocupado que estamos na nossa terra e temos que trabalhar fora para poder sobreviver. Já vai fazer 12 anos em dezembro que estamos assentados e até quando vai ser assim? E quando a gente ficar mais velhos e não ter um recurso estocado como é que a família vai sobreviver? Como os filhos vão estudar? (assentado).

Aqui neste setor você não tem um assentamento voltado para produção, aqui é praticamente para moradia. Eu não posso considerar que sou uma assentada com sucesso. Eu moro aqui e trabalho fora porque meu lote não produz o suficiente para sobreviver. A grande dificuldade desde o início é a produção (assentado).

Fica evidente, nas falas dos agricultores e agricultoras, que é muito difícil recomeçar a vida na nova terra, com potencialidades produtivas totalmente diferentes daquela onde foram criados. Por outro lado, é frustrante para esses grupos que lutaram para conquistar a terra, não poderem nela trabalhar e dela subsistir, porque as condições materiais para a efetivação desse trabalho não lhes são garantidas. Outros aspectos que ampliam ainda mais as dificuldades do processo são o desconhecimento e a falta de orientação técnica que contribuem para o atraso na ascensão econômica e social das famílias.

A gente veio de outra região e até se adaptar a outra realidade é difícil. Nós fomos jogados aqui no assentamento e não tinha nenhuma perspectiva. Não foi feito a demarcação dos lotes, a gente não sabia qual o lote ficar. No início trabalhamos em grupo, mas quando alguém começa falar mais forte começa as dificuldades. Nós chegamos aqui e começamos a plantar milho, numa região que não dá milho. O que produz em Viamão é cerveja que tem água, cana, arroz, leite e verduras (assentado).

O sentimento de abandono fica evidenciado na expressão do assentado, o que mostra a falta de planejamento para a efetiva inclusão dessas famílias no assentamento a partir de um acolhimento, orientações acessíveis, condições mínimas, tais como a demarcação dos lotes para evitar conflitos e para que os grupos familiares pudessem iniciar o processo de constituição de novas referências. A falta de orientação inicial condicionou também o plantio equivocado. Esse é um aspecto fundamental a ser considerado. É necessário realizar capacitação, com os assentados, sobre os produtos que são possíveis de serem cultivados nas regiões do assentamento, considerando o clima, tipo de terra e outras condições nem sempre similares aos seus locais de origem.

A gente veio para produzir, ter a mesa mais farta e foi muito difícil. O INCRA levou dez anos para demarcar a terra para nós. Isso foi um fracasso. Eu tenho tudo anotado, são dezesseis mil reais de prejuízo só em cerca. A gente fez a cerca e depois da medição quem pegou foi o vizinho. Mais ou menos uns 70 % se obrigam trabalhar fora para sustentar a família ou para adquirir uma coisa melhor. Por certo, teria que refinar novamente o assentamento, porque, hoje, cada um já sabe onde é seu lote e o que dá para fazer encima (assentado).

A sociedade de modo geral e, principalmente, o Estado esperam que as famílias alcancem uma produtividade que corresponda à demanda do mercado. Somente assim, estariam fortalecendo, ou melhor, ratificando seu projeto de reforma agrária economicista. Com isso, supõe que o assentamento não estaria cumprindo com sua função racionalista e produtivista nos moldes capitalistas. Ora, não se pode ser simplista ao analisar a realidade das famílias, pois as condições em que se encontram refletem a realidade do modelo de agricultura, no mínimo dois projetos distintos: da agricultura familiar camponesa com bases na agricultura ecológica, versus o agronegócio da grande propriedade, da monocultura, do uso intensivo de adubos químicos e agrotóxicos.

A partir das falas dos sujeitos, observa-se esta tensão vivenciada entre as famílias: sair de um modelo de agricultura do veneno para a produção agroecológica. Nas primeiras safras do arroz, principal produto do assentamento, o qual exige diferentes técnicas e muito investimento, muitas famílias fizeram parceria com os “catarinas”⁵¹ no sistema convencional de produção, que utiliza produtos químicos e agrotóxicos. Esse fato gerou conflitos entre as famílias e com o INCRA e, numa medida extrema por ordem judicial, o INCRA colheu o arroz ocasionando prejuízo e indignação por parte dos assentados que perderam a safra⁵². Também mexeu com os ânimos das famílias e despertou para a necessidade de mudar o modo de organização e produção do arroz. Já estão sendo organizados grupos de produção ecológica com parceria da Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita – COOPAN no plantio e comercialização do arroz.

Esse fato exemplifica muitas adversidades que as famílias assentadas enfrentam. Não são problemas gerados pelos sujeitos, mas as condições externas acabam influenciando seu modo de vida e organização. Não ter uma linha de ônibus do assentamento para o centro da cidade, exemplifica os transtornos de locomoção que as famílias do setor B enfrentam diariamente. São situações de exclusão de certos benefícios que prejudicam os assentados ao alcance de certos direitos, como, por exemplo, a procura de atendimento no CRAS e outras políticas públicas.

Diante do exposto, é possível responder a QN1 proposta neste trabalho: **“Quem são as pessoas que estão no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão e quais as particularidades no modo e condição de vida desses sujeitos?”** Em síntese, é possível referir que as pessoas que integram o assentamento Filhos de Sepé são trabalhadores e trabalhadoras, do meio rural, oriundos de diferentes regiões do Estado, desenraizados de seu local de origem, devido à imposição do êxodo rural, gerado pela falta de possibilidades de se manter

51 Catarinas são arrendatários que vem do Estado de Santa Catarina para plantar arroz no estado. Eles possuem conhecimento na forma de plantar e maquinário apropriado para realizar o plantio e a colheita.

52 O arroz foi apreendido entre março e maio de 2009, ao ficar constatado que o plantio não seguia as normas estabelecidas pelo Incra/RS, como limite máximo de área cultivada e não utilização de agrotóxicos. As regras são baseadas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público em 2004 para adequar ambientalmente o assentamento. Como resultado da ação judicial, o Instituto colheu 4,7 mil toneladas de arroz, em uma operação para coibir irregularidades ambientais e também casos de arrendamento no assentamento.

http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14234:arroz-apreendido-pelo-incrars-vai-a-leilao&catid=1:ultimas&Itemid=278.

na terra. Essas pessoas, de lugares diferentes apresentam, também, grande diversidade étnico-cultural. São italianos, alemães, índios, negros... que possuem em comum um modo de vida camponês.

Esses agricultores e agricultoras camponeses, antes de chegar ao assentamento passaram pela experiência de, no mínimo, dois anos de acampamento. Com a marca da diversidade, aprenderam e construíram, com muito sacrifício, de baixo do calor e do frio da lona preta, formas coletivas de trabalho e organização, com o objetivo de alcançar o sonho da terra para viver e plantar. A luta e resistência, construída pelos sem-terra do assentamento “Filhos de Sepé”, ocorreu em meio a muitas dificuldades pautadas pela organização desse novo espaço de vida, o assentamento de Reforma Agrária. O item a seguir contribuirá para dar visibilidade às principais necessidades dos assentados, em especial, aquelas relacionadas com a Política de Assistência Social.

5.2 NECESSIDADES BÁSICAS DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ E O ACESSO À INFORMAÇÃO ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Primeiramente, é fundamental retomar o sentido do termo “necessidades básicas” aqui expresso. Ele traduz uma concepção acerca da forma de atendimento às questões essenciais para o desenvolvimento do ser humano, enquanto ser-cidadão. A Política de Assistência Social, no Art. 1º, afirma que a Assistência Social integra o Sistema de Seguridade Social, como Política nãocontributiva, necessária à provisão dos mínimos sociais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas. Essa referência aponta para uma dupla perspectiva acerca dos mínimos sociais os quais estão relacionados: “a) provisão de bens, serviços e direitos; b) e necessidades a serem providas” (PEREIRA, 2002, p. 26). A provisão refere-se ao “provimento” (FERREIRA, 2004, p. 1.650), ou seja, significa garantir às condições mínimas para o alcance das necessidades básicas. Mas, é fundamental ir além dos mínimos sociais. Esses são concebidos como algo menor, que, no caso das políticas sociais, estaria voltado a políticas pontuais, com recursos residuais, enfim, em condições mínimas de satisfação das necessidades. Assim, busca-se trabalhar na

perspectiva da satisfação das necessidades básicas. O básico “expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se acrescenta” (PEREIRA, 2002, p. 26). O básico aponta para a perspectiva da garantia de direitos sociais, que conforme o Art. 6º a CF 1988⁵³ refere-se: à “educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”.

Esses direitos requerem a construção de políticas públicas, as quais se viabilizam mediante a elaboração de planos (com seus devidos serviços, programas, projetos e benefícios), financiamento e controle social da sociedade civil organizada. Ao identificar as necessidades básicas vividas pelas famílias do assentamento Filhos de Sepé, este item procura responder à questão norteadora 2 da pesquisa, que interroga sobre: **Quais as principais necessidades dos assentados, em especial, aquelas relacionadas com a Política de Assistência Social?**

Considerando as características específicas do assentamento, no que se refere à localização e área de abrangência, percebe-se que são muitas as necessidades presentes no assentamento, como: transporte, acesso à saúde, moradia e trabalho, havendo destaque para essas duas últimas, especialmente no que se refere à organização do trabalho. As moradias estão localizadas na área menor do assentamento. Para se deslocar ao local de plantio e criação de animais, é necessário um longo trecho de deslocamento, que é feito a pé, através de transporte de tração animal ou pequenos veículos. Esse deslocamento diário exige tempo e provoca maior desgaste físico nos trabalhadores. Dependendo das culturas que estão sendo produzidas, por vezes, os assentados, em geral os homens, deixam suas casas e montam pequenas barracas próximas ao local de trabalho, retornando para casa somente nos finais de semana. Isso ocorre para que o tempo de trabalho seja melhor aproveitado, mas a um custo elevado, pois além de se manterem distantes de suas famílias no cotidiano, sobrevivem em condições precárias. Essa situação pode ser ilustrada conforme o relato de um assentado:

53 Este item da Constituição apresenta a inclusão da Emenda Constitucional no. 64, de 4 de fevereiro de 2010, que insere a alimentação como direito social. Disponível em: http://www.tre-sp.gov.br/legislação/constituição_federal.pdf acesso em: 16/01/2011.

Quando se encontramos no lote vimos a distância da terra baixa para produzir. Até hoje essa distância nos machuca muito. Outra dificuldade que viemos de uma região diferente que produzia soja, milho, feijão, essas coisas e pegamos uma área que tem muita areia que precisa muito adubo orgânico e aquela parte de baixo que é de arroz a gente não entendia e até hoje é difícil se adaptar. A minha área de produção é doze quilômetros, então tem que parar lá para produzir e ai tem que abandonar a casa que tem água, luz, tudo. Do lado da produção estamos sentindo muito (depoimento de um assentado ou uma assentada).

No que se refere à organização do trabalho, um dos principais problemas a ser enfrentado pelas famílias do assentamento “Filhos de Sepé” refere-se à construção de alternativas de geração de trabalho e renda⁵⁴ dentro do assentamento. Conforme já descrito no item anterior, as condições geográficas dificultam a produção em volume suficiente para atender às necessidades básicas mensais das famílias assentadas, o que se pode verificar no relato a seguir.

Olha, pelos limitantes que se tem aqui e acho que um dos principais problemas é a forma das famílias sobreviver é a questão que tem que trabalhar fora. Tem muita gente que trabalha fora, e não é porque quer é porque não tem condições de sobreviver do lote, porque a grande maioria das famílias que trabalham fora não ficou três ou quatro anos acampados para continuar marcando ponto com o patrão. Foi acampar porque tinha esperança que ia sobreviver da terra. Só que as condições que nos é dada são impossíveis, então você acaba indo trabalhar fora para não deixar teus filhos morrer de fome. Então tem muita gente que trabalha fora e é uma das formas de sobreviver (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Assim, para garantir seu sustento as famílias buscam trabalhos extras, na cidade, prestando serviço como diaristas, domésticas, entre outros, sem vínculo empregatício fixo. Além de ser evidenciada a frustração de não poderem trabalhar na sua terra, aquela pela qual lutaram e de onde sonhavam tirar seu sustento, são inúmeros os empecilhos contextuais e as condições materiais que acabam por entravar o alcance de seus objetivos de sobreviver com dignidade, impondo-lhes a submissão a trabalhos precários. Os depoimentos de assentados são reveladores dessa situação:

Aqui neste setor mais especificamente você não tem um assentamento voltado para produção, aqui é praticamente para moradia. Eu não posso considerar que sou uma assentada com sucesso. Eu moro aqui e trabalho fora porque meu lote não produz o suficiente para sobreviver. A grande dificuldade desde o início é a produção (depoimento de um assentado ou uma assentada).

54 De acordo com as premissas estabelecidas na Política Nacional de Assistência Sócia, essas alternativas buscam viabilizar a segurança de sobrevivência, que envolve rendimento e autonomia (PNAS/2004, 2005, p.31).

Às vezes a gente fica preocupado que estamos na nossa terra e temos que trabalhar fora por dia para poder sobreviver e já vai fazer doze anos em dezembro que estamos assentados e até quando vai ser assim. E quando a gente ficar mais velhos e não tiver um recurso estocado como é que a família vai sobreviver? Como os filhos vão estudar? (depoimento de um assentado ou uma assentada).

A cultura do trabalho coletivo também é um desafio. É uma questão complexa, na medida em que a diversidade étnico-cultural aponta diferentes concepções sobre a forma de gestão e organização do trabalho. Em meio às diversas concepções, o que há de comum é que o trabalho é a forma de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento da vida e inclusão social. Diante da necessidade de viabilizar a produção, as famílias assentadas procuram definir estratégias de permanecer na terra, lançando mão de seu saber-fazer e novos saberes, principalmente nas definições das alternativas de produção, passando pelas escolhas entre o trabalho individual, em que cada agricultor planta para si no seu lote, ou trabalho coletivo, pelo qual as famílias plantam juntas em área coletiva e dividem entre si os resultados da produção. Independente da forma de plantio, há outras três dificuldades no âmbito do trabalho. A primeira refere-se à demarcação dos lotes, o que facilitaria a forma de organização familiar e comunitária; a segunda diz respeito à falta de orientação técnica sobre a conservação do solo, forma de plantio e tipo de cultivos; e a terceira está voltada à concepção acerca do modelo de produção: agricultura familiar camponesa, que tem como eixo o cultivo de uma agricultura ecológica ou o cultivo de monoculturas (soja, eucalipto, fumo...), inspirado no modelo do agronegócio.

Para suprir essas dificuldades, os Núcleos de Família⁵⁵, a Coordenação dos Setores junto com a orientação técnica da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) realizaram um diagnóstico com objetivo de identificar quais eram os “desejos das famílias”⁵⁶, para pensar um novo modo de desenvolvimento do assentamento em relação à diversificação da produção.

55 No período de julho/2007 à abril/2008 foram entrevistadas famílias participantes de vinte sete (27) Núcleos de Famílias, são eles: Setor A – Grupo Da Terra, Do Mato, Nova Esperança, Camaquã, Bico de pato, Terra nova e Nova Aliança; Setor B – Grupo Milton Baudin; Setor C – Grupos Ronda, Casa de Pedra, Recanto do Areial, Boca, Nova Esperança, Rodeio Bonito, Jacaré, Kubiack, Chê, Taquara; Setor D – Alto da Colina, Corvo, Servo I, Servo II, Alceu Bastos, Jacaré I, Jacaré II, Taquara e Salgadinho (COPTec. 2008).

56 COPTec. Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Assentamento Filhos de Sepé – PA Viamão/RS. 2008

Conforme o diagnóstico os sistemas de produção, praticados no assentamento, foram definidos com base no uso da terra (terras baixas e terras altas). O cultivo da terra mostra-se bem mais intenso nas áreas altas (Agrovilas) em volta das residências, com a produção de autossustento. A diversificação de atividades é grande. Atualmente, a maior parte de suas áreas baixas conduziu à especialização da economia local, concentrando-se praticamente em dois produtos: arroz e carne. Já as áreas altas estão ocupadas por alimentos considerados básicos, como os hortifrutigranjeiros, milho, feijão, batata, cana-de-açúcar, pastagens cultivadas, criação de suínos, aves e os bovinos em lactação.

O desejo das famílias é melhorar a produção de leite e da carne com aumento da criação de gado, por assegurar renda mensal para as famílias e por contribuir para a melhoria dos solos, devido aos costumes de utilização de pastagem nativa e por seus excrementos servirem como adubo para o solo. A apicultura se constitui em uma fonte de renda importante no assentamento, porém é pouco visível até o momento. O aumento da produção de suínos e aves, da produção vegetal como feijão, abóbora, batatas, hortas e pequenos pomares é estratégico para o autoconsumo e possibilidades de venda na cidade.

A grande produtividade do assentamento encontra-se na área do arroz na safra 2007/2008, foram plantados 1.371 hectares. Os assentados deixaram de produzir de forma convencional e passaram a produzir ecologicamente.

As famílias estão procurando se adaptar e sobreviver, aí surgem grupos de trabalho, nós temos o grupo de arroz ecológico, com 86 famílias. Temos outro grupo de fruticultura que iniciou quatro anos atrás e está com 115 famílias, também o grupo está produzindo para a Merenda Escolar que são 40 famílias. Então, as pessoas estão tentando ver nos lotes que dá para plantar e produzir para sobrevivência da terra (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Essas iniciativas são esforços para propiciarem alternativas de renda às famílias, efetivando um trabalho coletivo e solidário a partir dos diferentes cultivos e produtos. Também são importantes porque o trabalho dentro do assentamento contribui na estruturação da subjetividade das famílias, isto é, possibilita um contato direto com a terra, cria nas pessoas um sentido de pertencimento, contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e para a ação no mundo enquanto cidadãos e cidadãs.

A questão norteadora 3 teve como objetivo indagar sobre: **“Como as famílias têm informação e acesso à Política de Assistência Social?”**. Essa questão possibilitou identificar que são poucas as famílias que procuram os serviços e programas nos CRAS⁵⁷. Geralmente, as ações são realizadas dentro do assentamento com o deslocamento da unidade móvel do município que realiza atendimentos, principalmente na área da saúde e o cadastramento do Bolsa Família. Contudo, o serviço da Unidade Móvel deixou de ser realizado pela prefeitura, gerando descontentamento entre os assentados, pois eles têm que se deslocar até o posto de Saúde de Águas Claras que atende a população da região e, mais uma vez, enfrentam dificuldades de deslocamento, pois o transporte até esse local tem horários limitados. Percebe-se, também, o desconhecimento dos assentados em relação aos serviços, programas e benefícios voltados à Política de Assistência Social. A publicização da Política de Assistência Social é um desafio a ser superado para que mais pessoas possam a ela ter acesso, conforme relato de um assentado:

Nós não sabemos e nem procuremos a assistência social. Esta semana veio o secretario de obras, mas ele só sabe pedir votos, mas quando é para arrumar a estrada, ele disse que vai esperar chover e não falou para as famílias que existe o Centro de Referencia de Assistência Social para atendimento das famílias (depoimento de um assentado ou uma assentada).

Por outro lado, se identifica o empenho de profissionais assistentes sociais no atendimento das famílias através do CRAS, no município. Porém, esse atendimento está voltado à atenção básica, conforme depoimento abaixo:

Todos os assentamentos são assistidos por nós. Já teve famílias em situação de vulnerabilidade social que foram atendidas aqui no CRAS e também em situação de risco. Quando são em situação de risco foge da nossa competência, a gente atente a rede de proteção básica. Quando tem situação de violência, maus tratos, a gente encaminha para o CREAS que a rede de proteção especializada (assistente social).

Em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), são muitas famílias que acessam a esse benefício principalmente aquelas que possuem filhos. Porém, há compreensões diferenciadas a respeito desse benefício. Aqui destacam-se três relatos que apontam para três compreensões: 1) “eu pego o bolsa família porque tenho três crianças para comprar roupa e material escolar, com o dinheiro que meu marido ganha até daria para comprar, mas ficaria apertado” (depoimento de uma assentada); 2) “existem famílias com o bolsa família, o certo é que não existisse

⁵⁷ Na época das entrevistas – ago/2010, o CRAS Rural ainda estava localizado no CRAS de Tarumã, centro de Viamão.

nenhuma no assentamento, eu questiono a política de assistência” (depoimento de uma assentada); 3) “sinceramente me sinto envergonhada em ver as famílias pegarem bolsa família, cada um deveria ter uma renda suficiente para garantir sua sobrevivência. Umas 80 famílias pegam o bolsa família” (depoimento de uma assentada).

O primeiro relato expressa a necessidade de utilização desse benefício para possibilitar a sustentação da família e o acesso dos filhos à escola como um complemento de renda, que poderá “aliviar” o aperto financeiro vivido pelas famílias ao final de cada mês. Contraditoriamente, o segundo depoimento problematiza o acesso de famílias assentadas a esse benefício. Parte-se da concepção de que se as famílias estão assentadas, deveriam ter condições de permanência na terra, mediante a satisfação de necessidades básicas como moradia, trabalho, alimentação. Porém, devido à ausência de uma política agrária que assegure essa permanência, as famílias assentadas acabam tendo que “optar” por buscar benefícios, que originalmente não teriam necessidade de acessar. O terceiro depoimento revela indignação frente ao acesso ao PBF. Em consonância com o depoimento anterior, questiona as condições de geração de trabalho e renda, no assentamento. Considerando os depoimentos anteriores acerca do trabalho, percebe-se que se houvesse maior investimento, enquanto política pública, na geração de renda, no assentamento, seria possível a permanência das famílias com o trabalho realizado no próprio assentamento.

Além do programa Bolsa Família, os assentados já acessaram outros programas de geração de renda e melhoria na infraestrutura e casas, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No início da organização do assentamento, esses recursos não foram bem aplicados devido à falta de orientação técnica. Por exemplo, quem aplicou os recursos na plantação de milho, não conseguiu mais recuperar os investimentos porque a terra não era propícia para esse tipo de cereal. Porém, outros investimentos foram bem aplicados, com planejamento prévio, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Diante da reflexão apresentada, percebe-se que o acesso à informação⁵⁸ e as condições de acesso das famílias assentadas aos serviços, programas e benefícios previstos na Política de Assistência Social constituem-se como desafios para o trabalho desenvolvido no CRAS Rural, no município de Viamão. Assim, torna-se fundamental a construção de estratégias que possibilitem maior acesso das famílias assentadas ao SUAS, conforme veremos no item a seguir.

5.3 ESTRATÉGIAS DOS GESTORES FRENTE À INSERÇÃO E INCLUSÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO SUAS

Considerando as reflexões já descritas em itens anteriores, no que se refere à implantação da Política da Assistência Social no município de Viamão, é possível perceber o caminho “lento e persistente” como refere a coordenadora da SMCAS, que fez com que na área de assistência social fosse possível dar passos qualitativos na implementação dos serviços e programas como indica a LOAS e a PNAS/2004. Assim, para responder à questão norteadora 4, no que se refere a **“Quais as estratégias utilizadas pelos agentes responsáveis pela Política de Assistência Social para buscar a inserção e inclusão das famílias assentadas nos programas de Assistência Social?”**, é necessário retomar algumas pontualizações sobre a Política de Assistência Social no município de Viamão.

Até o ano de 1997, o trabalho desenvolvido pelo poder público na área da assistência social do município de Viamão estava voltado à Ação Social, que tinha como prioridade o atendimento a crianças e adolescentes. Assim, o trabalho era desenvolvido em oito creches comunitárias e dois lugares “Centros de Atendimento” que acolhiam adolescentes e crianças.

Nesse ano, houve a contratação de profissionais para atuar na Política de Assistência Social e a capacitação desses profissionais com vistas a qualificar o trabalho que vinha sendo realizado no município⁵⁹. Foi a partir desse ano que, no que se refere à atuação profissional, uma das estratégias adotadas pelos profissionais da área da assistência social foi de mobilizar a comunidade para

⁵⁸ De acordo com a PNAS/2004 (2005, p.40), todas as pessoas têm “direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas”.

⁵⁹ Conforme informações contidas no Relatório da Política de Assistência Social em Viamão, 2002.

implementar o Conselho de Assistência Social. Esse trabalho foi desenvolvido mediante a participação ativa da população e de entidades de assistência social que atuavam no município. Esse processo resultou na elaboração do primeiro Plano Plurianual do Município.

Outro fator determinante para o fortalecimento da Política foi o trabalho desenvolvido pela administração do município que, a partir de 1997, assumiu uma gestão popular e mobilizou recursos para este fim. Por meio da mobilização da comunidade e o aporte público no investimento de recursos humanos e físicos, deu-se o início à implementação da Política Pública de Assistência Social no município que possibilitou a criação, em 1998, do Departamento de Cidadania e Assistência Social em substituição ao, até então, Departamento de Bem Estar Social.

Como é possível perceber, a mobilização social proporciona a participação das pessoas nas instâncias decisórias. Conforme refere Gohn (2005, p. 30), a participação é um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva.

A estratégia da mobilização social foi determinante para dar visibilidade à Política de Assistência Social no município de Viamão. As pessoas, conhecendo a realidade, tornam-se sujeitos do processo e passaram a lutar pelos seus direitos. Essa é uma estratégia pedagógica do processo de participação. Como refere Gohn (2005, p.31):

para que um indivíduo ou grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos de conteúdo das mensagens implícitas, que universos simbólicos contem, que valores defendem ou rejeitam.

Nesse sentido, ir ao encontro da comunidade, sentar-se e ouvir as propostas de cada local gera um processo permanente de construção e reciprocidade de ambas as partes que, no final, acaba beneficiando a todos. A fala da coordenadora da SMCAS indica que é importante a participação da sociedade para construir uma política pública:

A implantação e o atendimento as famílias deu certo, porque antes sentamos com a sociedade civil, com as entidades daquele lugar e construiu-se junto que tipo de trabalho se queria de assistência social e, ao mesmo tempo, divulgou-se e construiu com eles o que era assistência social. Nosso objetivo era divulgar e fazer as pessoas entender o que era a política. Isso circulou na cidade com Orçamento Participativo e a região rural, conhecendo esse processo, colocou a assistência social como primeiro lugar (Coordenadora SMCAS)

Outra estratégia utilizada, desenvolvida pelos profissionais da Política de Assistência Social para a inserção⁶⁰ e inclusão⁶¹ das famílias nos programas, foi o trabalho conjunto da assistência social com a área da saúde. No período de 1997 a 2003, conforme depoimentos da coordenadora da SMCAS, a Secretaria de Assistência Social e Secretaria da Saúde eram muito parceiras e realizavam atividades conjuntas. No caso do atendimento dos assentados, esse trabalho começou quando ainda era acampamento no Caminho do Meio. O município destinou uma unidade móvel (ônibus) para atendimento das famílias acampadas, e continuou depois no assentamento. No período seguinte, a partir de 2003, houve mudanças na gestão do município. Mesmo permanecendo o mesmo partido na administração, havia outro entendimento no sentido da construção de políticas públicas, o que levou a outra forma de organização e de prioridades. É nesse período que a assistência social assume um caráter independente da área da saúde, dando prioridade às atividades e programas conforme está previsto no SUAS. Em 2007, destaca-se a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência, que deliberou 1º Plano plurianual de Assistência Social do município. Vale destacar o processo participativo dessa construção através da realização de mini-plenárias por área de atendimento e das pré-conferências realizadas de acordo com as regiões geográficas do Orçamento Participativo (FIOROTI, 2002).

De acordo com depoimento da coordenadora da SMCAS, é necessário compreender as especificidades do meio urbano e rural para viabilizar a Política de Assistência Social.

⁶⁰ Inserção refere-se ao “ato de inserir”, ou seja, de “colocar, introduzir, intercalar, incluir” (FERREIRA, 2004, p.1.111). Aqui a inserção refere-se ao ato de identificação das famílias, cadastro, diagnóstico sociofamiliar, que possibilitem um conjunto de informações para a efetiva inclusão das famílias nos programas sociais.

⁶¹ Inclusão, diz respeito ao “ato ou efeito de incluir”, significa “conter em si, envolver, implicar” (FERREIRA, 2004, p.1.088). A inclusão diz respeito a participação efetiva das famílias nos programas a partir de critérios previamente estabelecidos e, neste caso, de acordo com as premissas estabelecidas na PNAS.

O urbano é cada um por si e Deus por todos. O urbano tem muito da tutela, uma formação de que receber a cesta básica já é um direito e basta isso. É diferente trabalhar com a população urbana e a população rural. A população rural tem o trabalho como um grande princípio e a população rural tem vergonha de estar no lugar e pedir. Porque ainda é vista a assistência social como pedir um favor e não como direito para facilitar o acesso a outras políticas (Coordenadora CMCAS).

É possível perceber, mais uma vez, a importância de compreender as características de cada território, das pessoas que ali vivem e se organizam, as suas reais necessidades, formas de luta e resistência para superá-las. O Diagnóstico Socioterritorial da Região Rural do Município de Viamão, elaborado pela SMCAS, junto com a comunidade, foi essencial para a implantação dos cinco CRAS no município, especialmente no que se refere ao CRAS Rural.

O CRAS Rural constitui-se como uma das estratégias que pode contribuir para o aprimoramento do atendimento e inclusão das pessoas e famílias do meio rural nos programas da assistência social. O atendimento às famílias constitui-se como uma prioridade da SMCAS. A proposta é de desenvolver grupos de trabalho com as famílias, mas isso ainda é um desafio diante das demandas específicas de cada CRAS, das condições efetivas de participação das famílias e da estrutura física e de recursos humanos existentes no município. Quanto a este último item, no momento atual o desafio enfrentado se refere ao quadro de profissionais recém-formados para desenvolver o acompanhamento às famílias. Esta pouca experiência, somada à política da gestão municipal, repercute na metodologia de trabalho. É necessário fortalecer a compreensão acerca das políticas públicas, como direito de cidadania e dever do município de promovê-lo a todas as pessoas desse território.

Conforme refere a coordenadora da SMCAS, há limites quanto à articulação do “saber” com o “fazer” dos profissionais que atuam na área da assistência social: “falta ‘coragem’ de fazer grupos, trabalhos mais coletivos, mais comunitários. “Estão saindo assistentes sociais para trabalhar mais em gabinete e menos nas comunidades”. Por outro lado, a sociedade civil não tem conhecimento suficiente acerca das políticas sociais. Ainda está presente a cultura do “favor”, mesmo que de forma velada. A noção de política social como direito precisa ainda ser apreendida por diferentes grupos e segmentos populacionais. Outro limite são os investimentos destinados à execução de serviços e programas previstos na Política de Assistência Social. De acordo com o Art. 195, da CF de 1988, o financiamento da Seguridade Social será viabilizado mediante recursos “provenientes dos orçamentos da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2004, p. 117). Mas, na assistência social, no que se refere à responsabilização dos entes federados, o indicativo de recursos, de no mínimo 5% do total da arrecadação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, constitui-se num desafio, conforme expressa o depoimento a seguir.

Hoje o que mantém os serviços são os recursos do Governo Federal. O estadual não contribui como prevê a LOAS e a NOB. No ano passado, mandou 21 mil reais e neste ano vai mandar mais 21 mil reais direcionados para as comunidades quilombolas. Então o que é 21 mil por toda uma política que a gente tem. Já o governo federal manda 9 mil reais por mês para cada CRAS para proteção básica. Entre a proteção básica, média e alta complexidade recebemos em média 80 mil reais/mês para manter a política. A prefeitura mantém a alta complexidade – abrigos de crianças e adolescente, porque nossa alta complexidade está sem estrutura. No CRAS, a prefeitura mantém recursos humanos para a proteção social básica, porque muitos profissionais contratados recebem do MDS. Olhando bem não dá para fazer muita coisa com 45 mil reais por mês para atender a cidade com os cinco CRAS (Coordenadora SMCAS).

O relato apresentado mostra as condições precárias para viabilizar a Política, tanto em termos de recursos financeiros que viabilizam a estrutura dos serviços, como de profissionais para sua execução. A cada CRAS (sic) cabe a quantia irrisória de R\$ 9.000,00.

E as dificuldades se agravam ainda mais na área rural, conforme pode ser percebido no relato de uma profissional assistente social que atua no CRAS Rural:

A região rural tem esta característica: tudo é muito longe e a visita domiciliar é necessária, muitas vezes você tem que ir fazer a visita para ver o que está acontecendo de fato e aí você não tem como ir e isso empaca mais o trabalho. Não ter a disponibilidade de veículo para levar a gente é um fator que atrasa bastante o serviço. Tem um carro para todos os CRAS, o município tem cinco CRAS e tem um carro e faz o rodízio, nós vamos ter uma vez por semana porque é a região rural (Assistente Social).

Para superar esses limites que se configuram de forma diferenciada, possuindo características peculiares em seu contexto, os profissionais da área da assistência social focam as estratégias de inclusão e inserção da população rural nas seguintes preposições⁶²: a) realizar trabalho interdisciplinar frente às vulnerabilidades identificadas na região de atendimento do CRAS, entendendo-o como a porta de entrada da Política de Assistência Social, com enfoque na atuação: preventiva, protetiva e proativa de suas intervenções; b) construir o reordenamento

⁶² Conforme Diagnóstico Socioterritorial da Região Rural do Município de Viamão Projeto de Implantação CRAS Rural, Viamão, 2010.

da política de assistência social, superando a lógica da caridade estatal para a perspectiva de direito social.

Além disso, o modelo proposto a partir do SUAS supõe a participação dos gestores, usuários e profissionais da área nos espaços deliberativos da Política a exemplo dos conselhos municipais de assistência social. A perspectiva é de romper com a visão fragmentada das políticas sociais e proporcionar a sua articulação com as demais políticas públicas.

Diante do exposto, em síntese, é possível referir que as estratégias adotadas pelos gestores estão voltadas à informação, à mobilização e à participação desses profissionais junto à comunidade local. Informar a população sobre a política de assistência social é o primeiro passo para despertar a consciência das pessoas sobre seus direitos. Por fim, outra estratégia, a qual se apresenta de forma mais complexa é trabalhar com a interdisciplinaridade e romper com a visão assistencialista e fragmentada da Política de Assistência Social. O item a seguir dará prosseguimento a essa reflexão, com enfoque especial sobre como a vivência das famílias assentadas, no movimento social, incide sobre o acesso à Política de Assistência Social.

5.4 MOBILIZAÇÃO DOS ASSENTADOS E O CAMINHO BARRENTO DA INCLUSÃO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O MST, de acordo com seus enunciados e sua prática, entende que há muitas formas de realizar mudanças na sociedade: na mobilização de massas, na ação direta, nas manifestações, em ações combinadas com outros grupos sociais, na luta eleitoral. Desde sua gênese, essas formas de luta pela e na terra são características do movimento. “A nossa luta pela terra e pela reforma agrária – já havíamos descoberto por nós mesmos – só avançará se houver luta de massas” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.43). De fato, a dinâmica histórica da questão agrária e a lentidão do Estado na implantação de assentamentos obrigaram o movimento a desencadear diversas iniciativas, como as ocupações de terra, bloqueios de rodovias, ocupação de prédios públicos. Essas ações são repertório de lutas que visam justamente a chamar atenção dos poderes públicos e da sociedade sobre a

situação em que se encontram as famílias sem terra e, por meio da pressão social e da negociação dos órgãos públicos, obterem ganhos políticos.

Conforme o conceito utilizado pela CPT, as mobilizações são “ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais, ou exigem o cumprimento de acordos e promessas”⁶³. A forma mais comum que os agricultores utilizam para fazer as mobilizações são as seguintes manifestações de luta: os atos públicos, jornadas, marchas, protestos, bloqueio de rodovias, acampamentos em frente ou dentro de órgãos públicos, em praças, etc. A CPT documentou no Brasil, em 2009, 589 manifestações no meio rural, envolvendo 222.836 pessoas (CPT, 2010, p.144). Esses números revelam dados impressionantes de atos que os movimentos sociais realizam para conseguir pautar suas reivindicações.

Considerando a importância da mobilização social para efetivação das políticas públicas requeridas pelo MST e o histórico de organização e luta das famílias assentadas, a questão norteadora cinco quer contribuir para a análise sobre: **“como a vivência no movimento social incide sobre o acesso das famílias à Política de Assistência Social?”** A partir dos depoimentos da coordenadora da SMCAS, mediante entrevista individual e dos assentados, a partir da técnica do grupo focal, foi possível identificar duas questões principais.

Num primeiro momento, ao perguntar à coordenadora da SMCAS se os assentados já realizaram alguma mobilização para garantir acesso à política de assistência social, a resposta foi negativa. Possivelmente, essa resposta traduz uma visão diferenciada sobre a organização e acesso a direitos pelas famílias assentadas, a qual está fundamentada na capacidade de atendimento da rede de serviços socioassistenciais, desenvolvidos por organizações da sociedade civil, que se expressa no depoimento:

Na nossa visão é que eles estavam sendo servidos, por outras pessoas, tinha as irmãs morando no assentamento e outras lideranças contribuindo com eles. Então quem está de fora, quem não está pesquisando e vendo o que fazer, pensa que a população está sendo bem atendida, porque ele está autogestionando lá dentro (Coordenadora SMCAS).

⁶³ CONFLITOS NO CAMPO, Comissão Pastoral da Terra. 2009.

Por outro lado, num segundo momento, ao entrevistar os assentados, foi perguntado se eles ainda fazem lutas conjuntas para reivindicar algum benefício para o assentamento, especialmente no que se refere à Política de Assistência Social. As respostas diante das questões apresentadas evidenciam, por um lado, a organização de lutas pela garantia de direitos, porém, de outro lado, estes não estão voltados especificamente para a área da assistência social. Aqui se destacam quatro depoimentos de assentados que poderão dar visibilidade a essa afirmativa: 1) “Os assentados já realizaram a luta conjunta contra o pedágio, individualização e perdão das dívidas”. 2) “Se o pessoal puxar uma luta os assentados participam, principalmente a saúde. Quando somos chamados sempre damos resposta”. 3) “Para fazer uma mobilização precisa reunir pelo menos uns três ônibus, se a gente vai com meia dúzia de pessoas, o prefeito não vai receber e vai nos tocar embora”. 4) “A maioria participa das lutas, ainda está acesa a mobilização”.

É possível perceber que os assentados se mobilizam de forma coletiva em virtude do atendimento de suas necessidades básicas, como transporte, crédito, saúde... Eles destacam, em seus relatos, a importância da mobilização de “massa” como estratégia de pressão aos governantes. Também referem que, em meio às dificuldades cotidianas, o processo de mobilização, por vezes frágil, ainda continua presente na vida das famílias assentadas.

A partir desses depoimentos, é possível verificar três questões fundamentais. Primeiramente, que a Política de Assistência Social, para os assentados, não se apresenta como prioridade para o conjunto das famílias, na medida em que ela se insere na premissa “para quem dela necessitar”. Se as famílias têm condições básicas de permanência na terra, tirando seu sustento e possibilitando o desenvolvimento integral de seus membros, então, não seria necessário, a seu ver, o acesso a esse tipo de política, ainda concebida por algumas pessoas como doação ou favor, que pode gerar dependência das pessoas que as acessam, característica que vai na contramão da perspectiva política de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma segunda questão refere-se ao fato de que as famílias assentadas apresentam dificuldades quanto à participação na rede de organizações da sociedade civil. Tampouco participam em espaços de articulação, proposição e deliberação sobre a Política de Assistência Social, como refere a LOAS e a PNAS/2004, como é o caso das Conferências, Conselhos e Fóruns. A participação

nesses espaços coletivos e paritários de organização é uma prática a ser exercitada, a qual poderá contribuir para ampliar e fortalecer a participação protagonista de segmentos subalternizados, como as famílias assentadas, na implementação de políticas públicas. A terceira questão a ser destacada refere-se à falta de informação e, conseqüentemente, as poucas demandas pautadas pelas famílias frente aos serviços, programas, projetos e benefícios previstos na PNAS. No que se refere à participação em lutas conjuntas, percebe-se que “ainda está acesa” a chama da mobilização, que se traduz como marca da luta das famílias sem terra antes e depois do assentamento. A conquista da terra é resultado de muita pressão, mobilização, enfrentamento e resistência, na medida em que projetos societários estão em disputa. De um lado, o projeto das elites, que historicamente concentram renda, riqueza e poder em poucas mãos. De outro, a luta e resistência da classe trabalhadora, que só tem a sua força de trabalho para pôr à disposição da construção de um projeto de sociedade que rompa com a desigualdade social e proporcione o desenvolvimento integral de todo o povo, a partir do território onde está inserido, de suas origens étnico-raciais, seus costumes e formas de organização. “O MST se territorializa por meio da ocupação da terra” (FERRANTE; WHITAKER, 2008, p. 33). Assim, o acesso a terra é o primeiro passo para o desenvolvimento de outras políticas públicas.

A expressão “caminho barrento”, utilizada para dar visibilidade às formas de inserção e inclusão das famílias assentadas à Política de Assistência Social, expressa um processo histórico de construção, de lutas e contradições sociais, que se conformam no espaço local, do assentamento, articulado a questões globais. Esse processo poderá favorecer a articulação com outras forças sociais, na busca da totalidade, como processo em permanente construção, que aponta para a emergência de um modelo inclusivo e sustentável, no qual as políticas sociais, apresentam-se como uma mediação necessária.

O barro se constitui de dois elementos da natureza – terra e água – que, ao se misturarem, com ação da própria natureza, do ser humano e de outros seres vivos, podem ser utilizados de diferentes formas. O barro, em seu estado bruto pode se constituir em obstáculo, um caminho barrento, que dificulta o acesso. Já nas mãos do oleiro, esse mesmo barro adquire forma e beleza. Esse símbolo pode dar visibilidade aos desafios e perspectivas diante da implementação da Política de Assistência Social. Os desafios que formam o caminho barrento podem ser

identificados mediante os limites de transporte, de informação, de trabalho e de concepção sobre a Política de Assistência Social, como direito social, pelas famílias assentadas. Também podem ser identificados desafios quanto ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da área, quanto ao número de pessoas contratadas, os recursos de infraestrutura, transporte e, também, a concepção de Política de Assistência Social ainda fundamentada, especificamente, em práticas assistenciais. As perspectivas vislumbradas referem-se à implantação do CRAS Rural, com a participação efetiva da comunidade. Assim, este espaço torna-se lugar de convergência de necessidades e potencialidades que podem ser geradas nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral que mobilizou o presente estudo contribuiu para “desvendar como são incluídas as famílias de agricultores sem terra assentadas, pela Política de Assistência Social, no município de Viamão/RS, no intuito de contribuir para o aprimoramento desse processo”. Num primeiro momento, buscou-se explicitar a metodologia percorrida no processo de pesquisa, a partir dos referenciais do materialismo dialético histórico. Procurou-se, ao longo do trabalho, articular as três principais categorias do método: historicidade, totalidade e contradição, com os “achados” da pesquisa, considerando, especialmente, as categorias explicativas da realidade: Movimentos Sociais, Família e Política de Assistência Social. Essas categorias foram aprofundadas ao longo do trabalho, de forma articulada, a partir de mediações entre os referenciais teóricos e os dados empíricos, expressos através de depoimentos dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de pesquisa.

Considerando a riqueza do processo construído, a partir da análise dos resultados da pesquisa, foi possível identificar algumas questões fundamentais para inserção das famílias rurais nos serviços e programas da Política de Assistência Social. Inicialmente, foi fundamental desocultar **quem são e quais as particularidades das famílias dos agricultores sem terra do assentamento Filhos de Sepé**. Conhecer os sujeitos para a implantação ou avaliação de políticas públicas é necessário, mas não só a partir da verificação de sua condição de vida, ou seja, de suas condições materiais de existência, embora sejam essenciais e determinem as demais, como também de seu modo de vida, o que inclui valores, experiências, histórias, sentidos atribuídos aos processos por eles vivenciados. Esse grupo é composto por famílias simples, de poucas posses, que continuam a reproduzir a vida de agricultor camponês - no contato com a terra, no trato com os animais, com as plantas, com a casa, com as relações entre vizinhos - da qual são originários. A conquista da terra torna-se exemplo para seguir conquistando os outros direitos, como saúde, assistência social, políticas de geração de renda. Elas trazem, em suas histórias de vida, um passado marcado por lembranças construídas com muito sofrimento e luta, onde foram relegadas nas demandas de terra e de

trabalho. Desenraizadas de seu espaço de origem, na medida em que são oriundas de diferentes regiões do Estado, essas famílias trouxeram consigo modos de vida e organização diferenciados, a partir de suas raízes étnico-culturais. Elas trilharam coletivamente novos caminhos no movimento social para conquistar aquilo que era de seu desejo e sua necessidade: terra e trabalho. Romperam com algumas barreiras da exclusão, embora ainda sofram processos de desigualdade, mas, aos poucos, se tornaram sujeitos de direito, resgatando sua cidadania e dignidade, mediante a organização e participação protagonista no movimento social. A pessoa que tem terra e casa possui referência e constrói vínculos sociais. As famílias assentadas possuem orgulho de ter conquistado a terra, por isso, elas ficam perturbadas quando as adversidades do local não lhes permite estruturar a vida com qualidade.

Ao indagar sobre **“quais as principais necessidades dos assentados, em especial, aquelas relacionadas com a Política de Assistência Social”**, foi possível constatar, a partir das características específicas do assentamento no que se refere à localização e área de abrangência, que as principais necessidades estão voltadas: a) trabalho dentro do lote, pois para garantir o sustento as famílias têm que buscar trabalho fora, na cidade, em situações precárias, sem garantias trabalhistas; b) à moradia, localizada numa área distante da área do plantio e criação de animais; c) à falta de estradas e o precário serviço de transporte; d) e à geração de trabalho e renda de forma coletiva e autogestionária. Essas necessidades se apresentam como desafios a serem trabalhados para possibilitar a permanência das famílias na terra. As famílias estão dispostas a enfrentar esses desafios para permanecer na terra e produzir seu sustento. Assim, percebe-se que a resistência das famílias está na sua capacidade de mobilização em vista da garantia e ampliação de seus direitos.

A política de Assistência em si não aparece como prioridade, os sujeitos não parecem ter muito clara a extensão de possibilidades e as contribuições que o trabalho social pode trazer ao próprio movimento, embora reconheçam a viabilidade de fazer essa interface, política de assistência – mobilização popular. Porém, como o SUAS ainda é um processo novo e o CRAS Rural mais recente ainda, espera-se que possa ter outro sentido para os sujeitos na medida em que se constitua como mais um espaço de fortalecimento à sua organização e desenvolvimento coletivo. Os problemas estruturais, como a distância do CRAS dos espaços de moradia, dificultando o acesso, podem, sem dúvida, contribuir para reduzir o impacto da

Política. Contudo, como se trata de um grupo que tem experiência na vivência de adversidades e, nem por isso, desistiu da luta, infere-se que realmente a Política ocupa um plano de prioridade secundária para esse segmento.

No que se refere ao **acesso à informação, pelas famílias assentadas, sobre a Política de Assistência Social**, percebe-se que são poucas as famílias que procuram os serviços e programas nos CRAS. Geralmente, o acesso das famílias às políticas sociais está voltado ao atendimento de necessidades imediatas, como é o caso da saúde e Programa Bolsa Família. É notório o desconhecimento dos assentados em relação aos serviços, programas e benefícios vinculados à Política de Assistência Social. Assim, a publicização dessa Política é um desafio a ser superado mediante um trabalho mais sistemático dos profissionais, rede de entidades que executam serviços socioassistenciais e órgãos públicos. A vinda do CRAS Rural para perto dos assentados se constitui numa possibilidade real para suprir as lacunas da invisibilidade.

Outra questão abordada no estudo diz respeito às **estratégias dos gestores frente à inserção e inclusão das famílias assentadas pela política social**. Foi possível constatar que a administração do município vem priorizando as orientações presentes na PNAS, NOB/SUAS sobre a gestão da política, a qual é pautada no pacto federativo, com atribuições e competências dos três níveis de governo, superando a visão meramente assistencialista, de uma política fragmentada, para uma perspectiva de sua garantia como direito social. Essa concepção tende a fortalecer a implementação da Política de Assistência, como um caminho para o fortalecimento da cidadania. Assim, a principal estratégia utilizada pelos profissionais refere-se ao incentivo à mobilização e participação da comunidade na construção da política pública de Assistência Social. Os profissionais que atuam nessa área têm um papel relevante. Assim, outra estratégia está voltada à formação e capacitação desses profissionais sobre a PNAS/SUAS, para que possam prestar serviços com maior qualidade à população, considerando o território em que as famílias estão inseridas. O olhar atendo às especificidades de cada local, de cada comunidade, com suas particularidades poderá contribuir para um melhor atendimento das necessidades sociais pautadas pela população. Também poderá contribuir para a identificação de possibilidades e capacidades, gestadas pelos usuários da PNAS, as quais precisam ser estimuladas e desenvolvidas. Para isso, é fundamental que os profissionais sejam valorizados e reconhecidos na sua profissão e que haja estrutura

física, recursos financeiros e materiais que possibilitem um atendimento qualificado aos usuários.

No que se refere à capacidade de **incidência das famílias que atuam no movimento social à Política Assistência Social**, constata-se que, a trajetória de organização do MST é marcada por lutas e mobilizações em torno da garantia de direitos e construção de políticas públicas. As famílias do assentamento Filhos de Sepé procuram fortalecer processos coletivos de mobilização, de “pressão” dos governos, para o atendimento de suas necessidades básicas, como transporte, saúde e crédito. Essa mobilização não está vinculada aos espaços institucionais de participação como é o caso das Conferências e Conselhos. Ela ocorre de maneira não institucionalizada, com participação voluntária e protagonista das pessoas envolvidas. A incidência das famílias que atuam no movimento social à Política Assistência Social é baixa pelo fato de que esta política, por vezes concebida como favor, doação, para quem dela necessitar, não é uma prioridade para os assentados. Isto ocorre na medida em que se as famílias assentadas têm condições de permanência na terra, tirando dela o seu sustento e possibilitando o desenvolvimento de seus membros, desse modo alguns justificam a baixa procura por acesso a essa Política. Outra questão que dificulta essa incidência refere-se à falta de informação das famílias sobre os serviços, programas, projetos e benefícios previstos na PNAS, o que conseqüentemente limita seu acesso.

Os indicativos apresentados nesta pesquisa resultam da articulação entre os conhecimentos que emanam da realidade e os referenciais teóricos que orientaram o processo de investigação. Nesse contexto, é possível referir que as novas expressões da questão social, engendradas na sociedade capitalista são produtoras e reprodutoras de desigualdades sociais. A consolidação da política pública de Assistência Social, no contexto atual, torna-se cada vez mais relevante. A trajetória percorrida no processo de investigação aponta para a importância em dar continuidade ao debate acerca da Política de Assistência Social, especialmente sobre o processo de implantação do CRAS, no meio rural, considerando a questão da territorialidade e da matricialidade sociofamiliar, eixos constitutivos do SUAS.

É importante frisar que este estudo constituiu-se num processo riquíssimo de construção do conhecimento, fundamentado na teoria e alicerçado na realidade concreta da população do meio rural, ainda somados a experiência, junto a esse

segmento de longa data, foram aqui sistematizados e problematizados. Deseja-se que ele possa contribuir efetivamente para a apropriação, debate, aprofundamento e fortalecimento da Política de Assistência Social pelos usuários, profissionais da área, gestores, profissionais da área das Ciências Sociais Aplicadas, agentes e lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e poder público, em nosso estado e país.

Finalmente, os resultados aqui apresentados significam parte de uma totalidade em construção, feita a partir de indagações e respostas, ainda que não sejam definitivos, acerca de um tema historicamente tão caro e complexo. Acredita-se na possibilidade de que “outro mundo é possível”, onde a terra e os frutos da terra sejam partilhados por todos os povos e, assim, erradicada, de vez, a ganância que fere e mata quem a cultiva, tira dela o seu sustento e nela trabalha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ribamar Nava. **Pedacinho de Chão**. Música 18. In: CD **1 Festival Nacional da Reforma Agrária**. MST. Palmeira das Missões – RS: Studio Master. 1999.
- BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. RJ: Editora Vozes Ltda. 1984.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. (organizadoras) Ivanete Boschetti... – São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)
- BINDA, Nilso. **A família em transformação: democratização das relações intrafamiliares de assentados**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (Dissertação mestrado).
- BOGO, Ademar. **Quando chegar na terra**. Música 9. In: CD **Arte em Movimento**. MST. CD01, Manaus: SONOPRESS, 1998.
- BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 87. Ano XXVI – Especial. SUAS e SUS. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa**. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**. 3 ed. São Paulo. Brasiliense. 1984.
- CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CARVALHO FILHO, Benedito José de. **Marcas de família: travessias no tempo**. São Paulo: Annablume Editora. 2000.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **Luta na terra, um desafio constante ao MST**. Curitiba; PR. 2003.
- _____. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. in Wanderley, Bógus e Yazbek. **Desigualdade e questão social**. SP: Educ, 2000.

Conflitos no Campo Brasil 1989 / CPT. Goiânia – GO. 1990. 32p.

_____ **1995 / CPT.** Goiânia – GO. 1996. 54p.

_____ **1996 / CPT.** Goiânia – GO. 1997. 66p.

_____ **2009 / CPT.** Coordenação: Antonio Canudo, Cássia Regina da Silva, Isolete Wichinieski – São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200p.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL- **CRESS. 10ª Região. Coletânea de Leis** – revista e ampliada. Porto Alegre, 2005.

COPTec. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Assentamento Filhos de Sepé – PA.** Viamão/RS, 2008.

COUTO, Berenice. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1985.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** 4. ed. São Paulo: Global, 1984. 237 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Vol. 2 – 9 ed. SP: Globo, 1993.

FERLINI, Lucia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial.** Editora Brasiliense. 1988.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. p. 161. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília: MDA; São Paulo: Uniara (co-editor), 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIOROTTI, Marlene de Oliveira. **Relatório Política de Assistência Social em Viamão**. Viamão/RS, 2002.

GATTE, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GEHLEN, Ivaldo. **A luta pela terra no Sul a partir do caso dos colonos de Nonoai**. In: SANTOS. José Vicente T. **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Editora da Unicamp. 1985. p. 148-166.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo. Edições Loyola. 2ª edição. 2009.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: edições Loyola. 7ª edição. 2008.

I Oficina Nacional dos Músicos do MST. Música 3. In: CD **Arte em Movimento**. MST. CD01, Manaus: SONOPRESS, 1998.

IANNI, Octavio. **Revoluções Camponesas na América Latina**. In: SANTOS. José Vicente T. **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Editora da Unicamp. 1985. p.15-45.

IBGE, 1972, anuário estatístico. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v1/upload/bibliotecavirtual/a_populacao_brasileira_de_1872_a_1970.pdf Acesso: 05/01/2011.

_____, 2006. Censo Agropecuário. disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 05/01/2011.

KLEINSCHMIDT, Carin. **Movimento popular e serviço social**. 2.ed. Petrópolis Vozes, 1985. 74 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LERRER, Débora. **Reforma Agrária: os caminhos do impasse**. São Paulo: editora Garçonni, 2003.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle Social da Política de Assistência Social pela sociedade civil: caminhos e descaminhos de uma política em construção**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 2008.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARCELA, Débora; RIBEIRO, Vanessa. **Diagnóstico Socioterritorial da Região Rural do Município de Viamão Projeto de Implantação CRAS Rural**. Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos. Viamão, Julho de 2010.

MARCON, Telmo. **Acampamento natalino: Encruzilhada de Contradições**. (dissertação de mestrado) Universidade de Brasília. 1989.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2ª ed. 1985.

_____. **Reforma Agrária: O impossível diálogo**. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **Travessia: estudo sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. / coordenado por José de Souza Martins. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. **O capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo. Difusão Editora S.A. 8ª edição. 1982.

_____. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luiz Cláudio de Castro e Costa. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Textos Filosóficos. Edições 70, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 10 ed. - São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **PNAS/2004 - NOB/SUAS/2005**. Brasília: MDSCF – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST, **Construindo Caminhos**. Imprensa Salesianos, 1986.

_____. **10 anos da retomada da luta, conquista e resistência na terra**. Cartilha de formação, 1989.

_____. **Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no contexto atual**. Cadernos de debates nº1, 2009.

OLIVEIRA, Naia (org.). **Assentamento da Reforma Agrária e o Modelo de Ecovilas** – Relatório Técnico. Viamão, 1999.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Sobre a política de Assistência Social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social e Democracia**. 2 ed. São Paulo: Cortez; RJ: UERJ, 2002.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PÉRICLES, Erlon. **Mãe Terra**. Música 8. In: CD **1º Festival Nacional da Reforma Agrária**. MST. Palmeira das Missões – RS: Studio Master. 1999.

PIEIDADE, Lélis. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897 – 1901**. edição, apresentação, notas e projeto gráfico Antônio Olavo. - 2.ed. - Salvador: Portfolium, 2002.

PNAS. **NOB-RH/SUAS/2007**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

PRATES, Jane C; COUTO Berenice; AGUINSKY, Beatriz. **Ciudadanía y Democracia: La construcción de derechos políticos, civiles e sociales desde la experiencia de Brasil**. Anais do Congresso Nacional de Trabajo Social de Paraguay, ATSP, 2007.

PRATES, Jane. **Retomando algumas categorias a partir de uma perspectiva dialética**. Material didático. PUC/RS. 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo. Edições Loyola. 1996.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Edna Lúcia. **Da Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. Atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá: EDUFMT, 2008.

SILVA, Lídia Maria Monteiro R. da. **Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1987.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas**. In: BATTINI, Odária (Org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba;PR: CIPEC, 2007.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do camponês ao capital**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1978. (Dissertação de Mestrado).

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZÉ, Pinto. **Causa Nobre**. Música 13. In: CD **Arte em Movimento**. MST. CD01, Manaus: SONOPRESS, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A: CARTA DE AUTORIZAÇÃO**Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social Viamão/RS**

Viamão,de de 2010.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do RS

Eu, _____,
secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania do município de Viamão, declaro que tenho conhecimento do Projeto de Pesquisa intitulado “**Política de Assistência Social e acesso de Famílias Sem Terras Assentadas no Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão/RS**”, proposto pelo Mestrando Luiz Antônio Pasinato, sob orientação da Professora Dra. Jane Cruz Prates a ser desenvolvido pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

O referido projeto será realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Tarumã, no município de Viamão – RS, o qual só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania

APÊNDICE B: CARTA DE AUTORIZAÇÃO**Agricultores e agricultoras do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS**

Viamão, ...de de 2010.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do RS

Eu, _____, da coordenação das famílias do assentamento “Filhos de Sepé”, Viamão/RS, declaro que tenho conhecimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Acesso de Famílias Sem Terras Assentadas no Assentamento Filhos de Sepé na Política de Assistência Social do município de Viamão/RS” proposto pelo Mestrando Luiz Antônio Pasinato, sob orientação da Professora Dra. Jane Cruz Prates a ser desenvolvido pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

O referido projeto será realizado no Assentamento “Filhos de Sepé”, no município de Viamão – RS, o qual só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Coordenação Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS

APÊNDICE C: Formulário Grupo Focal

Agricultores e agricultoras do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS

Nº:

Data: / /

1. Quais as motivações que levaram vocês a entrar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra?
2. Que necessidades vocês tiveram no início do assentamento?
3. Em relação à assistência social, quais as necessidades e demandas que vocês consideram prioritárias?
4. Como essas demandas são atendidas pelo setor público no espaço do assentamento?
5. Que tipos de programas e serviços os assentados procuram nos Centros de Referência da Assistência Social do município de Viamão?
6. Vocês já tiveram que fazer alguma mobilização para garantir atendimento para as famílias assentadas? Caso sim relatem o processo e os resultados
7. Os assentados ainda fazem lutas conjuntas para reivindicar algum benefício para o assentamento?
8. Na opinião de vocês existe relação entre a luta pela terra e a luta pelos direitos na área da Assistência Social? Justifiquem sua resposta

APÊNDICE D: Formulário História Oral

Agricultores e agricultoras do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS

Nº:

Data: / /

Bloco 1 – Dados de identificação:

1.1 Do entrevistado (a).

Nome: Sexo: () F () M Idade:.....

Escolaridade:

Profissão:

Bloco 2 – Da origem do (a) entrevistado (a):

2.1 Nascimento e local de origem.

2.2 Condições e modo de vida na infância e adolescência.

2.3 Oportunidades de acesso ao trabalho e à qualificação profissional.

Bloco 3 – Das experiências pelo acesso à terra:

3.1 Experiência de participação na comunidade.

3.2 Motivações para participar do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

3.3 Experiências vivenciadas no período de acampamento.

3.4 Experiências e condições de vida no assentamento Filhos de Sepé.

3.5 Quais os principais obstáculos (desafios, limites) verificados na vivência das famílias no assentamento?

3.6 Perspectivas de realização pessoal e das famílias no assentamento.

Bloco 4 – Das experiências junto a Política de Assistência Social:

4.1 Experiências de busca por serviços e/ou benefícios na área

4.2. Significado do CRAS no assentamento

4.3 Reivindicações e lutas coletivas das famílias do assentamento para obtenção de serviços e benefícios relativos a essa área

4.3. Relações existentes entre a luta pela terra e a luta por outros direitos, como o de acesso a Política de Assistência Social

4.4. Sugestões para aprimoramento da política no município e mais especificamente na oferta de serviços e benefícios ao assentamento

APÊNDICE E: Formulário Gestores e Assistente Social
Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social Viamão/RS

Nº:

Data: / /

- 1) Nome:
- 2) Formação:
- 3) Cargo no CRAS:
- 4) Quem são as pessoas que vivem no assentamento? E quem procura os serviços da Assistência Social?
- 5) Que tipo de demandas e necessidades são requisitadas pelas famílias usuárias?
- 6) Como as famílias são atendidas pelo CRAS e o serviço responde a essas necessidades? (projetos, programas)
- 7) Quais os principais problemas enfrentados para execução dos serviços e estratégias para solucioná-los?
- 8) Que estratégias são utilizadas para informar e mobilizar as famílias para atendimento na área da Assistência Social?
- 9) Quais as estratégias utilizadas para sua inserção e inclusão nos programas do PAIF?
- 10) Como a Assistência Social faz o diálogo com as demais políticas sociais para atendimento integral das famílias?
- 11) Que diferenças observa nestas famílias que são originárias de movimento social na luta pela garantia de seus direitos das demais famílias atendidas pelo CRAS?

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P282c Pasinato, Luiz Antônio
CRAS rural: lugar de efetivação da política de assistência social : estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas / Luiz Antônio Pasinato. – Porto Alegre, 2011.
142 f.
Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Jane Cruz Prates.
1. MST. 2. Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS).
3. Política Social. 4. Assentamento Rural - Brasil. 5. Movimentos Sociais. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204